

Centro de Estudos de Antropologia Social
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

GESTÃO SOCIAL DOS RECURSOS NATURAIS

AS POPULAÇÕES PISCATÓRIAS E VIVEIRISTAS DO
SOTAVENTO ALGARVIO

Relatório Final

Gonçalo Praça
Pedro Sena
Sofia Tomaz

Coordenação científica:

Prof. Doutor Manuel João Ramos e Doutor António Medeiros

Julho 2001

Introdução

A assinatura de um convénio entre o Parque Natural da Ria Formosa/ICN e o Centro de Estudos de Antropologia Social/ISCTE estabeleceu os princípios conducentes à realização de uma pesquisa antropológica em torno das populações marítimas e viveiristas. Uma equipa de investigadores¹ do CEAS/ISCTE, sob a coordenação científica do Professor Doutor Manuel João Ramos e Dr. António Medeiros – com a participação inicial do Professor Doutor Jorge Freitas Branco – elaborou então o projecto denominado *Gestão social dos recursos ambientais. As populações piscatórias e viveiristas do sotavento algarvio*, para responder à vontade institucional de lançar luz sistematizada sobre o usufruto do litoral do Sotavento algarvio e dos seus recursos marinhos. O protocolo celebrado previu a entrega periódica de relatórios de campo dando conta do desenrolar dos trabalhos da equipa em terreno. O presente documento expande os resultados das pesquisas apresentadas nesses relatórios; reavalia as questões e hipóteses avançadas no texto do protocolo, na averiguação preliminar e em relatórios intercalares; e estabelece algumas conclusões, apontando para futuras linhas de pesquisa.

No título *Gestão social dos recursos naturais* percebe-se já a coexistência de alguns termos conflituosos. A expressão deixa subentender que o objecto desta pesquisa assenta num território política e legalmente definido como natural, área a conservar, recurso a administrar; e que a gestão deste recurso se faz gerindo as populações humanas que o habitam – no caso, os pescadores e viveiristas da Ria Formosa. Considerámos fundamental tal processo; mais do que caracterizar qualquer “identidade” fixa ou ameaçada, interessa-nos perceber como são constituídos, categorizados e ordenados estes grupos. O que significa ser pescador e viveirista no território deste parque natural? Como agem estes indivíduos neste meio “híbrido”, indistintamente natural,

¹ A primeira equipa de investigadores, composta pelos antropólogos Carlos Branco, Leonor Martins e Pedro Sena, esteve envolvida na concepção deste projecto desde a Primavera de 1998 até ao início de 1999, com uma estadia exploratória no terreno em Setembro desse ano. Em Fevereiro de 1999, deixam o projecto Carlos Branco e Leonor Martins. Nessa altura, entram Sofia Tomaz (antropóloga) e Susana

administrativo, económico, político, estético? E, inversamente, como agem sobre eles todas estas forças?

Os propósitos conservacionistas não se traduzem em medidas meramente negativas e reguladoras; as autoridades ecológicas estão, de forma frequentemente manifesta, implicadas em projectos de envolvimento das comunidades locais.² Pelo menos retoricamente, tais iniciativas passam pela tentativa de “capturar” as acções, ou melhor, os “agenciamentos”³ destas populações para a gestão ecológica. Trata-se de identificar, definir, fixar e defender activamente algumas características das actividades destas populações, apresentando-as como modelo interessante do ponto de vista da conservação da natureza, da administração do território ou do enquadramento paisagístico. A contratação do presente estudo representa um aspecto desse projecto; no nosso caso, competir-nos-ia identificar determinados domínios profissionais “tradicionais”⁴ tal como ainda são praticados; deveríamos ver e ouvir as pessoas concretas, aproximarmo-nos daqueles que sabem porque aprenderam com os pais e avós, que aprenderam com a experiência da vida na Ria.

Mas há outros processos que aparentemente contrariam estas intenções, inscrevendo em ordens vastas a vida das comunidades “tradicionais” da Ria Formosa, retirando-lhes, portanto, alguma capacidade de agenciamento. As enormes movimentações de capitais (associadas, por exemplo, ao turismo), o ordenamento centralizado do território (PDMs, POOCs, etc.), os instrumentos de racionalização do quotidiano (gestão dos diferentes aspectos da actividade

Fonseca (socióloga), que se manteve na equipa apenas até Junho. No mês de Novembro, com a entrada de Gonçalo Praça, completa-se a formação da equipa.

² Sobre diversas modalidades de “envolvimento” das populações residentes – co-gestão, gestão de conflitos, estudos de impacto social – preconizadas pelas organizações internacionais de conservação da natureza, cf. West et al., 1991;

³ Usamos o neologismo “agenciamento” (agency), em vez de acção, para reforçar este sentido de algo que é disputado, imputado, contestado, delegado, atribuído: “For many philosophers, agency just is the power to act, and action and agency are almost indistinguishable. By contrast, I am using ‘agency’ to refer to actions that we attribute to people or claim for ourselves, actions whose definition and attribution make up the moral fabric of our lives, and in line with which we assign locally plausible and enforceable networks of accountability” (Cussins, 1998: 168-169)

⁴ “Tradição”, “tradicional” e termos afins surgirão sempre entre aspas. Referimo-nos assim a características que são imputadas a pessoas e práticas, por elas próprias ou por outrém. Tratamos “tradição” como discurso e não como qualidade substantiva.

pesqueira, medidas de “saúde pública”, “as leis da CEE”, etc.), os empreendimentos científico-tecnológicos (construção de infra-estruturas portuárias, dragagens, requalificação do sistema dunar, obras de saneamento, aquacultura), não são politicamente neutros; antes se estabelecem num campo de diferenças de poder que também ajudam a criar. Assim, o envolvimento das comunidades locais afirmado num nível – no da administração ecológica – vai de par com a implantação de alianças mais ou menos sistemáticas que, pelo contrário, tendem a expropriar estas comunidades, a reduzir o seu poder de acção. A nossa pesquisa assume como tema principal a coexistência problemática destas duas tendências, tentando vê-la na prática das populações de pescadores e viveiristas da Ria Formosa.

Tal como discutimos na averiguação preliminar, correspondente à primeira incursão de terreno (Setembro de 1998), a entidade contratante do presente estudo faz uso de termos como “comunidade”, “identidade”, “autenticidade”, “património”. Explorámos o modo como estas noções configuravam uma certa visão sobre as populações de pescadores e viveiristas locais e as formas como tais noções estão implicadas na criação de um objecto cultural. Delineámos nesse primeiro relatório as hipóteses que iriam nortear as nossas recolhas posteriores:

- afirmávamos que o espaço físico e social da ria Formosa pode utilmente ser entendido como “multi-territorial” – ou seja, verificávamos a complexa sobreposição de várias estruturas de autoridade e gestão do quotidiano dos habitantes deste território partilhado;
- identificávamos a coexistência conflituosa de duas temporalidades distintas: um “tempo patrimonial”, idealizado pelo PNRF, em que a Ria Formosa surge como um reduto natural, relativamente intocado; e um “tempo social”, construído pelas populações, em que a Ria surge como um reduto humanizado, relativamente instável;
- notávamos a partilha e articulação dos discursos dos vários agentes sociais da área protegida; nestes discursos partilhados propúnhamo-nos perceber as

negociações e contestações quotidianas entre populações e as diversas autoridades;

- admitíamos olhar para o Centro de Educação Ambiental do PNRF como “texto” onde seria possível ler a forma como a instituição imagina o espaço, os seus habitantes e as suas actividades; ao mesmo tempo, considerávamos a ilha da Culatra, e a sua comunidade “problemática” e relativamente isolada, como espelho real onde se reflectiria esse texto.

Durante os meses de Março, Abril e Maio de 1999, a equipa levou a cabo uma missão de recolha de informações na Praia de Faro, de onde se destaca um inquérito socio-demográfico aplicado junto dos moradores dos dois núcleos habitacionais clandestinos, a nascente e poente da Península do Ancão. No relatório correspondente, tratámos um tema principal: quem são realmente os pescadores e viveiristas, em que medida dependem dos recursos marinhos. O tema resultou de sugestões do PNRF e reflectia a sua preocupação com a génese clandestina da localidade, a ameaça de demolições e os efeitos destas na população da “ilha”. Aparentemente, esta sugestão visava autorizar o Parque para apresentar as suas propostas de requalificação da Península do Ancão. Verificámos que a imagem de “comunidade” que o Parque pretende construir – uma ocupação “tradicional” de um espaço, manifestação do “tempo natural” – foi em certa medida apropriada por populações locais, sendo utilizada como forma de auto-apresentação e auto-legitimação perante as autoridades.

Entre os meses de Julho e Agosto de 1999, realizámos recolhas na Fuzeta. Desta estadia resultou um relatório monográfico, onde fazemos a síntese dos dados historiográficos disponíveis sobre esta vila piscatória. Pretendíamos, tomando a Fuzeta como um estudo de caso, perceber alguns dos processos de pesca no sudeste algarvio desde o século XV. Esta experiência proporcionou a familiarização gradual com discursos, objectos, técnicas e vocabulário próprios da actividade. Começámos também aqui a caracterizar alguns modelos de diferenciação sexual usados por estas populações no curso das variadas actividades.

Ao longo de cinco meses, entre Janeiro e Junho de 2000, desenvolvemos trabalho de campo em Cabanas de Tavira, Santa Luzia, Cacela/Fábrica e Olhão (consulta no arquivo do PNRF e contactos com associações de profissionais). O terceiro relatório intercalar colige dados essencialmente etnográficos de proveniência diversificada: desde momentos do quotidiano doméstico, situações de trabalho, uma série de actos em que pescadores e viveiristas aparecem a representar explicitamente a actividade e os seus agentes (como reuniões técnicas, organizacionais e políticas do sector), reivindicações públicas, festividades locais e comemorações oficiais. Desenvolvemos já o tema da Ria enquanto entidade construída por meio de práticas e discursos conflituosos; opúnhamos, designadamente, as actividades locais, legitimadas pela ideologia do “saber de experiência feito” às actividades técnicas e administrativas (dragagens e normas de segurança a bordo, por exemplo), legitimadas pela ciência e pela lei.

O presente relatório retoma e sistematiza então os temas tratados anteriormente, reapreciando dados e hipóteses patentes nas pesquisas anteriormente efectuadas. Apresentamos ainda materiais etnográficos obtidos em estadias não contempladas no protocolo inicial: em Agosto de 2000 realizámos breves incursões em celebrações locais e regionais (festejos em Santa Lúzia e Cabanas, Festival do Marisco, em Olhão); em Novembro do mesmo ano, uma estadia em Olhão serviu para realizar observação participante entre companhas da pesca semi-industrial (frota do cerco e arrasto com ganchorra) e viveiristas de amêijoa e de ostra, desenvolver contactos junto do Sindicato de Pescadores do Sul, assistir a encontros profissionais e técnicos relacionados com as actividades piscatórias e viveirismo, proceder a consultas e entrevistas na sede do PNRF.

O primeiro capítulo expõe questões metodológicas. Visa apresentar o modo como trabalhámos, como obtivemos informações, por que diferentes meios tentámos recolhê-las e registá-las e sugerir esquemas de interpretação destes materiais. Ao longo do pesquisa experimentámos instrumentos, alterámos perspectivas, fomos avaliando a sua eficácia no terreno. Daremos aqui conta

desta sucessão, relacionando a variedade de fontes e dados com a complexidade social que caracteriza os universos das pescas e do viveirismo.

O segundo capítulo é um desenvolvimento, teórico e empírico, de algumas das principais hipóteses que sempre acompanharam o projecto, desde a averiguação preliminar – a saber, a ideia de “territorialidades” e “temporalidades” múltiplas, da sobreposição de mapeamentos e de regimes de gestão. Este capítulo tem uma base menos descritiva e mais textual (jornais, documentos políticos e administrativos). Recorreremos a uma série de casos, relacionados com os processos de construção, destruição e recuperação física e social da Ria, seguindo algumas polémicas, negociações e resistências envolvidas nos movimentos das areias, da erosão, das aberturas de barras, das dragagens. Que diferentes “Rias” são criadas por diferentes práticas? Que diferentes “Rias” existem para diferentes actores – pescadores e viveiristas, outras populações, PNRF, políticos, agentes turísticos, media? Começaremos aqui a apresentar o “contexto” do PNRF como entidade construída, num processo que é simultaneamente o da construção e manutenção de diversos interesses e autoridades.

O terceiro capítulo assenta principalmente na descrição e interpretação de actividades laborais, processos políticos e sociabilidades informais de pescadores e viveiristas. Divide-se em duas partes, uma dedicada ao viveirismo, outra ao mundo das pescas. Analisamos estes dois objectos não tanto como “comunidades” existentes em si, mas como diferentes modalidades de acção e de posicionamento nos mapeamentos e regimes de ordenação que apresentámos no segundo capítulo. A secção relativa ao viveirismo começa com aquilo a que podemos chamar, seguindo a terminologia da averiguação preliminar, as respectivas “multi-territorialidades”. Caracterizamos as trajectórias desta actividade, tal como são definidas pelas instâncias administrativas – Parque, DRPA, IPIMAR – e como são interpretadas pelos mariscadores e viveiristas. Estas trajectórias manifestam-se em cartografias que definem a realidade em coordenadas GPS, “agentes poluentes”, “sistemas complexos”, desenhando um percurso de ordenamento territorial, legalidade,

“depuração”; e manifestam-se nos mapas “a olho”, nos terrenos construídos “à mão”, traçando um percurso de “tradição” e “autenticidade”. Descrevemos algumas dimensões do viveirismo – os usos da noção autóctone de “experiência”; o viveiro como um processo prático; o viveirismo como trabalho “ecológico”, assente na mobilização e relacionamento de múltiplas variáveis ambientais-locais; as formas de trabalho como misto de “tradição” e inovação – , salientando o duplo aspecto que caracteriza o viveirismo: é actividade ícone da Ria Formosa, figura bastante próxima da “tradição” e da natureza; é, ao mesmo tempo, uma actividade relativamente marginal, sub-categorizada, ingovernável.

Na secção sobre as pescas começamos por apresentar o contexto etnográfico do sector piscatório local, descrevendo as artes e os respectivos processos de pesca (sistemas de produção, modos de organização do trabalho, modelos de retribuição, etc.). Discutimos ainda outros aspectos relevantes da organização social destas populações, tais como: a companha enquanto unidade socio-económica de base agnática; o estabelecimento hierarquias (estatutos sociais, prestígio) entre mestres/patrões e camaradas; a competição; o conflito e a cooperação entre companhas; os fenómenos de tensão durante o processo produtivo; as estratégias de apropriação dos pesqueiros (gestão de comuns); a criação de redes de troca de informações entre produtores; a circulação de informação (segredo, deturpação, partilha). No final desenvolvemos separadamente alguns temas mais pertinentes, uma vez que nos permitem perceber, na globalidade, a relação dos pescadores do sudeste algarvio com o meio, com a tecnologia, com a(s) autoridade(s), com o turismo, e com a imagem que têm de si próprios enquanto grupo ocupacional. Assim, expomos os modos de construção cognitiva do território marinho e a relação da tecnologia com o conhecimento local; relacionamos a obtenção de dados meteorológicos com a decisão de partir para a faina, e, abordamos a forma como os pescadores locais atribuem funcionalidade a alguns fenómenos meteorológicos. A terminar, articulamos a aprendizagem prática do meio ecológico – por oposição à falta de conhecimento revelada pelas autoridades e

em confronto com problemas como a poluição e a decadência dos mananciais – com a formação de um discurso de identidade.

No último capítulo, de conclusão, terminamos com sugestões de pesquisa que nos parecem importantes e que não teriam cabimento nos limites de tempo e recursos deste projecto.

Os anexos estão organizados da seguinte forma: I) Notas de campo de todos os elementos da equipa correspondentes a todas as estadias nos terrenos, fotografias tiradas pela equipa e alguma iconografia local; II) Entrevistas gravadas e histórias de vida; III) Documentos locais, ou seja, escritos por informantes, propositadamente para nós ou não; IV) Caracterização social das populações piscatórias, colecção de alguns indicadores sociais.

Capítulo I: Aspectos metodológicos

O presente relatório, que assenta em trabalho de campo etnográfico, depende de “dados” obtidos por três grandes meios – recolhas documentais, relacionamento com “informantes”, observação de situações reais – e fixados em diversas modalidades de registo. A natureza destes tipos de dados e formas de registo costuma levantar questões importantes, quanto à sua validade e articulação; é também isto que sucede num contexto como o do presente estudo, tão marcado por ambiguidades, clandestinidades e acusações. Explicitemos então que informação tentámos obter com cada um destes meios, de que forma, para que efeitos, com que sucesso.

1) Informantes

O trabalho de campo etnográfico-antropológico, nos seus moldes clássicos, assenta no contacto mais ou menos próximo com indivíduos das “comunidades” em estudo, o que implica a estadia do investigador nesses contextos durante um período relativamente longo. O estabelecimento de relações pessoais é parte fundamental deste trabalho. Se no nosso quotidiano não nos relacionamos com toda a gente da mesma forma, o mesmo aconteceu aqui: “escolhemos” indivíduos com quem desenvolvemos alguma relação pessoal e continuada, que corresponderão àquilo que se designa por “informantes-chave”; noutro extremo, encontram-se indivíduos com quem mantivemos contactos mais distantes e pontuais, personalidades destacadas na vida destas comunidades.

Visto de outra perspectiva, foram alguns dos informantes que “escolheram” relacionar-se connosco de um modo mais interessado e afectuoso do que outros, por várias razões: amizade, simpatia, atracção sexual, curiosidade, busca de informações e de contactos pessoais colocados fora da “comunidade”, compaixão, etc. Estes informantes-chave permitiram-nos entrar nas suas casas

e testemunhar fragmentos das suas existências: refeições, momentos de lazer e de tensão, períodos de trabalho. Nalguns dos casos, poderíamos mesmo falar de “adopção”, traduzida no esforço de encontrar um lugar (um papel social, um sentido próximo) para os investigadores no quotidiano de uma família e na sua rede de relações sociais. Foram oportunidades preciosas para colher informações dificilmente acessíveis em tão pouco tempo; revelando-se, ao mesmo tempo, um desafio para os investigadores.

Se por um lado conseguimos reconstruir e registar hábitos, rotinas, temas de conversa dominantes, modos e regras de relacionamento, preconceitos e normas sociais, por outro, à medida que as nossas vidas se “integravam” na vida destes informantes, começaram a colocar-se questões de cumplicidade, intimidade, afecto, sentimentos de amizade, que vieram impor condições inesperadas à recolha de dados. Essa recolha passou a ser ainda mais explicada, justificada e negociada, ao mesmo tempo que se esbatiam as fronteiras entre o que era o trabalho do investigador e a dimensão mais pessoal da sua vida. Naturalmente, alguma informação teve que ser omitida, por se revelar demasiado próxima da nossas experiências particulares.

Com os restantes informantes as relações estabelecidas foram de maior distância, dominadas por desconfiança, indiferença, incompreensão e mesmo, em casos pontuais, por antipatia. A informação obtida junto destes foi recolhida em contextos mais formais – entrevistas e momentos de observação combinados –, e com recurso a guiões e temas preestabelecidos. Nalguma medida, portanto, opomos os contactos próximos às entrevistas; com os informantes-chave conversávamos, partilhávamos algumas actividades; às personalidades mais “distantes”, fazíamos entrevistas, anotadas ou gravadas. (Embora também tenhamos realizado entrevistas gravadas com alguns informantes com quem ganhámos maior familiaridade.)

O caso específico da estadia na Fuzeta, no conjunto das relações construídas entre a equipa e os todos os seus informantes durante a pesquisa, serve para pensar como determinados comportamentos de desconfiança em relação aos investigadores puderam prejudicar significativamente as suas recolhas. Neste

lugar, como em todos os outros, fomos confundidos muitas vezes com fiscais (fosse do IFADAP, ou da DGPA, ou do IPIMAR, do PNRF, etc.), polícias (Brigada de Narcóticos, da PJ), biólogos (da Universidade do Algarve), estudantes universitários, estagiários e jornalistas. Em todas as situações a imagem que involuntariamente ajudávamos a criar conduziu a reacções diferentes, conforme aquilo que “parecíamos” ser: se como “fiscais” intimidámos um proprietário de um estaleiro naval, como jovens estagiários não assegurámos a confiança necessária – acerca da nossa capacidade de resistência aos estados do mar e ou à permanência relativamente longa numa embarcação – para dois mestres da pesca artesanal nos levarem ao mar. Os exemplos multiplicar-se-iam, mas resta apontar que em campo os investigadores são “de facto” as imagens que os seus informantes vão construindo e reconstruindo. Estas imagens compõem-se, em diferentes medidas, das representações locais do trabalho intelectual, da administração, de papéis de género, de códigos de vestuário e corporais, etc., e mesmo, dos próprios receios (legais) dos informantes.

A relação do etnógrafo com os seus informantes tem sido discutida: que validade podem ter as informações obtidas nesta relação tão “subjectiva”? Podemos prestar alguma atenção à forma como estabelecemos estas relações. O acaso e as afinidades pessoais terão tido a sua importância, mas para aqui apontaremos um aspecto mais significativo. Agora, retrospectivamente, podemos reconhecer que os nossos informantes principais eram indivíduos a quem, localmente, é atribuído algum “carisma” e/ou alguma “marginalidade”. Estes termos remetem para conceitos clássicos nas ciências sociais (Cf. Gerth e Mills, 1991 [1948]; Turner, 1967; Douglas, 1991); genericamente, visam descrever formas como estruturas simbólicas de origem religiosa ou mitológica se relacionam com processos sociais e políticos. Atribuímos-lhes aqui um sentido mais metafórico e articulado num idioma já não religioso mas técnico, legal, económico e moral. Assim, relacionámo-nos de forma privilegiada com pessoas a quem são atribuídas, pelos próprios e pelos seus pares, capacidades excepcionais de trabalho e virtuosismo técnico extraordinário: é o caso dos

“campeões” da pesca ou do marisqueio, do viveirista que abastece de ostra “quase todo” o mercado nacional e que só pela sua produção consegue “fazer” o preço da amêijoia algarvia; ou dotes “políticos” incomuns: como sejam, dinamismo associativo, qualidades oratórias, simpatia pessoal. Mas também nos relacionámos de forma especial com pessoas a quem são atribuídas práticas dúbias, normalmente descritas no vocabulário da “corrupção”. Frequentemente, aliás, os indivíduos mais bem sucedidos são vistos à luz desta acusação.

Alguns dos nossos informantes são claramente das pessoas mais “populares” entre os seus companheiros e vizinhos; outros são claramente das pessoas mais mal vistas. O nosso relacionamento com estes informantes ora “carismáticos” ora “marginais” produziu reacções entre os restantes. Se para alguns o facto de sermos vistos com fulano ou sicrana nos facilitou contactos, para outros fomos demasiado conotados com estas pessoas, ao ponto de passarem a relacionar-se connosco com prudência, desconfiança, reprovação ou mesmo indiferença súbitas. Ou seja, a relação dos investigadores com os seus informantes não deixa de ser avaliada por estes, o que propicia e anula determinadas possibilidades de recolha (mas que em si mesmo é um dado valioso para aferir os padrões de comportamento locais).

2) Observação

A observação etnográfica trata de averiguar o que as pessoas fazem, em relação com o que dizem que fazem; perceber as intervenções materiais no mundo, e não só as interpretações sobre este mundo. O observador tenta introduzir-se, da maneira mais directa que for possível, numa dada “comunidade de prática”, procura aprender a fazer coisas, a intervir, à semelhança dos membros dessa comunidade.⁵ Inicialmente, chegámos a experimentar uma modalidade

⁵ Cf. esta recente definição de etnografia: “What is ethnography for us? Most importantly it is a family of methods involving direct and sustained social contact with agents, and of richly writing up the encounter, respecting, recording, representing at least partly in its own terms, the irreducibility of human experience. Ethnography is the disciplined and deliberate witness-cum-recording of human events. (Willis, P. e Trondman, M., 2000: 5)”

indirecta de observação – inquérito por questionário, mais próximo de metodologias seguidas em estudos sociológicos –, para nos inserirmos mais rapidamente no terreno e para avaliar o interesse deste tipo de dados. Os dados reunidos revelaram-se decepcionantes: as populações respondiam o que queríamos ouvir e acabavam por se mostrar saturadas, evitando posteriores conversas, porventura mais esclarecedores.

Em algumas circunstâncias, por escassas que tenham sido, aproximámo-nos do ideal etnográfico de intimidade com os informantes – partilhámos momentos da vida doméstica – e de aprendizagem de uma actividade, na prática, de acordo com o que se faz mais do que com o que se diz. Isto terá sido importante para perceber coisas como a teoria local de “experiência”, que tem muito a ver com formas de trabalhar “incorporadas”. Eis uma nota de campo, onde se levantam estas questões:

Embarque para os viveiros, no porto de Olhão, saltámos das pedras para o barco. Só por entrar no barquito, a minha falta de habilidade tornou-se evidente, e fui logo alvo de comentários e de uma explicação bastante elaborada. Zé⁶ diz-me primeiro, quando vou a descer as pedras agarrado à corda do barco, num tom mais pedagógico do que repreensivo, “não se puxa o barco! Não é assim!”; devo agarrar-me à corda sem puxar o barco; logo depois, quando salto para a proa, “Não! Agora puxa-se o barco”, e mostra cuidadosamente, um movimento do pé para trás, ao assentar nas madeiras da proa, de forma a puxar o barco no nosso sentido. Ele trata explicitamente estes pequenos gestos como coisas que dependem da prática, coisas que todos os homens do mar sabem desde pequenos. Isto fez-me lembrar uma das primeiras impressões de Olhão, suscitada pela observação dos miúdos, miúdos pequenos, a mexerem-se à vontade nos barcos acostados ao longo da marginal. Moviam-se com grande destreza, conseguiam saltar de barco para barco, afastavam-se de terra só assim, a saltar e a puxar, alguns a brincar outros em pequenos serviços para adultos em terra. Fez-me lembrar também a história do Miguel [de Cabanas], como ele conta

⁶ Pelas razões evidentes, e por escrúpulo ético, os nomes próprios e alcunhas de pessoas, embarcações, estabelecimentos comerciais e afins, e a toponímia local, serão alterados em todo este texto. Em todo o corpo do texto, reservamos as aspas (“...”) para citações, ou de origem local, escrita e oral, ou de origem jornalística, literária, académica, disciplinar.

que quando era pequeno costumava brincar com os amigos assim, a tentar equilibrar-se em pé em cima dos barcos; naturalmente, contava isto como se tivesse sido uma etapa para se tornar pescador. [Notas de campo: Olhão, /11/00]

A observação etnográfica, neste sentido de incorporação e iniciação cultural, não se restringiu a práticas de trabalho, aplicando-se também a outras actividades importantes para a definição de grupos específicos. Por exemplo, em Cabanas de Tavira, eram bastante claras as tentativas de nos “iniciar” em jogos como os matraquilhos e o bilhar, ou no consumo de álcool e de haxixe; ou seja, de aprendermos correctamente a fazer como fazem os jovens cabanenses do sexo masculino, *a ser mais como eles*.

As nossas observações de práticas ligadas às actividades de pesca e viveirismo poderiam talvez ter sido mais continuadas e exaustivas. A natureza episódica dos nossos contactos, devido à multiplicidade de terrenos etnográficos, pode ter-se traduzido numa perda de “naturalidade” das situações observadas. Acreditamos que frequentemente as pessoas como que representavam, actuavam para nós; e muitas vezes nos questionávamos: estarão a sobre-actuar, como fazem para os turistas e para os jornalistas, ou estarão a sub-actuar, como fazem para os que temem poderem ser “fiscais” (é o que sucede aos cientistas do IPIMAR, por exemplo)? Tais dúvidas só podem ser superadas “estando lá” muitas vezes, estabelecendo confiança, amizade, participando; algo que demorava mais tempo do o que dispúnhamos. Pensamos que ainda assim foram fundamentais as observações de terreno. Mesmo quando estavam claramente a actuar para nós, a “gozar connosco”, era interessante verificar que espécie de personagens e situações encenavam, que espécie de estereótipos culturais emergiam – do pescador-campeão ao pescador desgraçado, do viveirista tecnicista ao viveirista supersticioso, ou de homens “experientes” perante os jovens “intelectuais”.

Outro tipo de eventos mereceram outro tipo de observação, mais anónima, mais naturalista. Referimo-nos a cerimónias públicas como festividades oficiais (Dia do Pescador, Festival do Marisco), festas locais (santos populares, padroeiros

das localidades); encontros técnicos, como os Encontros sobre as Pescas, na Universidade do Algarve, ou as Jornadas de Comercialização de Bivalves, no antigo Arraial Ferreiro Neto; ou algumas reuniões técnicas mantidas entre autoridades e pescadores e viveiristas (por exemplo, apresentação de acordos de pesca ou discussão de projectos de dragagens).

3) Recolhas documentais:

Podemos classificar os documentos que recolhemos em cinco grandes géneros: documentos administrativos, científico-técnicos, de divulgação e sensibilização, jornalísticos-literários e turísticos. Em muitos casos, é difícil dizer a que género pertence determinado documento; estilos, temas e argumentos de cada género podem ser retomados noutros, o que em si mesmo também é interessante e merecedor de análise.

a) Documentos administrativos

Os documentos administrativos provém essencialmente dos arquivos do PNRF e incluem actas de reuniões (organizadas pelo Parque ou organismos oficiais seus antecessores; organizadas por outras instituições, como a Direcção Geral das Pescas, mas participadas por funcionários do Parque), memorandos e ofícios internos, despachos, legislação, formulários, autos, processos jurídicos, correspondência com indivíduos ou instituições.

Alguns destes documentos, como as actas (entre outras, das sucessivas reuniões da Comissão Instaladora da Reserva Natural da Ria Formosa ou de reuniões do Conselho Geral do Parque) e certos autos ou processos jurídicos, têm uma natureza narrativa. Vamos acompanhando a sucessão de personagens, em diálogos entre si, em interpelações, em confrontos; seguimos o desenrolar de casos, a apresentação de determinados problemas, a formação de posições em torno deles, o traçar de alianças. Evidentemente, estes documentos narrativos não são espelhos da realidade. As actas das reuniões do Parque, por exemplo,

não reflectem tudo o que de facto se terá passado, não permitem vislumbrar todos os avanços e recuos dos processos de decisão, mas apenas aquilo que lá se decidiu. Na verdade, *constituem* parcialmente aquilo que se decidiu, os problemas que se definiram, as posições que se estabeleceram (cf. Atkinson, 1997: 56-7).

Outro tipo de documentos, como a correspondência ou informações internas, permitem-nos seguir directamente alguma acção. Os procedimentos burocráticos que governam a sua circulação, como a “cópia com conhecimento”, o “despacho” oficial, os pedidos de deferimento, ou a própria arrumação no vasto arquivo do Parque – quem *manda* o quê a quem? –, podem fornecer uma primeira indicação sobre os actores mobilizados e sobre a sua associação a “problemas” específicos; tentámos utilizá-los como uma espécie de mapa de algumas redes de delegação e atribuição de autoridade no contexto do PNRF.

Os “relatos” administrativos e correspondência permitem-nos formar alguma ideia da quantidade de actores e processos burocráticos em jogo, realidades que dificilmente poderíamos observar pessoalmente. Nos variados formulários usados pelas formas modernas de administração, podemos procurar alguns princípios de classificação; ou seja, “segmentações” do real, efectuadas através da apresentação e oposição de traços para definir objectos, que contém determinados princípios de ordenamento do mundo, de hierarquização das entidades que o habitam. Por exemplo, um formulário como o que se destina ao registo dos viveiros pode ser visto como um resumo prático daquilo que para o PNRF é, ou deve ser, um viveiro (e, por extensão, um viveirista): um viveiro é uma área precisa de terreno localizado em coordenadas definidas por GPS, implantado numa determinada área administrativa, concessionado a um indivíduo residente numa morada específica, durante um período limitado, destinado à produção ou de amêijoas ou de ostras (ou peixe), num regime ou artesanal ou semi-mecanizado ou mecanizado, etc. São estes viveiros,

“abstractos”, geométricos, exactamente localizáveis, a-históricos, que o Parque tem presentes quando se confronta com os viveiristas.⁷

b) documentos científico-técnicos

Quanto a este tipo de documentação, analisámos materiais sobretudo relacionados com as questões de erosão do sistema dunar, programas de dragagens, poluição e mortalidade de bivalves e gestão dos recursos piscatórios. A literatura técnica – projectos de investigação, relatórios, pareceres, artigos – oferece-nos apenas uma visão limitada sobre processos criativos que se desenrolam muito antes, e muito para além, dos documentos finais publicados: nos trabalhos de campo dos cientistas e técnicos, na escrita e revisão dos textos, nas discussões, entre pares, ou públicas, ou entre as populações. Este nível da “ciência em acção” (Latour, 1995), por importante que seja para perceber o ordenamento da vida social no contexto específico que é o PNRF, terá sido secundarizado na nossa investigação. Ficam-nos então os documentos científicos finalizados, que encaramos como descrições autorizadas sobre o contexto, imagens estabilizadas das pessoas sobre quem trabalhámos e das suas práticas; e, assim, como uma espécie de “palco” onde se põem em cena toda a variedade de forças que disponibilizam, influenciam ou causam transformações nesta parcela do mundo e nas entidades que o habitam.

c) documentos de divulgação e sensibilização

Os textos deste género apresentam-se claramente com a intenção de mudar um estado de coisas determinado, de levar as pessoas – para o que nos interessa mais, os membros das comunidades de pescadores e viveiristas – a pensar e agir de uma certa forma. Alguns exemplos:

⁷Infelizmente, não nos foi facultado o acesso aos dados recolhidos e classificados através deste formulário – a base de dados digital dos viveiros. Sendo impossível obtermos pelos nossos meios a enorme quantidade de dados nela contidos, escapou-nos assim uma importante dimensão de análise.

AVISO

Alertam-se todos os viveiristas para a proibição da introdução da amêijoa japonesa (espécie não indígena) na Ria Formosa e para os riscos que a cultura desta espécie pode trazer para a produção de amêijoa-boia.

De acordo com o nº1 do artigo 5º do Decreto Regulamentar nº14/2000 de 21 de Setembro, que regula a actividade da aquicultura, em águas salobras e marinhas, é proibida a introdução de espécies não indígenas em qualquer estabelecimento de culturas marinhas sem prévia autorização da DGPA.

Olhão, 8 de Novembro de 2000

O Director Regional das Pescas e Aquicultura do Sul
[assinatura]

Ou este, mais sumário:

Parque Natural da Ria Formosa
É punível por lei (D.L.xx; D.L.
xx)
caçar, poluir, colher plantas e
fósseis
na RIBEIRA DE CACELA
(Reserva ecológica nacional)
ADRIP 92

Ou este:

“NÃO COLHA HOJE AS SEMENTES DE AMANHÃ”

Como diz um calendário 2000, da Mútua dos Pescadores, afixado no Sindicato. O boneco que ilustra é um barco, por cima de peixes de diversos tamanhos. O desenho, em traços e cores infantis, em tudo apela a uma certa inocência, a um certo optimismo, reforçando por contraste o tema do cartaz, que é a sobrepesca e pesca de juvenis. [notas de campo, Olhão, 11/2000]

Ou ainda:



Ancão, 08/2000: instruções para a conservação das dunas, sob a forma de placa de trânsito e de passadiço.

Fazem parte deste tipo a sinalética gráfica e os avisos escritos, em placas, cartazes, folhetos, publicidade na imprensa, criados por organismos como o PNRF, a DGPA, o IPIMAR, as capitánias, as câmaras municipais ou empreendimentos turísticos. Há também documentos equivalentes produzidos por grupos específicos mais próximos, ou dentro, destas comunidades (por exemplo, Sindicato das Pescas, associações de viveiristas, associações culturais ou ambientalistas). Todos estes documentos são rotineiramente afixados em locais públicos, ou semi-públicos, identificáveis como espaços destas comunidades – capitánias, DGPA, cooperativas e associações profissionais, lotas, mercados de peixe, cafés ou tascas “de pescadores”, são os locais óbvios. Mas são também apresentados em espaços mais difusos, assinalando as “fronteiras” do PNRF, a entrada das praias, as margens da Ria; aqui, “performam” – no sentido de levarem, ou tentarem levar, as populações a agir de certa forma – um outro tipo de espaço, um espaço “natural”, “patrimonial”. Tentámos observar aqui os fluxos destas mensagens: que tipo de ordens passam para onde? Como são aceites, contestadas ou apropriadas, aproveitadas, retransmitidas?

d) documentos jornalísticos, literários, historiográficos e etnográficos

Cabem aqui todos os textos escritos com a intenção de ser publicados, a saber, notícias e artigos de opinião, da imprensa nacional e, principalmente, da imprensa regional; memórias, biografias, ficção e poesia “populares”, publicada em livros ou nestes jornais; e peças não publicadas escritas por alguns informantes nossos, cartas ou reflexões sobre a Ria Formosa, a vida no mar, a pesca, o viveirismo (pelo menos uma destas peças foi escrita expressamente para ser incluída na nossa investigação). Há uma importante produção local de textos de índole historiográfica e etnográfica, que tratámos como fontes secundárias (ou seja, estudos sobre a região) e, principalmente, como factos sociais, contributos para a construção desta realidade.

Além das consultas em arquivos, a leitura de alguns semanários editados nas principais cidades da Ria Formosa – mais comumente, *Jornal do Algarve*, *O Sotavento Algarvio* e *Postal do Algarve*, *Jornal Brisas do Sul*, *Algarve Região* e *O Algarve* – foi um hábito da equipa. Na linha de Michael Herzfeld (1992: 131 e segs.), pensamos que as peças jornalísticas são “directamente comparáveis” com outros materiais etnográficos, nossos ou de outrem. Transpomos para o contexto da Ria Formosa, do Algarve e de Portugal a sua afirmação sobre os documentos jornalísticos gregos: “Journalistic writing in Greece reproduces on a grand and highly public scale the agonistic conventions of ordinary speech.” (op.cit.:134).⁸ A imprensa regional, que muitas das vezes se auto-intitula “regionalista”, lida com estereótipos culturais (frequentemente relacionados com a identidade “marítima” do “povo algarvio”). Interessou-nos em especial averiguar como esta identidade é jogada retoricamente num dos principais géneros jornalísticos, o da denúncia, investigação e “julgamento” de casos. Utilizaremos principalmente notícias, artigos de opinião – assinados por jornalistas, ou muitas vezes, por notáveis da região – e cartas ou poemas de

⁸ Por exemplo, segundo Herzfeld, o carácter moral dos agentes é o grande recurso retórico utilizado nas conversações do quotidiano (grego) e nos processos jornalísticos para justificar o fracasso ou sucesso dos indivíduos e seus empreendimentos.

leitores que seguem uma série de passos semelhante a esta: identificação de um problema (por exemplo, a destruição das ilhas-barreira, a mortandade da amêijoia); atribuição de culpas e/ou de desculpas (a natureza, o turismo, a indústria, os governantes, a corrupção, a pobreza); apresentação de procedimentos correctores ou de situações alternativas (dragagens, molhes, demolições, emissários de esgotos submarinos, “naturalização” ou “artificialização” do sistema dunar). O tipo de análise aqui apresentado – descrição de processos “jurídico-jornalísticos” – permite relacionar temas aparentemente tão localizados com as tais “convenções agonísticas” da vida pública nacional.

e) documentos turísticos

Outra das grandes fontes de estereótipos culturais é o *marketing* turístico, disponível em guias de viagem, folhetos sazonais editados pelas Câmaras Municipais, desdobráveis e boletins dos empreendimentos hoteleiros, propaganda na imprensa ou páginas na Internet. O discurso turístico que percorre o contexto do PNRF têm uma estratégia retórica interessante, assente no aproveitamento do seu estatuto de território ordenado e protegido. Verifica-se aqui a articulação e integração de imagens e temas de origem múltipla: “ecologia”, “património natural”, “desenvolvimento”, “história”, “tradição”, “cultura”. Trata-se de uma forma de legitimar posições – apresentando uma realidade ou um projecto como se reunisse todas estas dimensões – que tende a ser usada nas movimentações políticas locais, mas também no quotidiano das comunidades de pescadores-viveiristas (que são cada vez mais elas próprias “agentes” turísticos). Seleccionamos apenas um exemplo, porque ostensivo:

DESTAQUE: Uma autêntica pérola da Ria

Contestada por alguns, aclamada pela maioria, a 10^a unidade hoteleira do grupo Vila Galé abriu as suas portas ao público no passado dia 1 de Julho. Mais uma vez em tempo recorde, a Vila Galé recuperou e reconstruiu em apenas 10 meses uma das mais bonitas peças do património histórico, arquitectónico e cultural do nosso país. Situado em plena Ria Formosa, o antigo Arraial Ferreira Neto, outrora em graves riscos de desaparecer por completo e votado ao esquecimento, renasceu agora transformado num magnífico Hotel de quatro estrelas.

Esta nova unidade denominada Hotel Vila Galé Albacora é, sem dúvida alguma, o exemplo da simbiose perfeita entre o homem e a natureza, onde o requinte e a qualidade das suas instalações estão em perfeita harmonia com o habitat natural em que está inserida.

Para além da excepcional qualidade dos serviços prestados, o Hotel Vila Galé Albacora permite a todos aqueles que o visitarem, perceber o que foi na realidade a pesca do atum e conhecer os hábitos, modos e costumes das gentes que estiveram ligadas aquilo que foi, provavelmente, a mais importante actividade económica da região de Tavira.

O esforço realizado pelo Grupo Vila Galé com a preciosa colaboração da Câmara Municipal de Tavira, permitiu ultrapassar os inúmeros obstáculos que foram colocados à aprovação deste projecto, fazendo renascer das cinzas uma peça que é, hoje em dia, não só um importante pólo de atracção turística da região de Tavira, como um notável marco histórico e cultural, que pode, sem falsas modéstias, ser considerada uma autêntica pérola da Ria Formosa.

[*Vila Galé Notícias*, nº5, Setembro 2000]

4) Registos

A recolha de dados originou registos e suportes diferenciados: escrita e registos orais, gráficos e imagens. Durante os exercícios de observação e ao longo dos contactos com os nossos informantes, fomos recolhendo notas em cadernos e em blocos. Mas a maior parte da informação foi transposta para o computador, no fim do dia, uma vez em “casa”. Isto gerou dois tipos de anotações: um mais imediato, frequentemente simplista, abreviado e estilisticamente pouco cuidado, e um outro mediato, envolvendo a construção de textos longos e “abertos”, com posterior aperfeiçoamento do estilo, do conteúdo e da forma.

Estes textos encontram-se organizados no anexo Notas de Campo. Nas nossas Notas há uma estrutura diacrónica subjacente, ainda que os dados não sejam apresentados completamente desta forma. Ou seja, são textos não-lineares, onde podemos identificar fragmentos de informação difusos, e, em certos momentos, aparentemente desconexos. As notas de campo – onde tal se torna mais evidente que em outros textos –, são “colagens”, “enumerações”, pequenas “monografias”, apontamentos desenvolvidos, exercícios escritos de memória. Não são, evidentemente, relatos de tudo o que observámos, nem sequer são os relatos possíveis, aquilo de que nos lembramos; tratam-se de construções textuais. Em muitos casos, as nossas notas de campo constituem já uma maneira de contarmos as “histórias” que pretendíamos contar e ressoam com outras informações recolhidas a outros níveis, com a literatura teórica e com os interesses individuais dos investigadores. Não é muito habitual em Antropologia a apresentação directa de notas de campo, mas consideramos ser um importante elemento de aferição da análise proposta no relatório.

Outras formas de registo de informação merecem alguns comentários. Assim, no caso particular de algumas informantes femininas (mariscadoras, donas de casa, esposas de mestres de pesca), optámos pela tradução no formato de apontamentos biográficos breves, delineando já o desenvolvimento de histórias de vida de mulheres. As entrevistas por nós levadas a cabo foram transcritas em dois momentos distintos: no decorrer da experiência do terreno e, para

completar algumas entrevistas e encetar as restantes, já depois das estadias de recolha. Alguns dos nossos informantes produziram para nós esquemas que pretendem explicar técnicas e tecnologias de pesca, de viveirismo, etc. Estes documentos surgiram ao longo de conversas e entrevistas realizadas com informantes. O seu emprego nesta pesquisa será sempre limitado (como ilustração).

A utilização de máquinas fotográficas acompanhou toda a pesquisa, em terra e no mar. Pretendeu-se deste modo fixar o máximo de práticas, sujeitos e objectos possível, por vezes sem o rigor da procura de enquadramentos óptimos. O acervo reunido (em parte digitalizado e em *slide*), constitui uma fonte actualizada de informações sobre práticas associadas à pesca, ao viveirismo, ao turismo, daí a sua inclusão em anexo e, mais completo, em CD-ROM.

A variedade de “dados”, orais e documentais, que nos esforçamos por utilizar reflecte uma das nossas hipóteses centrais, de que as comunidades de pescadores e viveiristas da Ria Formosa são “imaginadas” e criadas quotidianamente, continuamente, por discursos e práticas heterogéneas que não podem ser localizados apenas no interior dessas comunidades, no conjunto das suas actividades informais. Há frequentemente a tentação de olhar para os documentos escritos como fontes secundárias; no presente caso, tratar os documentos como contraponto mais estável, mais credível – numa palavra, mais objectivo – face à informação contextual e subjectiva das conversas e situações observadas. Importa esclarecer que não será esta a nossa posição: não recorreremos aos documentos escritos, sejam eles quais forem, para validar as outras observações – pelo menos não necessariamente. Os documentos raramente ficam com quem os produz; argumentações e temas científicos, jornalísticos ou turísticos circulam e são aproveitados pelas pessoas com quem falámos ou que observámos. Surgiam nas conversas connosco; mas eram

também utilizados nas diversas negociações do dia-a-dia destas pessoas. Era isto que intuíamos já na averiguação preliminar, quando sugerimos que “a aparente bipolarização discursiva” (limitávamo-nos aqui ao contraponto entre o discurso do PNRF e das populações piscatórias e viveiristas), “não pretende sustentar campos narrativos oponíveis e estanques, mas antes a coexistência de vários discursos, permeáveis e permutáveis entre si, por forma a se actualizarem e reinventarem” (Branco et al., 1998:14); apresentávamos então a hipótese de que pescadores e viveiristas, por um lado, e técnicos e pessoal administrativo, por outro, fazem a “apropriação parcial e interessada” dos discursos da outra parte, “por forma a autorizarem, no exterior, os seus próprios interesses e posições” (id., 1998:14).

Assim, e à luz da hipótese acima mencionada, encaramos os documentos escritos não tanto como perspectivas sobre uma realidade, mas como forças activas na modelação e ordenação dessa realidade; e encaramos as práticas que observámos não tanto como uma realidade descontaminada, restos de actividades tradicionais, exhibições de conhecimentos “indígenas” e “locais”, mas como afirmações ou atribuições públicas e muito generalizadas de tradicionalismo e “localidade”.

Capítulo II: Contexto da Ria Formosa: criações topológicas

Temos começado, em relatório anteriores, por descrever a realidade geográfica, geomorfológica e ecológica que contextualiza as comunidades que pretendemos estudar. Trata-se, de resto, de um procedimento disciplinar nas monografias etnográficas. Dispensamo-nos aqui de caracterizar estas realidades. Examinaremos, no entanto, um aspecto que já tínhamos intuído anteriormente, quando apresentámos o PNRF como um espaço essencialmente complexo. Escrevemos então:

Só genericamente se afirmará que as populações residentes na Ria Formosa têm uma “territorialidade”. De facto, parecem coexistir diversos mapeamentos inscritos na memória social dos diferentes grupos locais. Detectam-se realidades cartográficas anteriores nos seus discursos – por exemplo, são recordados os antigos limites da costa, pelo desaparecimento de marcos topográficos: a proximidade actual do mar e a trágica destruição do Arraial da Abóbora, em Cabanas de Tavira. Consoante os grupos sociais (mariscadores, pescadores, viveiristas, etc) e conforme o seu conhecimento da «ria» (aferido pela frequência) teremos dissemelhantes mapas de uma mesma área; além disso, esta está contínua e ciclicamente em mudança: vários fenómenos naturais concorrem para modificá-la (as suas alterações sazonais e as “perenes”), isto é, para a diversificação da sua cartografia. Além do mais, abaixo do nível do mar, existe um outro território: os fundos marinhos (da «ria» e do mar), que são domínio daqueles que exploram os seus recursos, e que deles terão os seus esquemas geográficos. Um bom exemplo são os cadernos onde os pescadores da Fuzeta anotam a localização e a descrição dos pesqueiros e o registo pormenorizado das suas pescarias, que consistem em roteiros imprescindíveis para a sua actividade. (...) Mas há igualmente outras instituições oriundas do poder político – central e local – e de mobilizações socio-económicas que, ao exercerem a sua acção nesta área protegida, escudadas do mesmo modo por instrumentos legais apropriados, desiguais, vão acrescentar a este território os seus limites administrativos, (re)classificando-o e (re)ordenando-o, de modo que resulta por vezes confusa a sobreposição de jurisdições aplicáveis a uma mesma parcela desse território. (...) Devem também ser registadas as territorialidades “ausentes” que, pelo facto de não estarem assinaladas no território desempenham, no entanto, um papel operante assinalável. E são operantes porque servem muitas vezes de esteio de intervenções (políticas, sociais, económicas, ambientais, etc) nesta área por parte do Estado, de

investidores privados, de organismos não governamentais internacionais, etc. Referimo-nos, portanto, aos territórios pensados e recriados longe da Ria Formosa, nos gabinetes das sedes ministeriais do poder central (como os mapas e/ou estudos que funcionam como meio de planeamento da implementação de actividades de âmbito nacional) ou elaborados em agências de poder mais longínquas (União Europeia) ou ainda em observatórios ambientais de pesquisa nacionais e internacionais (como o CIEM, o NEAFC). Cumpre também incluir, no registo das territorialidades ausentes os mapeamentos “afectivos” daqueles que deixam a Ria Formosa rumo à emigração.(Branco et al., 1998 6-10)

Referíamos então a tal complexidade falando em “territorialidades múltiplas”, “níveis cartográficos” sobrepostos, mapas dinâmicos. Aludíamos a um território *criado* por diversas entidades: pela natureza, pelas autoridades regionais, nacionais e comunitárias, por diversos agentes económicos e técnicos, pelas “comunidades” locais. Respondíamos assim à noção do senso comum local (dos diversos actores locais; e presente no discurso do próprio PNRF, no protocolo conosco celebrado, por exemplo), de que a Ria é um contexto mais ou menos activo, ora determinante de certas actividades humanas – “tradicionais”, principalmente – ora objecto da acção humana transformadora.

Nestas ideias ressoam, por um lado, questões centrais nos ramos da antropologia comumente designados por “antropologia ambiental”, “ecologia política” e, especificamente, na literatura sobre parques naturais e populações residentes. Por exemplo, a interpretação dos espaços naturais enquanto criações discursivas (“[A]nthropology has a critical role to play not only in contributing to our understanding of the human impact on the physical and biotic environment but also in showing how that environment is constructed, represented, claimed, and contested.” (Brosius, 1999: 277)); a análise da “metaforização das relações entre os homens e a natureza” (Little, 1999: 270); o estudo dos processos de “governamentalização”, ou apropriação e transformação de domínios da vida quotidiana – como sejam, os espaços “naturais” – pela administração central e pelas autoridades técnicas: “The ways in wich nature has been governmentalized—made the object of expert

knowledge, regularized, simplified and disciplined, managed, planned for, etc.—are still understudied.” (Escobar, 1999); ou a discussão de parques e reservas não apenas como contextos naturais mas enquanto actores políticos em si mesmo, formadores de populações diferenciadas e hierarquizadas: “I conceptualize national parks not simply as threatened by social, political, and economic forces beyond their control, but as active sociopolitical forces in their own right.” (Neumann, 1998: 9).⁹ Por outro lado, estas ideias constituem um modelo cultural que, parece-nos, organiza a vida social das comunidades do Sotavento algarvio (senão de outros espaços mais vastos). E que, certamente, organizou as relações que mantivemos nestas comunidades e o tipo de respostas que obtivemos. Pretendemos então expor aqui este modelo cultural – em certo sentido, o modelo local de “contexto”.

Que a Ria, pelas suas especificidades ecológicas, constitui um cenário privilegiado para certos modos de vida humana – as comunidades de pescadores e viveiristas, designadamente – ou que a Ria é “também” produto dos homens, não são simples lugares-comuns. São proposições que precisam de ser investigadas, pois representam temas retóricos¹⁰ essenciais no espaço social do PNRF. Estas afirmações podem ser moduladas de formas variadas, contraditórias, ou até conflituosas:

- enquanto descrição “neutra” da realidade ecológica ou histórico-social; veja-se, por exemplo, a seguinte apresentação de Tavira, numa página de informação turística na Internet. Aqui, nesta cidade, natureza e cultura/seres humanos surgem integrados em harmonia; a formosura da Ria é atribuída simultaneamente à sua natureza e à intervenção de uma tradição particular, de um tipo de povo bem localizado, “esse mediterrâneo que é o algarvio”:

⁹ Para diferentes perspectivas sobre estas questões teóricas, que aqui não cabe discutir, v. também Braun e Casteel, 1998; Latour, 1999; Little, 1999; Milton, 1993; Scoones, 1999, West e Brechin, 1991; Western et al. 1994.

¹⁰ Falamos em retórica não no sentido de expor armadilhas discursivas, de revelar métodos linguísticos de ilusão social. Entendemos aqui retórica como forma de criação de realidades através da discussão: “Our theme is meaning, how culture gives meanings to the worlds we inhabit. Environmental discussion has many functions: to protest, to expose, to reassure, to propitiate. And, as a result, laws are enacted, rules are revised, institutions are created and destroyed, lives endangered and saved. At the same time, meanings are created, thickened, discarded. And the meanings rebound, they affect the

Ilhas barreira, cordões dunares, a flora e a fauna... mas a Ria Formosa não se esgota nos elementos naturais. Marcas deixadas pelo homem também caracterizam a sua paisagem. Torres de vigia, atalhas e fortalezas, ermidas, capelas e igrejas, lagares, noras e moinhos fazem parte de um património que denominamos de cultural mas que não se confina aos edifícios, abrangendo todos os testemunhos dos homens que de forma directa ou indirecta, contribuíram para a história da Ria Formosa ou que ainda hoje a moldam. Dai a necessidade de preservação de embarcações e artes de pesca, com os arraiais que até há bem pouco tempo animavam a ria, com as várias formas de artesanato que a voragem do tempo quase fez desaparecer. Águas vindas da serra e do mar, a vegetação das areias e do sapal, ilhas e canais partes de uma ria que para ser de todo formosa deve ser também o branco do casario que o rodeia, o garrido da cor dos seus barcos, a presença sempre esfusiante desse mediterrâneo que é o algarvio, tudo isto se pode encontrar na paradisíaca Tavira. [Tavira Ambiente, in www.istp.pt/tavira/ambiente.htm]

- enquanto crítica e atribuição de culpas; no excerto a seguir, por exemplo, um antigo pescador, viveirista, residente na Fábrica, recorre a este tema para explicar a “decadência” da sua terra e da Ria Formosa em geral:

G: Mas pescava-se na Ria?

P.C.: Sim senhor, pescava-se! Chegavam aqui a vir aqui dez, quinze ou vinte levadas [...] a carregar barcos de peixe para a lota de Tavira. Tudo isso com o tempo morreu! O rio¹¹ foi degradando, a natureza também tem culpa, quer a natureza quer os homens. A natureza tem culpa numa parte, os homens noutra, que não tratam das coisas quando deviam tratar, e as coisas degradam-se. Quando querem recuperá-las, já são irrecuperáveis... não tem recuperação a cem por cento, deviam ter, se tivessem feito isso antes.

G: E a natureza, qu’ é que fez pr’a...

P.C.: Pois isso a natureza... pois... é as placas que apertam, e os rios, o rio enstretam! Sim senhor, a placa africana aperta pr’ó norte e o rio, com o correr dos anos, com vendavais, muita chuvada, vai enchendo sempre o rio de lodo... e ficando cada vez mais baixo... Até que chega a um ponto de degradação que nada é rentável já,

outcomes, the laws, rules and institutions. Indeed, the meanings become the ‘situation’ [...]” (Myerson e Rydin, 1996: 2).

¹¹ Sobre o termo “rio”, cf. entrada correspondente no glossário anexo.

no rio. Porque o rio não tem fundura p' a criar nem o peixe nem o marisco. Quanto menos água ha' i, de Verão aquece a uma temperatura de vinte cinco ou trinta graus, e quando vem a primeira onda da maré-cheia, a água espalha nos viveiros e mata o marisco... aquece, vem quente... arrebenta com tudo! Isto é o sítio, o sítio. Quanto aos viveiros, os viveiros é preciso muito trabalho e muito carinho!

- como auto-justificação e auto-valorização, legitimando determinadas acções; por exemplo: “Escrevam lá isso tal e qual eu vou dizer: já não há bancos naturais... Agora, os viveiros é que são os bancos naturais”, “nós [concessionários de viveiros] é que fazemos os bancos naturais, senão estava tudo morto”, disse-nos um dirigente de uma cooperativa do sector. Esta afirmação é a base da argumentação de alguns grupos em negociações com o PNRF, a DGPA, as autarquias ou as autoridades portuárias; mas para outros dirigentes, de outras associações, este enunciado visa apenas acabar com uma actividade (o marisqueio) e autorizar a transformação dos escassos bancos naturais que existem em concessões de viveiros – a distribuir, precisamente, por aqueles que a proferem.
- Também pode corresponder a pressupostos apagados em práticas administrativas: por exemplo, os engenheiros do PNRF reconhecem um tipo de “humanização” da Ria, a prática dos areeiros, a distribuição de areia pelos terrenos de viveiros; esta humanização é administrativamente construída como um “problema” – uma das causas principais do assoreamento da Ria –, sendo objecto de regulamentações e fiscalizações rígidas. Mas outro tipo de “humanização”, a criação e manutenção da complexa rede de “regueiros” que atravessa os terrenos de viveiros e bancos naturais, é omitido; esta prática não parece levantar grandes problemas administrativos e, por fundamental que seja para o equilíbrio ecológico da Ria, é quase deixada à regulação costumeira e local.

Falar da Ria como espaço “humanizado” ou, inversamente, como espaço “natural”, constituem afirmações produtoras de certos efeitos, criadoras de

determinadas realidades. Estão intimamente implicadas nas estratégias quotidianas dos diversos actores destas comunidades. Trata-se de algo que devemos examinar enquanto atribuição, algo que é criado por actores diferentes, de formas diferentes, com efeitos diferentes, nos processos sociais, técnicos, políticos, económicos desta zona do Sotavento algarvio. Exploraremos aqui este eixo de ordenação social, examinando alguns casos relacionados com “areias” – com destruição e recuperação das dunas, construções clandestinas nas ilhas barreira, assoreamento, dragagens. Este objecto caracteriza-se, justamente, pelo seu dinamismo natural e pela complexidade cartográfica que o circunscreve; usamo-lo pois para ilustrar os processos de criação contínua do contexto da Ria Formosa acima mencionados. Os três casos que a seguir apresentamos, baseados principalmente em documentos escritos – correspondência administrativa, relatos de imprensa, comunicados políticos – encenam então estes nossos argumentos.

1. Por vezes, a existência do cordão dunar, ou até mesmo das ilhas, parece oferecer poucas dúvidas. As dunas estão lá, o canal também, não se encontram seriamente ameaçados, a sua presença e as suas características impõem *naturalmente* práticas bem definidas, para alguns, levantam problemas, para outros.

[Para: Presidente da Câmara Municipal de Tavira;
 Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas; Capitania
 de Tavira; Direcção Geral de Portos]
 Como é do conhecimento de V. Ex^a, o PNRF está a
 proceder a uma recuperação do cordão dunar com a
 colocação de passadiços e plantação de estorno
 (*Ammophyla arenaria*). Venho desta forma informar V.
 Ex^a que à semelhança do que já se fez noutras ilhas, vai-
 se proceder à colocação de um passadiço em Cabanas.
 [...]
 [Assinado, director do PNRF] [carta de 8/11/89;
 Arquivo do PNRF: 7.4.7]

Aqui o cordão dunar que faz a ilha de Cabanas é apenas uma porção natural de areia; erodível, é certo, mas também recuperável, com o auxílio de outros elementos naturais (o estorno) e diminuindo o impacto da presença humana (por meio dos passadiços). Uma outra carta, imediatamente anterior, permite-nos ver em que sentido a existência do cordão dunar pode estar um pouco mais em causa.

[Para: Presidente da Câmara de Tavira]
 Temos a informá-lo de que a Praia de Cabanas está definida no Plano de Ordenamento do PNRF como sendo uma zona de uso limitado dos recursos naturais. Como tal, e de acordo com o Art.10 do regulamento do Parque, ‘nas zonas de dunas e praias não é permitida qualquer medida tendente a facilitar a acessibilidade’, nem é permitida a ‘instalação de qualquer tipo de construção, infra-estrutura ou equipamento’. É, portanto, desejável que o acesso à Praia de Cabanas não seja facilitado de forma a limitar o uso público desta zona e *a preservar o ambiente tão natural quanto possível*. Por este motivo, não pode o PNRF autorizar a construção da ponte pedonal pretendida.
 [Assinado, director do PNRF]” [Carta de 24/10/89; Arquivo do PNRF: 7.4.7; itálico nosso]

Nesta carta, o “ambiente natural”, a natureza do cordão dunar, surge claramente como uma *possibilidade* dependente de instrumentos administrativos e de restrições impostas ao comportamento das populações humanas. Esta carta é apenas uma, na sucessão de pedidos feita ao Parque para autorizar a exploração da praia de Cabanas, iniciada pelo menos um ano antes. Nesta sucessão de pedidos são várias as partes que intervêm; cada parte define um problema específico, determina o seu contexto e identifica uma população interessada, em nome da qual se apresenta. Cada parte vai deste modo sobrepondo uma rede complexa de interesses ao que podia ser uma simples porção de areia.

[Para: Presidente da Câmara de Tavira; Cc: Director do PNRF]

Devido a reclamações da grande maioria da população de Cabanas, devido a que alguns donos de barcos que fazem a travessia da Ria no transporte de pessoas para a Praia, que esses senhores chegam a levar um preço exorbitante o que afasta o turismo da nossa freguesia, para outros locais onde não é necessário passarem de barco, rogo a V. Ex^a o seguinte: Que interceda junto das Autoridades competentes para que seja construída uma pequena ponte para peões em Cabanas de ligação à praia (Ilha) [...] Senão qualquer dia por este andar ninguém nos quer visitar.

[Assinado, presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira]. [carta de 15/12/88; Arquivo do PNRF: 7.4.7]

O director do PNRF responde ao Presidente da Câmara de Tavira, requisitando mais elementos para decidir, nomeadamente, um mapa a assinalar o local exacto da desejada ponte. A carta seguinte (de 6/7/89) é do Presidente da Junta de Cabanas, dirigindo-se já directamente ao director do Parque, solicitando uma reunião urgente, tendo em conta o adiantado da época balnear, ou seja, a salvaguarda dos interesses turísticos. No ano seguinte (em 27/3/90), o Presidente da Junta de Cabanas dirige-se ao Secretário de Estado do Ambiente (numa carta por este reenviada ao director do PNRF, com a sugestão de um encontro pessoal entre presidente da Junta e director do Parque). A carta “solicita a resolução de um problema que a autarquia vem solicitando às autoridades superintendentes”:

Como V. Ex^a muito bem conhece Cabanas de Tavira, é uma povoação com grande apetição turística e neste momento o acesso é feito através de barco, o que nada temos contra, temos sim o que as pessoas nos vêm reclamar dizendo que são praticados preços elevados, por vezes até exorbitantes, e que nos afasta o Turismo da nossa Freguesia, e quem sabe até de Portugal para a nossa vizinha Espanha, o que nós pensamos se houver um pouco de boa vontade de todas as partes conseguiremos chegar a bom senso para a construção da referida Ponte Pedonal, fica a ganhar a Freguesia, o Concelho e Portugal, porque tão carenciados de divisas

estamos e era uma obra que a ser feita contribuiria para a receita do Turismo ser elevada para bem de todos nós. [Assinado, presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira]” [27/3/90, Arquivo do PNRF: 7.4.7]

No ano seguinte, o processo é retomado, desta vez, pela mão de um engenheiro florestal, presidente da comissão política da secção tavirense do partido do governo da altura. O engenheiro envia ao Secretário de Estado do Ambiente, “oficiosamente”, acompanhada por um cartão pessoal, uma cópia de um ofício (redigido pela secção do partido). Este ofício começa por afirmar ser do conhecimento de “todos” que as praias do concelho de Tavira têm “a maior qualidade ambiental da Região do Algarve” e que “a nível nacional” só têm par “nalgumas do Sudoeste Alentejano”, e continua:

Para além das suas características naturais ímpares e da excelência da sua localização, têm igualmente os condicionalismos de que se reveste a sua acessibilidade concorrido para a preservação das condições ecológicas do meio. Somos capazes de reconhecer e defender esse estatuto de privilégio, mas parece-nos contra-natura não adequar a sua capacidade de carga aos interesses da população residente e do turismo.

Passa então a identificar os principais problemas: a população de Cabanas e Conceição de Tavira frequentam praias noutros concelhos, “apenas por uma questão de comodidade e não de qualidade ou preferência”; “o forte condicionamento das acessibilidades à praia de Cabanas é redutor das possibilidades de recreio e lazer da população no seu lugar, originando-lhe problemas de índole económica, social e cultural”; a economia local é gravemente afectada pela ausência de pessoas, por largos períodos do dia, na época estival, afastados de Cabanas pelas restrições de acesso à ilha.

A estes problemas contrapõe uma série de interesses: o turismo de qualidade que caracteriza o local justifica melhoria das condições de usufruto da praia; “a zona lagunar é muito pouco profunda [...] nem a influência das marés modifica, em consequência, de correntes sem significado [...] as hipóteses de compatibilização do equilíbrio ecológico e da perenidade do ecossistema com o

uso público e o turismo são, neste caso, prováveis”; o “sentimento generalizado” das populações e dos “representantes” da vida económica revela um “interesse público justo”.

Em 4/7/91, na sequência de todas estas propostas, um técnico do PNRF envia um parecer interno ao seu director. O técnico começa por verificar que o acesso à praia de Cabanas, tal como a maioria dos acessos às ilhas, é “condicionado” pela presença da zona húmida. Enumera depois as soluções que têm sido adoptadas para suplantar este condicionalismo: carreiras regulares de embarcações públicas ou barcos particulares mediante pagamento; pontes fixas ou flutuantes (anteriores à criação do PNRF); acessos autónomos. A seguir, traça uma breve história do canal de Cabanas, das suas alterações que implicaram novas formas de travessia. Em Cabanas era costume atravessar-se a pé, aproveitando a maré, “embora esse atravessamento seja perigoso nalguns pontos, devido às condições particulares do fundo da Ria”. Verifica no entanto que, sendo difícil, o acesso faz-se, como o provam os três “apoios de praia”, “que evidenciam afluência significativa”. Finalmente, traça as “perspectivas” para a construção da ponte. Os efeitos directos deste projecto dependem do “tipo de estrutura e da técnica de instalação e da sua melhor ou pior integração paisagística”; não sendo previsível que estruturas “de tipo precário [...] possam promover alterações, por exemplo, a nível da circulação hídrica ou danos no sapal”. Já as “eventuais consequências indirectas” serão mais danosas: “Ao garantir um melhor acesso à ilha, provocará naturalmente uma maior afluência e uma maior pressão sobre o sistema, constituindo a ilha de Cabanas um dos sectores mais frágeis da Ria Formosa”; e outros pontos desprovidos de acesso directo às ilhas (Fábrica, Santa Lúzia, Fuzeta) teriam também que ser contemplados, “por questões de equidade”. Com a habitual fórmula de atribuição de autoridade – “Certos que V. Ex^a melhor decidirá” –, o técnico termina deixando estes pontos à consideração do Director do Parque, e recomendando que, caso se decida pelo atravessamento pedonal, atenda especialmente à localização, tipo de estrutura e técnica de construção da ponte.

Os pedidos para a criação de uma travessia pedonal do canal de Cabanas continuaram pelo menos até 1994. Em Fevereiro deste ano, “representantes de um grupo de proprietários, comerciantes e outros ligados ao interesse no desenvolvimento da Povoação de Cabanas” solicitam diversos melhoramentos, sendo o primeiro deles a construção da ponte. A argumentação retoma alguns dos temas dos pedidos anteriores, acrescenta outros: Cabanas é a “aldeia preferida do Algarve”, “ponto ideal quere [sic] pelas suas características naturais ou ainda pela actual preservação da sua sanidade ambiental, para aqui gozarem as suas férias”; a travessia é uma infra-estrutura de “primeira ordem” para o “desenvolvimento local”; a ligação à praia é uma “grave lacuna” que dissuade o turismo; Cabanas é a única povoação de “toda a Ria Formosa” que não tem sistema de atravessamento organizado, o que acarreta a “total ausência de segurança e de responsabilidade por eventuais acidentes” [Arquivo do PNRF: 7.4.7].

2. Na segunda quinzena de Março de 1990, o mar galgou uma parte considerável da Praia de Faro. As ondas ultrapassaram as dunas e “comeram” o muro de protecção paralelo à estrada que percorre a península, avançando velozmente para esta “espinha dorsal da localidade”, no dizer de um jornalista. Derrubado o muro e superada a estrada, as ondas aproximaram-se de algumas habitações e estabelecimentos comerciais. As autoridades condicionaram o trânsito automóvel na “ilha”, que ficou ocupada por piquetes de bombeiros e da Guarda, prontos a evacuar as populações, caso fosse necessário. À “ilha” chegaram ainda alguns batalhões do exército, para construir uma ponte provisória, destinada a facultar o acesso a camiões, carregados com pedras para tentar travar o mar. Mas ao longo dos últimos dias deste Março, o mar continuou a destruir o muro de protecção e a aproximar-se dos edifícios. No fim do mês, tinham sido parcialmente destruídas três habitações; os gastos em reparações de emergência ascendiam a dez mil contos; os proprietários dos restaurantes queixavam-se de prejuízos na ordem dos mil contos, cada um (para uma cronologia destes acontecimentos, cf. Gregório e Gonçalves, 1990).

Os jornais locais (e também nacionais), documentaram exaustivamente estes acontecimentos, chamando-os às primeiras páginas, com manchetes e fotografias abundantes. O tom dos relatos era dramático e os jornalistas deixavam antever o desaparecimento iminente da península de Faro: “Salvar a ilha de Faro é prioridade – Dilúvio anunciado” (Gregório e Gonçalves, 1990); “No momento em que escrevemos estas linhas, não sabemos se a ilha de Faro se partiu, em mais uma ou duas partes...” (*O Algarve*, 1990); “O último fim-de-semana voltou a ser preocupante para a sobrevivência da ilha de Faro, cujos habitantes viveram horas dramáticas, face ao avanço do mar que engoliu largas dezenas de metros da já muito minguada língua de areia.” (Viegas, 1990).

A destruição do cordão dunar e das construções humanas, no entanto, constituiu apenas parte das notícias. Imediatamente, os jornais passaram a dar conta das intervenções de várias personalidades – presidente da Câmara de Faro, Secretário de Estado do Ambiente, dirigentes e técnicos do PNRF, académicos, grupos de moradores do local, profissionais da pesca ou do viveirismo –, que se envolveram num processo público de atribuição de responsabilidade. Tratava-se explicitamente de identificar culpas, e culpados, pela tragédia; formaram-se então dois grandes campos de acusação, dois campos opostos e conflituosos. Um, que podemos classificar como mais central, era formado pelo Governo, administração do Parque, cientistas, associações ambientalistas, jornalistas e *opinion makers* de Lisboa; o outro, mais local, era formado essencialmente por autoridades municipais e grupos de residentes. Vejamos.

Na sequência dos dramas de Março de 1990, algumas posições caracterizavam-se pelo recurso a uma certa estratégia retórica. Tratava-se, em termos genérico, de revelar uma espécie de vontade natural, de afirmar algumas intenções das forças da natureza. Escrevia-se, por exemplo: “O mar quer novos caminhos: Está a formar-se um canal que configura a abertura espontânea de uma barra, no cordão dunar da Ilha de Faro junto ao restaurante Roque...” (*Algarve Região*, 1990); “O mar não admite muros entre a Quinta do Lago e o Ancão, nem as dunas suportam desvarios do imobiliário. As marés, as areias e os

ventos não se travam com intenções pouco transparentes e mesquinhas.” (1990); “Areias da Ria Formosa foram ao Parlamento!!!” (Norte, 1991); já em Fevereiro de 1998, lembrando o aniversário da destruição de 1990, e assinalando mais uma grave investida do oceano, o semanário *Povo do Algarve* proclamava em manchete: “Mar toma posição sobre construções clandestinas” (Mealha, 1998). É comum na imprensa local atribuir alguma *agência* a objectos inanimados, sobretudo em casos relacionados com incidentes ou acidentes “naturais”. Mas afirmações como as citadas são, evidentemente, quase sempre irónicas; visam apontar outras acções ou omissões consideradas realmente responsáveis pelos acidentes. No artigo do *Povo do Algarve*, designadamente, dava-se conta de novos galgamentos das dunas pelo mar na Ilha de Faro, e da destruição de mais algumas habitações: “a força da natureza foi superior à vontade dos homens”. Dizia-se que o mar, aparente causa do desastre, estava assim a “tomar posição” contra a prática que seria a verdadeira causa da destruição – as construções clandestinas. “Mas porque razão chegou tudo a esta situação? A pergunta tem uma resposta simples: construção demasiada, desordenada e enfraquecimento do cordão dunar.” (Mealha, 1998: 10).

Pelo que podemos perceber nos relatos da imprensa, era esta igualmente a linha de argumentação das autoridades centrais: a natureza não pode ser culpada; responsabilizar o mar serve apenas para ocultar as práticas humanas nefastas e ilegais que são causas profundas dos acidentes. Esta argumentação não é apenas discursiva; tinha já vindo a ser posta em prática nas políticas ministeriais de demolição das “construções clandestinas” (previstas pelo menos desde 1985, num plano de ordenamento da Ria Formosa; cf. *O Algarve*, 1985). Os dois exemplos seguintes representam claramente a linha “oficial”: apontam determinadas características naturais, expõem algumas forças e interesses – aqui, na figura dos poderes autárquicos – que contrariam essas características. Assim, um especialista da Universidade do Algarve escrevia, num longo artigo de um semanário regional:

Tanto quanto sei, a temeridade [da ocupação e construções humanas na Praia de Faro; ‘temeridade’ porque este terreno se caracteriza justamente pela instabilidade] iniciou-se com a desafectação do domínio público marítimo (...). Em poucos anos, a ilha foi recortada em pedacinhos, vendidos eufemisticamente em direito de superfície, transformando-se numa fonte de financiamento para a autarquia e numa selva densa de habitações desordenadas, aumentando a natural sensibilidade do cordão até aos limites da ruptura. (Marques, 1990)

E o então jornalista do *Público* José Manuel Fernandes explicava algo de semelhante, numa também destacada coluna de opinião, em que desenvolve outro tópico frequente – a associação dos interesses anti-naturais a um quadro de transformação social. Alude então a uma sabedoria “antiga”, respeitadora da natureza, oposta aos interesses económicos presentes, que tudo “artificializam”:

Com efeito, para a manutenção do equilíbrio da duna (...) é necessário que a areia possa ter alguma circulação (...). Não é por acaso nem por capricho que os antigos palheiros do nosso litoral centro eram construídos sobre estacas (...). Este tipo de construção permite a mobilidade das areias e o crescimento da vegetação natural. As estradas, muros e prédios de vários andares que a Câmara construiu ou deixou construir na Ilha de Faro representam, em contrapartida, uma artificialização da duna incompatível com a dinâmica natural. (Fernandes, 1991)

O outro campo de argumentação, de origem “local”, por sua vez, atribuía a agência quase toda ao mundo natural. Neste campo afirmava-se a acção determinante da força do mar, contrapondo-se esta à falta de acção dos governantes e técnicos. Por oposição aos argumentos centrais, considerava-se que as populações locais e as suas construções clandestinas não poderiam ser culpadas, e que faze-lo servia apenas para “iludir” a inércia das autoridades.

A luta contra a gula do oceano foi tremenda e nela a autarquia consumiu largos milhares de contos, na defesa da população e do comércio locais, sem esquecer o bem-estar dos muitos utentes que, às centenas, aos milhares, naquele espaço procuram gozar as suas férias e momentos de lazer. Veio a Primavera, o tempo bonançoso, a esperança renascida dos homens ante a reposição pelo mar das areias roubadas em tempo agreste, enquanto os responsáveis

autárquicos iam apelando providências urgentes das entidades superiores responsáveis, sem resposta. Inclusive, o Governo permaneceu calado. [O] presidente da Câmara Municipal de Faro, lamentando esse silêncio, garantiu que apenas o ministro do Ambiente [...] lhe manifestou a sua ‘solidariedade na preocupação’. Curiosamente, até o partido do Governo informou a imprensa sobre as suas diligências junto dos órgãos próprios e competentes, no sentido de ser encontrada com urgência, a solução que o caso requiere! [sic] Debalde! O Inverno está aí, a praia de Faro outra vez à espera de um sueste qualquer que rape as areias e provoque o pior... Aliás, o processo já recomeçou... (*Jornal do Algarve*, 1990)

Os jornais citavam moradores, com afirmações neste sentido: “‘Não é verdade que sejam as pessoas a estragar o areal’ mas sim o ‘vento que leva areia da praia para a ria’” (*Jornal do Algarve*, 1990a); e deram particular voz à Associação para a Defesa e Desenvolvimento da Praia de Faro, que aliás se formou em torno de problemas como este (id.). Esta associação responsabilizou, em comunicado à imprensa, o Secretário de Estado do Ambiente da altura, não por ser culpado pela destruição da Praia de Faro, mas por “iludir a opinião pública [quanto à] realidade do fenómeno que afecta aquela ilha” (*O Algarve*, 1990). A “realidade do fenómeno”, para esta associação, “nada tem a ver com a questão das casas existentes na Praia, mas sim com o das correntes marítimas, nomeadamente as provocadas pelo mar sueste que levam as ondas a fazer desaparecer milhares de metros cúbicos de areia” (id.; tb. Gregório e Gonçalves, 1990), “para os mais simplistas (...) o problema reside na carga humana a que esta praia tem estado sujeita (...). Contudo (...) o problema é muito mais complexo e passa por um fenómeno à escala mundial, que tem a ver com a erosão marítima.” (*Correio da Manhã*, 1990). Um dia depois deste comunicado, diversos muros do local “apareceram pintados com slogans a pedir a demissão do Secretário de Estado do Ambiente” (Gregório e Gonçalves, 1990).

Um autarca, dirigente de uma associação regionalista, pôs “à consideração” da Assembleia Municipal uma tomada de posição sobre a “Defesa da chamada Ilha de Faro”; aqui, o autarca começava por desculpabilizar as construções

clandestinas e responsabilizar alterações recentes no regime de circulação de ventos e correntes:

Na minha modesta opinião, não é a ocupação distorcida e indevida do cordão dunar, nem o trânsito e a sobrecarga humana que porão em risco a segurança da ilha, mas sim outros factores. (...) O fenómeno do desassoreamento é outro e a sua causa está nos ventos e correntes dominantes que se têm feito sentir nas últimas décadas na nossa costa.

Esta tomada de posição introduz uma *nuance* importante, acrescentando uma série de “factores humanos” que terão provocado as tais recentes alterações do contexto natural: a construção de esporões em Quarteira e Vila Moura, “que retêm as areias que no seu movimento natural iriam alimentar a Praia de Faro”; a construção de barragens, que acarreta a “falta de alimentação das nossa praias pelos materiais carregados pelas cheias de linhas de água importantes”; e, “talvez o mais importante, “a extracção indiscriminada das areias da Ria” (cf. tb. *Correio da Manhã*, 1990). Vimos que os comentadores e políticos “centrais” opunham a dinâmica natural do sistema dunar a interesses autárquicos; este autarca opõe-na a interesses imobiliários, industriais ou da administração central.

3. Habitúamo-nos, desde o início do trabalho de campo, a ver as dragagens da Ria Formosa como acontecimentos especiais, como algo que dificilmente passava despercebido. O aparato técnico dos trabalhos atrai muitos curiosos, é certo; mas este não é um espectáculo neutro. As dragagens são marcos da vida das comunidades de pescadores e viveiristas; os nossos informantes usam-nas frequentemente como referências cronológicas – “isso foi antes de vir para aí a draga” – e, mais importante, estas referências tem frequentemente um valor explicativo: considera-se que as dragagens produzem um novo estado de coisas. À primeira vista, as dragagens são, geralmente, consideradas como uma

esperança de “salvação”. Podem ser criticados aspectos como o traçado exacto da obra (passará por cima de viveiros?), a sua calendarização (coincidirão com a época banhar?), a ordem das prioridades (“primeiro fazem o Ancão, que é onde estão os ricos!”), os seus custos; mas a sua necessidade parece ser bastante consensual. Verificam-se reclamações públicas por dragagens (associadas ou não a medidas de estabilização do cordão dunar) pelo menos desde a formação da Reserva Natural da Ria Formosa. Os termos e os argumentos têm-se mantido quase constantes: as dragagens, juntamente com a abertura (ou encerramento) de barras, são reivindicadas por pescadores ou viveiristas, como medida contra o assoreamento. Afirma-se habitualmente que assim se aumentará a “circulação” das águas, e por isso a “oxigenação”, a disponibilidade de “alimento” para o marisco ou o vazamento das águas dos viveiros, e assim se fomentará a produtividade; ou que assim se criarão canais mais navegáveis, que irão melhorar a segurança das embarcações. (veremos discussões locais deste tópico no capítulo seguinte). É também um quadro reproduzido pelos jornais: por exemplo, “A ilha-praia de Faro entrou esta semana em ‘hora de salvação’, através de uma operação de drenagem [sic] de areias da ria para a costa, decidida pelo Governo. Os comerciantes locais e os residentes exultaram com a iniciativa (...)” (Viegas, 1991); “Momento histórico na Praia de Faro: Draga dá vida à ria Formosa. A população de Faro, muito especialmente pescadores, viveiristas e mariscadores desta velha terra com dez séculos está hoje, entusiasticamente, a viver um momento histórico de grande importância (...)” (Esteves, 1997).

Esta narrativa consensual, no entanto, torna-se conflituosa, quando se trata de indicar já não que obras fazer, onde ou quando, mas sim quando se trata de saber quem pode tomar essas decisões, quem tem mais autoridade para o fazer, e em que se fundamenta essa autoridade. Diferentes respostas a estas perguntas implicam sucessivas redefinições da natureza, da ciência e do conhecimento, da tecnologia, e da posição que ocupam as diferentes populações humanas nestes campos. Vejamos.

As obras actualmente em curso na Praia de Faro (...) não vão, contudo, no ver dos nativos daquela ilha, beneficiar grandemente aquela zona da capital algarvia. Senão veja-se: Ainda antes do Verão foram tomadas idênticas medidas, isto é, a reposição da duna primária através de dragagens feitas da Ria para a costa. (...) Actualmente, são os pescadores que perguntam: ‘Onde está essa areia?’ Como resposta teríamos: Talvez na barrinha, ou em Quarteira. Como é sabido, com as forças da natureza não se brinca. Queremos com isto dizer que a força das marés, bem como os seus movimentos, retiram e repõem o areal que constitui a duna primária. Chama-se a isto o movimento dunar, que nós, queiramos ou não, temos de aceitar como natural (...) Na opinião dos pescadores que podem e devem ser considerados os velhos lobos do Mar, as actuais obras não se estarão a proceder da maneira mais correcta. No ver destes homens, a reconstituição da duna, tem que passar necessariamente pela feitura de molhes ou quebra-mares. Estes quebra-mares surgiriam em forma de T e, só depois, viria a reposição das areias. Constatámos, mais uma vez, que se põe o carro à frente dos bois. Ainda no julgar desta gente tudo isto não passa de um simples atirar de AREIA PARA OS OLHOS DAS PESSOAS (...) Estas as declarações de pescadores que vivem e convivem na Praia de Faro, conhecendo todos os problemas naturais que a envolvem ao longo dos tempos. E a velha razão estará, naturalmente, do lado dos sábios do tempo... (Sá, 1992)

Esta notícia usa o procedimento retórico de contraposição de dois “lados” formados para enfrentar um problema uno. Começa por apresentar uma situação calamitosa, no caso, a destruição do sistema dunar, que afecta incontestavelmente toda a gente, pelo dramatismo dos seus efeitos. Dá-nos então a conhecer um lado que financia, concebe e ordena as intervenções aparentemente necessárias para resolver este estado de coisas. O lado de quem tem poder para intervir é composto por técnicos, engenheiros, políticos nacionais. A este, opõe-se outro lado, composto pelos “nativos da ilha”, pelos homens que mais necessitam de tais obras, mas que não têm poder de intervenção. Têm, no entanto, uma relação privilegiada com o problema: este lado é dos “velhos lobos do mar”, dos “sábios do tempo”; de pessoas que

fazem *naturalmente* parte do “contexto”, que lhe estão ligadas, que o têm trabalhado e experimentado “ao longo dos tempos”. Esta posição autoriza a formulação de críticas em relação às obras programadas: os “velhos lobos do mar” aprenderam na prática a conhecer, e mesmo respeitar, o comportamento íntimo e caprichoso das “forças da natureza”. É por isso do lado deles que está a “velha razão”. Recursos retóricos semelhantes são recorrentes nas diversas manifestações dos organismos de viveiristas; assim se responde às consultas efectuadas pelo PNRF a propósito dos projectos de requalificação do sistema dunar-lagunar. Os viveiristas estabelecem a sua autoridade afirmando a sua ligação natural ao contexto, e indicam depois as obras que devem ser feitas:

[Ao Director do PNRF; Cc: Ministra do Ambiente]

Assunto: Projecto de Dragagens da Ria Formosa

No seguimento da reunião havida nesse Parque [...] realizou-se uma reunião com alguma dezenas de nossos associados [...] Lamentavelmente, V.Ex^a mais uma vez primou pela ausência, facto que os nossos associados presentes registaram com o mais vivo desagrado e sentida mágoa. E foi pena que V.Ex^a não estivesse estado presente naquela reunião! Pois pensamos que teria sido útil e vantajoso, para V. Ex^a, ter ouvido da boca dos presentes o saber das coisas, saber das coisas feito da experiência prática do dia-a-dia no exercício da sua actividade profissional. [...] sendo certo que os problemas que afectam a Ria serão de mais difícil solução se o Parque Natural da Ria Formosa, na pessoa do seu director, continuar a insistir em voltar as costas ao diálogo directo com aqueles que mais directamente conhecem os problemas e com os quais se confrontam diariamente. De facto, este Parque Natural só tem razão de existir enquanto existir a Ria Formosa e a perpetuação desta depende também da existência dos pescadores, dos concessionários de viveiros de amêijoas, dos mariscadores, dos aquacultores, dos salicultores, enfim das pessoas que dela vivem há anos e que ao longo deste tempo a têm moldado. [segue-se lista de sugestões de obras]

[Carta do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, de 6/3/98; Arquivo do PNRF, 8.9.16]

[Ao Director do PNRF]

Assunto: Abertura da barra e canal na praia de Faro

Queremos informar V. Exa. de que tudo o que foi dito por nós na reunião para que fomos convocados e que parte foi confirmado pela n/carta de 30/5/1997 se concretizou, infelizmente, tendo uma grande parte dos viveiros sido destruídos E outros serão nos próximos meses, bem como o grande banco de reprodução natural denominado "Cabeça do Arnaldo".

Queremos ainda informar que a redução nas dragagens do canal para 20 metros e a redução da cota de -2 para -1 e em alguns casos até ficou com cotas positivas, tal como afirmamos na nossa carta de 25/6/97, foi um desastre.

Tal como afirmámos no 8º paragrafo da n/carta de 25/6 o canal iria assorear, o que está a acontecer e podia ser evitado.

Tem o Parque Natural da Ria Formosa um trabalho, feito por esta Cooperativa, que levou alguns meses a realizar e que cedemos gratuitamente, onde se fazia a referência de que deveriam ser abertas duas grandes bacias; uma no interior da Ria e outra no exterior e só depois é que a barra seria aberta, permitindo que durante alguns anos todas as areias arrastadas se fixassem nessas bacias e desse estabilidade à barra e aos canais. Hoje está formada, no exterior da bar recentemente aberta, uma praia, restando ao baixa-mar uma pequena entrada para as pequenas embarcações. (Agradecemos que tomem em conta o perigo instalado).

Sr. Director, a experiencia acumulada durante 100 anos, mesmo de analfabetos, ainda nos ensina alguma coisa, porque como V. sabe, dizem que "O SABE TUDO JA MORREU"

Continuamos sempre à disposição de V. Exa. para colaborar em tudo o que seja para melhorar a Ria Formosa e o bem estar de todas as populações.

Apresentamos a V. Exa. Os n/melhores cumprimentos [Carta da Cooperativa de Aquacultores da Região Algarvia, de 27/8/97, Arquivo do PNRF, 8.9.16]

Nestas narrativas, é pois o “envolvimento” de viveiristas e pescadores na Ria através da “experiência acumulada” que lhes permite falar e reivindicar a partir de uma posição mais próxima da natureza – permite-lhes falar pela natureza. Tal posicionamento torna-se evidente numa das medidas mais frequentemente reclamadas, a saber, a da reposição da barra “no sítio onde estava dantes”. Recentemente, este argumento foi usado por exemplo aquando da abertura da barra nova de S. Luís, em Faro, 1997; susteve o movimento popular para o

fecho da barra do Lacém, em Cacela; continua a ser invocado nas dragagens na zona da Fuzeta:¹²

[Ao Director do PNRF:] [...]Aproveito para deixar aqui algumas preocupações que temos neste momento sobre o que se passa na zona do Sítio da Fábrica: - a barreira artificial está a ser ultrapassada em alguns pontos a poente pelas águas do mar, não acreditamos que aguente o inverno se este for rigoroso; - a única solução que temos e a qual coincide com as da pessoas do local é de que se tem que fechar a barra do Laçém e, ou manter a Ria sem barras para o mar à saída de Cabanas, ou então abrir a barra onde ela sempre esteve, em frente à fortaleza de Cacela. [Carta da ADIFÁBRICA, 16/12/97; Arquivo PNRF, 10.3.37].

[...] Apenas estes argumentos são mais do que suficientes para que se renaturalize esta zona e renaturalizar é dragar a barra [grande ou da Armona] de modo que as águas voltem a fazer os percursos que faziam anteriormente e renaturalizar sempre foi a palavra de ordem do Parque Natural da Ria Formosa e que nós apoiamos totalmente.” [Carta da CARA ao Director do PNRF, 17/02/98; Arquivo PNRF, 8.9.16]

Esta reclamação parecerá um pouco absurda; afinal, como contam até mesmo aqueles que a proferem, “a barra foi sempre andando por aí fora”, as barras têm um movimento migratório, não há *um* sítio onde estivessem “dantes”. Os seus autores fixam assim uma parcela do passado em que havia uma afinidade directa entre o espaço natural e a vida quotidiana e laboral.

¹² E continuámos a ouvi-lo entre os nossos informantes, nomeadamente na zona de Cacela, a propósito das dragagens efectuadas na Primavera de 2000.

Poderíamos apresentar mais casos semelhantes; pois de facto são processos que sempre têm caracterizado a vida do PNRF;¹³ mas pensamos que estes casos já permitem representar a seguinte ideia: no Sotavento algarvio, os contextos são definidos como campos essencialmente confrontacionais. Objectos da natureza, instituições, agentes políticos e económicos, características culturais que identificámos em relatórios anteriores como aspectos contextuais são encarados por estes actores como forças que se opõem, combatem ou aliam contra outros opositores. Neste modelo confrontacional da vida colectiva, natureza e sociedade, actividade natural e actividade humana, constituem uma espécie de fundos simbólicos de ordem – e de desordem – moral, social, económica. O modelo é construído e apresentado através de diversas formas: subjaz a um omnipresente estilo de inquérito jornalístico, baseado na auscultação e, logo, na identificação das diferentes “partes” envolvidas num “problema”; subjaz à arrumação do material burocrático e dos arquivos administrativos, organizados frequentemente como troca de “argumentos” entre “interesses” diferenciados (cf. primeiro capítulo, Aspectos metodológicos); encontramos-lo sistematicamente nas entrevistas que realizámos, formais ou informais, com as autoridades ou com membros das comunidades de pescadores e viveiristas. O modelo confrontacional é mais do que discurso, narrativa, texto. Os pescadores e viveiristas, tal como as autoridades, agem no seu dia-a-dia contra aquilo que definem como “forças”, e é através desta acção que se performam os “contextos”. O contexto natural Ria Formosa está em constante recriação; não apenas no sentido em que é uma entidade naturalmente dinâmica, ou que tem sofrido os efeitos da actividade humana construtiva ou destruidora, mas no sentido em que o que nele conta como “natural” – e “artificial”, social, humano, económico, político – resulta de processos envolvendo uma variedade

¹³ Como nos explicou, por exemplo, um funcionário do Parque, comentando a história do PNRF manifesta nas Actas das suas reuniões fundadoras. Uma das razões para nós estudarmos as Actas, dizia ele, é que estas apresentam já as “guerras” que continuam a caracterizar a vida do Parque até à actualidade. Os “problemas” que enumera imediatamente são as movimentações de areias clandestinas e as ocupação indevida das ilhas-barreira. Processos naturais e políticos muito semelhantes aos que relatámos ocorrem um pouco por todo o PNRF. Vejam-se, por exemplo, as implicações do galgamento das ilhas pelo mar, no Inverno de 1996-97, na zona de Cacela-Fábrica; ou as sucessivas lutas e negociações em torno da dragagem da Ria, na zona da Fuzeta.

de actores. O antropólogo “ambientalista” Peter Brosius poderia reconhecer aqui aquilo a que chama produção e reprodução de “topologias”:

One of the more urgent tasks in the analysis of contemporary environmentalism is to understand the ways in which particular topologies — constructions of actual and metaphorical space — are discursively produced and reproduced.(...) Such topologies provide the discursive stage for assessing the state of the planet, create subjects, and presume to describe the ways in which particular categories of subject affect the environment. (Brosius, 1999: 281)

Exemplos de topologias, segundo Brosius, são a “globalidade”, o “local”, a “vida selvagem”. Estas construções estabelecem um pano de fundo para a acção, “definindo o espaço político e institucional das discussões ambientais”, “descrevendo determinadas formas de melhoramento do ambiente”, “identificando os agentes mais indicados para levar a cabo tais intervenções”. (id.: 281-282). Neste sentido, a “humanidade”, tal como a “naturalidade” da Ria Formosa são outras topologias. Não são algo de dado à partida, mas sim características atribuídas, permanentemente em jogo nos processos de ordenação que envolvem todos os actores desta região. Ignoraremos, de certa forma, o “contexto” da Ria Formosa como recurso explicativo; mas tão pouco pretendemos reduzi-lo a histórias subjectivas. Quando falamos em “atribuição”, consideramos que este contexto, assim entendido – enquanto campo de forças em confronto – é continuamente feito nas práticas quotidianas das comunidades de pescadores e viveiristas, que também vão sendo definidas e governadas neste processo.

Capítulo III: Gestão social de recursos – viveirismo e pescas

1) Viveirismo

Um dos objectivos deste projecto é caracterizar as sociabilidades informais das comunidades de viveiristas, estudar as técnicas tradicionais de marisqueio e produção de mariscos bivalves, descrever os instrumentos que servem estas actividades e a sua utilização quotidiana, mapear os conhecimentos empíricos sobre a Ria Formosa, interpretar as concepções locais de natureza, ambiente, recursos naturais. Alguns destes tópicos necessitarão de investigação complementar futura. Vicissitudes relacionadas com a recomposição da equipa de investigadores e consequentes redefinições da pesquisa, e algumas características das próprias comunidades que não soubemos antever condicionaram as nossas investigações neste tópico.

O Rui tem vinte e oito anos. Diz que é livre. Não consegue estar muito tempo num sítio. Há dois meses que está na Praia de Faro; veio de Lisboa onde permaneceu durante ano e meio, trabalhando em bares nocturnos. Quando chegar o verão abala outra vez, possivelmente Moçambique. Já esteve na Holanda, na cidade de Amesterdão; já viveu na Figueira da Foz, Viana do Castelo, Coimbra, Évora. O Rui possui dois viveiros, mas diz que só ele conhece bem os bancos naturais donde retira o berbigões mais grados. Explora, juntamente com a família, um pequeno café/mercearia, que abastece os residentes do lado poente da ilha. “Os viveiros são uma espécie de conta bancária. As pessoas sabem que ela está lá. Se puderem não mexem. Eu conheço esta ria toda. Os melhores furos. Nadei aí em puto. Eu se fosse certinho estava rico. Se faço dez contos por dia, metade gasto logo a seguir. É a cervejinha, o tabaquinho, gastos meus.” [Notas de campo, Praia de Faro, 24/03/99]

O viveirismo é um trabalho individual, ideologicamente “individualista” e “autonomista”, talvez ainda mais do que a pesca. Sobrepõe-se frequentemente a outras profissões, não sendo muitas vezes a actividade principal de um indivíduo, que não dirá “Sou viveirista” da mesma forma que diria “Sou

pescador”. Assim, ao contrário do que sucede com as populações de pescadores, que enquanto grupo têm uma existência facilmente reconhecível, os viveiristas criam uma identidade muito mais difusa: são populações espacialmente dispersas, muitos viveiristas não residem nos locais das suas explorações, ou sequer perto de outros viveiristas, aspecto que dificultou em certa medida o nosso acompanhamento diário e informal destas pessoas. Não é fácil definir um café como local de encontro de viveiristas, por exemplo; tal como não é fácil encontrar viveiristas em reuniões formais, para discutir os problemas da actividade, ou em reuniões festivas dedicadas especificamente à comunidade. (Veremos que esta falta de “identidade” é traduzida também burocraticamente.) Finalmente, os sítios que, no protocolo inicial, associávamos explicitamente ao viveirismo – Cabanas, Fábrica, Cacela – serão mais uma miragem tradicionalista do que focos desta forma de trabalho. Revelaram-se locais onde se produz intensamente um certo tipo de narrativas, a saber, da transformação e da perda de uma actividade e das condições que a sustentam. Exemplos representativos podem ser: “Já não há viveiros”, “Isso há só dois ou três”, “Agora há o meu e pouco mais... o resto são terrenozitos”, “Está tudo abandonado”, “Está tudo morto”; “Amêijoa já nem sequer há”, “A amêijoa deu em morrer... e deixaram de trabalhar nisso... não sei se era das águas ruins que vinham, se era das cheias e dos detergentes, o caso é que elas morriam muitas... E havia muitos que abandonaram isso porque compravam a amêijoa e depois depositavam-nas ali, elas morriam, era esse dinheiro que se ia embora. Agora aqueles que apanhavam, e deitavam p’ra lá, sempre escapava alguma... Pois, nem um pouco lucro que tivessem sempre tinham algum. Agora aqueles que compravam p’ra deitar no viveiro, esses desistiram quase todos”. Demos conta destas narrativas no nosso terceiro relatório intercalar:

Por outro lado, esta zona, “fundo de saco” do sistema hídrico da Ria Formosa, tem sido um dos principais palcos dos vastos processos que, a médio prazo, tendem a fazer desaparecer a Ria (tal como a conhecemos, pelo menos): avanço do mar, recuo da costa, rompimento dos cordões dunares, assoreamento, expansão das áreas de sapal. Esta é uma forma de contar a história recente da

ponta leste da Ria Formosa, como processo geológico, sistemático, natural; outras formas, que se podem ouvir em Cabanas, na Fábrica ou em Cacela Velha, falam do desaparecimento da Ria como alteração e desestruturação de modos de vida; falam de tempos em que as dunas das “ilhas” eram tantas e tão complexas que “até lhes dávamos nomes”, tinham fontes de óptima água potável e uma fabulosa amoreira; falam de armações arrastadas pelas ondas e dos empregos que se perderam, da grandeza económica que se foi, de uma antiga vida urbana e industrial reduzida a ruínas. São mais outros aspectos da mesma história de desqualificação e “abandono”. E também estes aspectos nostálgicos parecem apontar para um mal estar entre as expectativas das populações e as medidas de gestão deste património ameaçado pela natureza e pela acção humana. Como se traduz na prática este mal estar? Que estratégias configura? Que tipo de resistências, negociações, associações e identidades o traduzem? (Praça, Sena e Tomaz, 2000: 2-3)

Foi longe destas localidades que pudemos começar a seguir as sociabilidades viveiristas e desenvolver as questões aqui citadas. Assim, a cidade de Olhão acabou por ter que merecer uma estadia não programada, em Novembro de 2000, posterior ao trabalho de campo oficial, já com restrições de calendário. Acreditamos que, apesar de contar com a grande maioria de concessões de viveiros (Cachola, 1996: 5), Olhão não foi contemplado no protocolo inicial por ser cidade, por aparentemente não corresponder a uma certa ideia de “comunidade”. Foi no entanto nesta cidade que pudemos encontrar a afirmação mais sistemática de uma “identidade” viveirista; nela estão as principais associações do sector, e nela reside a maioria dos seus associados; é aqui que podemos começar a traçar os percursos quotidianos dos viveiristas, identificar os seus espaços comuns; é aqui que ocorrem as poucas festividades “tradicionais” mais ou menos relacionadas com o mundo dos viveiros. Pretendemos, na apresentação seguinte, responder aos propósitos enunciados, tendo em conta estas limitações. Usaremos ainda o viveirismo para analisar algumas dimensões do modelo confrontacional que descrevemos atrás, tentando explicitar a sua performance contínua.

O que é um viveiro, o que é um viveirista? Topologia burocrática vs. topologias práticas

Aspectos importantes dos nossos contactos com o viveirismo foram menos transparentes do que necessitaríamos. Deparamos com algumas dificuldades de acesso a informações junto das instituições que actualmente autorizam, gerem, limitam e, portanto, também definem estas actividades – PNRF, DGPA, IPIMAR. Referimo-nos a dados que permitiriam obter um retrato geral desta realidade: quais são as características gerais dos viveiros da Ria Formosa? Quais são as suas dimensões médias? Que espécies se produzem actualmente? Quem são os “donos” dos viveiros? Quantos são “herdados”, quantos são “vendidos”, quantos são concessionados de novo? Há quanto tempo trabalham? Quantas pessoas empregam? Etc. Tal retrato teria permitido identificar alguns processos importantes, por exemplo relacionados com a transmissão dos terrenos concessionados (algo que implica com a noção local de viveiro enquanto espaço de trabalho incorporado, veremos mais adiante) ou com a introdução de espécies cultivadas alternativas (algo que se relaciona com as formas como os viveiristas se vão situando em novas topologias – da natureza “ameaçada” ao “mercado”). Sobre outras questões, junto das mesmas entidades, só obtivemos respostas estimadas, facto em si mesmo interessante, pois tal foi-nos repetidamente justificado pela ingovernabilidade “típica” dos viveiristas: “Não temos estatísticas fiáveis [relativos à produção e rendimentos dos viveiros] porque eles estão sempre a mudar”, “É uma semana assim, outra semana assado”, “Os viveiristas são piores ciganos que os ciganos”, “Mentem com quantos dentes têm na boca”, são expressões que anotámos junto de responsáveis da DGPA e do IPIMAR. De resto, esta parece ser uma perspectiva oficial. Uma afirmação recorrente nas actas das reuniões do grupo de trabalho para o licenciamento de viveiros de bivalves na Ria Formosa, mantidas pelo menos entre 1993 e 1995, diz algo como “O Eng. [x, da Direcção Geral das

Processo nº:	<input type="text" value="5"/>	Licença:	<input type="text"/>	Ficha nº:	<input type="text"/>	ID:	<input type="text"/>	
Proprietário:	<input type="text"/>							
Morada:	<input type="text"/>	Telefone:	<input type="text"/>					
Transmissão:	<input type="text"/>	Data:	<input type="text"/>					
Concessionário:	<input type="text"/>							
Morada:	<input type="text"/>	Telefone:	<input type="text"/>					
Encarregado:	<input type="text"/>							
Morada:	<input type="text"/>	Telefone:	<input type="text" value="0"/>					
Localização:	<input type="text"/>							
Concelho:	<input type="text"/>	Freguesia:	<input type="text"/>	Capitania:	<input type="text" value="V"/>			
Coordenadas:	<input type="text"/>						Marcos:	<input type="checkbox"/>
Confrontações:	<input type="text"/>							
Propriedade privada:	<input type="checkbox"/>	Propriedade concessionada:	<input checked="" type="checkbox"/>	Arrendada:	<input type="checkbox"/>			
Área total:	<input type="text" value="15.000,00"/>	Área social:	<input type="text" value="0,00"/>	Área útil:	<input type="text" value="0,00"/>			
Ameijoas:	<input type="checkbox"/>	Ostra:	<input checked="" type="checkbox"/>	Peixe:	<input type="checkbox"/>			
Produção:	<input type="text" value="0,00"/>	Produção:	<input type="text" value="0,00"/>	Produção:	<input type="text" value="0,00"/>			
Extensivo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Semi-intensivo:	<input type="checkbox"/>	Intensivo:	<input type="checkbox"/>			
Artesanal:	<input type="checkbox"/>	Semi-mecanizado:	<input type="checkbox"/>	Mecanizado:	<input type="checkbox"/>			
Edifícios Admin.:	<input type="checkbox"/>	Armazém:	<input type="checkbox"/>	Maternidade:	<input type="checkbox"/>			
Área:	<input type="text" value="0,00"/>	Área:	<input type="text" value="0,00"/>	Área:	<input type="text" value="0,00"/>			
Apoio de pesca:	<input type="checkbox"/>	Electricidade:	<input type="checkbox"/>	Telefone no local:	<input type="checkbox"/>			
Água:	<input type="checkbox"/>	Esgotos:	<input type="checkbox"/>					
Entrada de água:	<input type="text"/>							
Comporta:	<input type="checkbox"/>	Bombagem:	<input type="checkbox"/>	Águas residuais:	<input type="text" value="0"/>			
Prof. tanques:	<input type="text" value="0,00"/>	Pessoal permanente:	<input type="text" value="0"/>	Pessoal sazonal:	<input type="text" value="0"/>			
Construção:	<input type="text"/>	Início actividade:	<input type="text"/>	Obras:	<input type="text"/>			
Alterações:	<input type="checkbox"/>	Observações:	<input type="text"/>					

Reprodução de ficha de base dados de concessionários em aquacultura: Os viveiros enquanto objecto administrativo

Pescas] abriu a reunião manifestando a sua preocupação sobre a situação ilegal que continua a verificar-se com a maioria dos viveiros da Ria Formosa [...]” (Arquivo do PNR, 8.1) Ou, escreve um dos principais especialistas:

Este processo relativo aos viveiros é um processo dinâmico o que faz com que as nossas listagens se desactualizem com muita facilidade, devido quer a transferências de proprietários, motivadas por venda, por herança, partilhas, quer a desistências ou novos viveiros. (Cachola, 1996: 4)

Podemos no entanto começar por averiguar as formas como as autoridades criam o objecto administrativo “viveirismo”. O que se designa abreviadamente por viveiro é uma “concessão” – o usufruto de uma parcela de terreno do “Domínio Público” rigorosamente delimitada e localizada, concedido pelo Estado a um indivíduo tecnicamente autorizado para o exercício da actividade de mariscador, mediante o pagamento de uma licença.

Portaria de licenciamento de estabelecimento de cultura de bivalves implantados em áreas de do domínio marítimo (Arquivo do PNR, 8.1, 3/8/98)

1º É concedida aos requerentes constantes do quadro anexo a este diploma, de que faz parte integrante, autorização para manterem a instalação e prosseguirem a exploração de bivalves, nos estabelecimentos com as denominações, áreas e localizações constantes do mesmo quadro.

2º Para tanto, pela presente Portaria, os requerentes são autorizados a utilizar as identificadas parcelas pelo prazo de dez anos, nos termos da legislação em vigor.

3º Os vértices da poligonal que delimita a área de cada viveiro devem estar assinalados no terreno, por marcos com as características exigidas pelo Instituto da Conservação da Natureza, conforme “AVISO” emitido pelos Serviços da Direcção-Geral das Pescas, em Olhão.

4º As coordenadas rectangulares (sistema Hayford-Gauss) com Origem no Ponto Central (Melriça), correspondentes aos vértices da poligonal que delimita a área de cada viveiro, inscritas nas plantas de delimitação, constam dos respectivos processos de autorização de instalação.[...]

7º As licenças são válidas pelo período de dez anos, renovável desde que os respectivos titulares requeiram a sua

renovação no último ano de exploração após terem obtido, previamente, a renovação da licença de utilização do domínio público hídrico.

Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente.

Idealmente, do ponto de vista administrativo, um viveiro é uma forma de “uso de recursos naturais”, mensurável e atribuível pelo Estado a quem se dispuser a fazê-lo com viabilidade. Esta definição preocupa-se com a função das parcelas de terreno público: para que fim vão servir, de que forma, com que sucesso, com que outros efeitos. A definição de viveiro constitui também assim a de viveirista ou, pelo menos, a da actividade de viveirismo; estipulam-se um conjunto de características que esta deve possuir e imprimir aos terrenos concessionados. Por exemplo, indicam-se métodos estritos de trabalhar (instrumentos não mecanizados, equipamento só de certos materiais); regulamentam-se as configurações dos terrenos (colocação de marcos, distribuição de areias, arrumação dos detritos), estabelecem-se formas materiais de vida (proibição de habitações, obrigatoriedade das construções em matérias “precárias”).¹⁴ Podemos dizer que muitos dos aspectos do viveirismo que habitualmente se consideram “tradicionalistas” estão condensados e fixados neste objecto administrativo. Escrevemos propositadamente “objecto”: apontamos deste modo para uma entidade geométrica, correspondente a coordenadas actualmente obtidas por meio de GPS, manipulável por meio de procedimentos técnicos, jurídicos e fiscais, uma entidade relativamente independente dos sujeitos específicos que dela usufruem, das suas histórias pessoais. Uma concessão tem um tempo limitado, passado o qual pode ser transferida para outra pessoa quase qualquer.

Não se sabe de onde “vêm”, genericamente, os viveiros. Conhece-se só o estado actual desta propriedade. Do ponto de vista administrativo, os viveiros não têm uma história, nem precisam de a ter. Como diz a engenheira Floripes: “Só tenho

¹⁴ Para legislação relevante, cf. Dec.Reg. nº 14/2000.

o registo do actual proprietário, os anteriores apago-os, para que é que me interessam?” A engenheira explica-me que legalmente, tecnicamente, e actualmente, a transmissão de propriedade dos viveiros – ou melhor, do direito da sua exploração – segue só uma via: podem ser “herdados”, passados de pais para filhos. Mas reconhece, em tom de crítica, que não é só este o método de transmissão. “Também os ‘vendem’, como eles dizem”. Esta prática deverá igualmente ser abolida. Num futuro próximo, os viveiristas não poderão “vender” os seus viveiros, tal como os não poderão abandonar nem legar aos descendentes. Ou seja, caso não pretendam continuar a cultivá-los, por razões de saúde ou falta de condições, deverão devolve-los ao domínio público – isto é, à gestão do Parque – para que a licença da sua exploração possa ser atribuída a outra pessoa, “há muitas em lista de espera”. [Das notas de campo, 8/11/00]

Em pequenas crises, relativamente comuns, o aspecto objectivo dos viveiros torna-se mais saliente. Por exemplo, quando se transfere a concessão de um terreno para outro, por motivos de dragagens ou de construção de infra-estruturas marítimas, como pudemos observar.¹⁵ Para o Parque, para as autoridades, é apenas questão de transposição geométrica: procurar uma área correspondente noutra local mais ou menos perto e corrigir a informação no respectivo cadastro, funções facilitadas pelos modernos métodos de cartografia digital. Mas alguns viveiristas podem viver estas transposições de forma menos pacífica. Para eles, a localização concreta do viveiro é importante; mesmo que a concessão seja transferida para outro sítio na mesma zona, é a concessão – o objecto administrativo – que é transferida, não o viveiro. Muitas vezes, estas posições críticas são equacionadas em termos económicos: a nova zona não produz tanto, os terrenos são mais difíceis de suster, o marisco será de qualidade inferior, etc. O extracto seguinte dá conta de uma conversa, com um importante viveirista, em que falávamos sobre a construção da doca de recreio, em Olhão:

¹⁵ Em Cacela, Maio de 2000, durante as operações de dragagem, ou em Olhão, Novembro do mesmo ano, quando se preparavam movimentações de terrenos para a construção da doca de recreio.

Pergunto o que vai acontecer aos viveiros da zona. Responde que a Câmara, que considera grande promotora da obra, vai transferi-los; mas estes viveiros, que estão actualmente numa zona B, vão ser mudados para uma zona C. Mostra-me um mapa transparente oficial, onde estão representadas as futuras localizações dos viveiros. Diz que a Câmara afirma ter a concordância escrita dos viveiristas, que a Câmara exhibe publicamente um documento assinado por eles; mas que os próprios viveiristas afirmam que não concordaram com nada, que não assinaram nada. Pergunto-lhe então como é isso possível; responde com ironia, diz que foram talvez cinco ou seis viveiristas aliados da Câmara que assinaram, não as dezenas deles. Pergunto se houve denúncias deste processo, responde que não, falando num “clima de terror... pior do que a PIDE... ninguém pode falar, porque há perseguições”, e volta a falar nos “poderes acima das autoridades normais”, personificados no presidente da Câmara de Olhão e no governador civil de Faro. [Notas de campo, 9/11/00]

Para estes viveiristas, contudo, há algo mais que se perde irremediavelmente, algo que precede e explica os cálculos económicos e que não é tão declarado: perde-se um espaço que têm incorporado uma *qualidade* específica de trabalho. Interessou-nos a oposição de duas formas de topologias, para retomar a terminologia do capítulo anterior: uma topologia científica e burocrática, que define um espaço como recurso mensurável, delimitável, abstracto; e a topologia prática dos viveiristas, que define um espaço como processo contínuo e experiencial. Pensamos que esta oposição ordena muitos dos temas de auto-apresentação dos viveiristas e está presente nas negociações destas comunidades com as autoridades; é uma articulação do modelo confrontacional.

A formação de um viveirista. A experiência do viveirista.

“Experiência” é dos conceitos mais recorrentes nos discursos dos vários actores individuais e associativos do mundo piscícola e viveirista. Não é uma especificidade algarvia, naturalmente.¹⁶ Mas, entre os viveiristas, ao longo das nossas conversas ou entrevistas, em peças jornalísticas, em documentos políticos, aparece sistematicamente numa forma típica: “Eles não sabem nada disto, [porque] não têm experiência”; “eles” costumam ser biólogos, cientistas, o “Parque”, a Administração, o governo, os burocratas, a polícia. As autoridades relevantes, portanto, são chamadas “intelectuais” ou “montanheiros”, caricaturas para pessoas altamente afastadas da “experiência” – da Ria, do mar, dos viveiros, da pesca, tal como são na prática.

Para os viveiristas da Ria Formosa há uma forma única de aprender a trabalhar nos viveiros: acompanhando quem já trabalha e trabalhando. A formação de um viveirista faz-se no contacto directo e continuado com a Ria, e com outras pessoas que já trabalham nessa actividade. São muito comuns as histórias de brincadeiras em criança, na companhia de outros miúdos, imitando os passos de pais e “tios”; o “brincar” ao marisqueio transforma-se em “andar à amêijoa”, forma de obter “trocós”, “para ir ao cinema”, “para os cromos” e, mais tarde, “para os copos” ou para ajudar a família.

¹⁶ Cf. A base “experencial” – prática, informal – do conhecimento é um tópico relativamente comum nos estudos antropológicos das comunidades piscatórias. Cf. Allut, 1999; Diegues, 1995; Ginkel, 1999; Luís Martins, por exemplo, escreve recentemente: “No ensino dos pesqueiros pelos ‘velhos’ não devemos imaginar uma transmissão pedagogicamente programada. Os pescadores com quem falámos referem o interesse e a curiosidade como valores fundamentais para alguém aprender as coisas do mar e da pesca.” (1999: 244) ou “O pescador afirma, à semelhança do cientista, que as pescas são uma actividade complexa e difícil de entender. Não obstante tende a excluir o não-pescador do domínio dos conhecimentos verdadeiros, ao considerar os seus o resultado do acumular de anos de prática e de convivência nos modos de vida do mar, única via para assimilar os predicados essenciais ao profissional das pescas (...)” (id.: 252).

G: Contou que tem bons sítios p'a ir buscar a amêijoa... os bancos naturais. Como é que aprendeu a saber onde estão?

Teles: Eu? É pá, isto é a experiência dos anos. Eu... eu comecei a andar à amêijoa com oito anos, era moço, andava na escola, e na zona que eu...

G: Vinha p'ra aqui...

T: Sim... Na zona que eu... havia uma zona p'ra ali atrás do moinho, agora 'tá muito transformada, que a gente ia p'ralém, os moços, que era p'a ganhar dinheiro p'ó cinema, os moços iam e eu também ia. E eu comecei a ir... a primeira vez que eu fui ao mar foi com um homem que já morreu há muito anos que era irmão de um marido de uma tia minha. O meu pai, o meu falecido pai começou a andar ao mar... o irmão mai' velho andava aos chocos, ele começou a andar à pesca com o irmão, depois andou à secada, e depois deixou de andar ao mar e depois começou a trabalhar em terra, que o meu avô, pai do meu pai, era mestre de conser... fabrico desses de filtragem, de biqueirão, depois começou a trabalhar com o pai, mais não sei que mais... Mas, o meu pai a partir de uma certa idade, que era o mais novo de todos... o meu avô depois reformou-se, porque já tinha uma certa idade, e o meu pai começou a trabalhar na industria das conservas, filtragem... E depois, mas aquilo... no tempo de miséria, não havia muito biqueirão, as fábricas trabalhavam três dias por semana... Ele também nos cinco não ganhava quase p'a comer... fora trabalhando três! E o desgraçado do meu pai ia... à redinha também chegou a andar, antes... ia conquilha. E eu às vezes quando era moço saía da escola ia com o meu pai, a ajudar, quando o meu pai arrastava eu ia escolhendo a conquilha, 'tás a ver, p'a ele não 'tar a perder tempo. E trabalhava mais um bocado, ajudava a trazer as... e depois era mais prático. E depois, um gajo anda à escola, pá, isto a maior parte da malta do meu sítio era tudo malta que andava à amêijoa, moços que era tudo filhos de ameijoeiros, o meu pai... a malta da infância do meu pai foi tudo malta que andou à amêijoa, mas a amêijoa naquele tempo não tinha valor, e o meu pai não quis andar à amêijoa, como não tinha valor não quis andar. E depois começou aaa... nunca andou à amêijoa, pois a maior parte da malta não andou... dos sobrinhos ninguém andou à amêijoa, só os filhos dos sobrinhos é que andaram à amêijoa. O meu primo... também nunca andou à amêijoa, andou ao choco sempre, com o pai... Eeee... o meu pai, mas essa malta era toda amiga do meu pai, a malta que andava à amêijoa era tudo malta de infância do meu pai, criados na m'ema zona, e chegava ao pé deles, 'Pá, dê lá uma boleia...'... 'Eu não dou boleia nenhuma! Eu não levo moços nenhuns.' E eu dizia assim: 'Ma', J'aquim, ma' você sabe quem é o meu pai?'

- Então quem é o teu pai?

- É o Zé!

- Ah! Então anda já!

'Tás a ver, tinha estas vantagens, era malta da infância do meu pai e levavam-me, como eram amigos do meu pai... E havia muita

malta que começava assim. Uns traziam outros, e assim vice-versa. E a pessoa começa. E depois com os anos, a continuação, a gente vai vendo a qualidade dos terrenos. E a gente vai vendo, depois até com a continuação dos anos a gente vai conhecendo os terrenos. Porque o terreno quando é bom dá sempre amêijoas. Pode agora não ter nenhuma que é sempre muito apanhada... Eu por exemplo eu vou ao mar, eu ‘tou aqui e vou a Cacela. Eu ‘tou aqui, é pá, agora vou a Cacela. Eu já sei os bocadinhos onde é que ‘tá as amêijoas em Cacela! Se não der ali, nos outros sítios não dão. Tás a ver?

[Entrevista gravada, Teles (cerca de 50 anos), 20/11/00]

G: E onde é que vocês aprenderam isto?

Pedro: Isso é com o tempo...

João: Já ando ao mar há tanto tempo...

Pedro: ‘Atão, a gente mora aqui neste bairro, ao pé do mar...

Diogo: É com o tempo... isto é só marisco...

Pedro: Só não percebe quem é parvo...

Diogo: O seu Malpique também percebe muito disto... [Nos viveiros] vai-nos dando informações, a gente vai aprendendo...

Bob: O seu Malpique é dos homens que percebe mais disto...

[Entrevista gravada, grupo de mariscadores (entre 15 e 18 anos), Olhão, 13/11/00]

O marisqueio, “andar à amêijoa”, surge como o momento da formação em que os futuros viveiristas vão experimentando as características específicas da Ria e dos seus habitantes. Vão começando a ler as pistas deixadas pelas diferentes espécies e a procurar sinais reveladores do comportamento da natureza – do movimento das areias, do fluxo e intensidade das marés, do crescimento de plantas, da presença de predadores. No contacto com os mais velhos, vão adquirindo os truques do ofício. Neste processo, os adultos agem não como professores mas como mariscadores, viveiristas e pescadores que são: exibem, expõem em situações concretas os procedimentos que utilizam no seu quotidiano. É assim que se “transmitem” os métodos de avaliação do “contexto” natural e de definição das características boas para o trabalho. O estado do tempo, por exemplo:

[Cacela, um pescador-artesanal à beira da reforma, antigo viveirista. Conta-nos como se formavam “dantes” os homens.] Um vizinho mais velho – um velho, aliás – ensinava os rapazes de Cacela a prever o tempo. Juntava os miúdos todos numa das pontas da muralha, explicava que deviam saber observar e prever o tempo, por causa da pesca. Mandava-os ouvir o mar, as ondas e tentar perceber de onde vinha exactamente o barulho. Nós espantámo-nos, porque tinham que fazer distinções tão finas como Lota vs. Manta Rota: o ruído de uma ou de outra localização tinha significados muito diferentes, o facto de vir de um deles podia ser aviso para não ir ao mar. Mas este conhecimento meteorológico baseava-se precisamente na observação minuciosa de características muito localizadas: além da direcção e proveniência do barulho das ondas, deviam distinguir o tipo de ruído, a sua intensidade; refere ainda procedimentos equivalentes, relativos à auscultação do vento. [Notas de campo, 27/03/00]

Ou as técnicas de localização e memorização de terrenos mais ricos:¹⁷

Vasco [mariscador de Olhão, 15 anos] começa a dizer que tinham chegado ao sítio onde havia muito berbigão; Malpique [“patrão” de Vasco] discorda. Vasco explica vagamente que é o sítio porque se lembra “daquilo ali”, a apontar para uma zona da duna do lado do mar bastante vaga, o que faz com que todos gozem com ele, “Ya, aquilo ali”. Malpique ironiza: “É como o outro, que diz que tinha um bom sítio, porque tinha visto uma gaivota lá para o marcar... Esqueceu-se é que a gaivota voa”, e diz-lhe: “Vou-te explicar como é que se sabe onde há bom berbigão”. Esta zona da Ria é bastante larga; vemos ao longe, em frente, o Farol, ao lado, muito longe, Faro, e antes disso uns ilhéus, uma margem com habitações. Malpique explica que é quando o nosso barco estiver alinhado com as casas, de tal modo que três guindastes que se vislumbram em Faro “fiquem” mesmo no meio das casas; porque foi neste sítio preciso que tinham estado anteriormente. E pára o barco no momento em que isso acontece. [Notas de campo, 16/11/00]

Ou a conhecer a “vida” íntima da Ria, as suas transformações, a sua história:

¹⁷ Para uma análise de técnicas semelhantes no mundo das pescas, cf. Martins, 1999.

[Neste extracto, um viveirista em part-time, de Cacela, queixa-se da forma de intervenção das autoridades técnicas a propósito das dragagens. Não contesta a obra, contesta o traçado específico, por ter sido desenhado sem levar em conta a opinião daqueles que, como ele, vivem a Ria desde miúdos.] [...] “Não somos ouvidos” para decidir estas obras. Os técnicos, o Parque, têm um tipo de conhecimento – “sabem de andar lá a mexer nos papéis” – que é inferior ao conhecimento da experiência das pessoas locais, que “andaram sempre por aqui”. “Eles [os técnicos] até podem vir cá... andam a estudar, a medir, mas vêem um mês ou dois”; ou seja, não conheceram este local no passado, ignoram as transformações a longo prazo. É a neste aspecto que se distingue o “saber” das pessoas da terra: é o saber de quem acompanhou na prática a história da Ria. (...) Acaba por se mostrar resignado com as dragagens a decorrer; embora simultaneamente satisfeito, como se fossem as dragagens possíveis. Menciona apenas uma alteração que eles deviam e ainda poderiam fazer: a draga está a seguir um caminho recto – traçado e comandado por computador, um caminho altamente formal, nada local – que ignora os pequenas meandros da Ria, inclusivamente as ramificações que correspondem a cursos de água. Ora, as dragagens deveriam também contemplar estas ramificações, porque assim elas próprias tenderão a assorear o canal, arrastando areias. [Notas de campo, Gaspar Veloso, cerca de 50 anos, 8/06/00]

Muitas vezes, a técnica do viveirismo é apresentada como intrinsecamente impossível de ensinar. Trata-se, ao invés, de um modo de aprendizagem ostensivo, poderiam explicar os viveiristas: os mais velhos – e também a própria natureza através das suas manifestações no local – apontam os gestos a cumprir, as pequenas modificações ambientais a perceber e a fazer, em vez de debitarem ensinamentos a partir de livros e “teorias”. É este modo de aprendizagem, contínuo e repetidamente sujeito às correcções que o meio e os colegas mais experientes indicam, que produz verdadeiros especialistas.

Michael [britânico residente em Cabanas] tenta saber de Hugo [cabanense, marítimo] onde pode obter umas centenas de gramas de amêijoia. Queixa-se do seu preço no mercado; Hugo explica que nesta altura do ano há pouca apanha. Poderia então Michael apanhar ele próprio as amêijoas?

Michael: sugeriu que podia pegar numas botas de borracha, atravessar a ria e apanhar umas quantas amêijoas. Simplesmente

não o queria, nem tinha que o fazer; preferia pagar, estar descansado e esperá-las em sua casa.

Hugo: respondeu que não era assim. Tinha que aprender. Não é toda a gente que sabe apanhar boas amêijoas. Se ele fosse, ficava-se pelas amêijoas de superfície, das negras. Além disso, não bastava ensinar-lhe, mesmo que o intentasse; ele é que tinha que aprender. Se fossem os dois uma manhã à amêijoa, ele nunca o ensinaria; via o que o outro estava a fazer e se fizesse mal dava-lhe essa indicação; se fosse bem deixava-o continuar.

Michael: justificou que muitos turistas, no verão, andam a apanhar amêijoas aos quilos; não necessitam de aprender.

Hugo: retorquiu que os turistas apanhavam porcaria, não a verdadeira amêijoa; essa não é qualquer um que apanha; tem que se saber, conhecer os lugares, escavar no fundo. [Notas de campo, Cabanas, 17/02/00]

O contraste da experiência com os conhecimentos formalizados, típicos da escola, é um tema frequentemente enunciado: “O que é melhor, o que é lido ou que é corrido?”; “Nós saber sempre soubemos, o que é não sabemos o nome.” Nesta comparação, a experiência é entendida como uma capacidade mais natural – algo entre uma espécie de comunhão dos homens com o meio e o estrito seguimento das leis da natureza tal como ela é realmente. O conhecimento escolar, por sua vez, é encarado como mera imposição administrativa, desligada da realidade, tradução de “poderosas” arbitrariedades sociais, políticas, fiscais. É este o sentido da ironia do viveirista seguinte:

O que é ser mariscador?

Por imposição do capitão de porto no estrito cumprimento da lei, valha-me Deus todo poderoso, todo o viveirista e mariscador é pescador, tem de frequentar a escola de pescas, durante 6 meses onde aprende inúmeras coisas que nada têm a ver com a arte de mariscar. Porém, por inerência de funções todo o viveirista é mariscador, no entanto é-lhe exigida uma carta de mariscador e aí paga à capitania. [“Zé da Ria”, documento escrito]

Os viveiristas,¹⁸ em privado e em surdina, ou em acções públicas e políticas, são vozes sistematicamente críticas a respeito da gestão ambiental da Ria, articulando as suas críticas em torno desta oposição. De um lado, as autoridades, livrescas, abstractas, distantes, simplesmente retóricas; do outro, os viveiristas, práticos, concretos, localmente implantados, produtivos – e ameaçados pelo governo dos primeiros. Atribuindo a si mesmas um saber de experiência feito, as associações, cooperativas, sindicatos ou mesmo alguns particulares não são, no entanto, necessariamente defensoras de qualquer forma de conhecimento exclusivamente local, excessivamente tradicional. Os seus responsáveis, funcionários, militantes ou associados não têm formação académica relacionada com esta actividade – ou, simplesmente, não têm formação académica. São sempre viveiristas na prática. Mas estabelecem alianças científicas de diversas formas: através dos filhos, que estudarão cursos superiores, gestão, engenharia, ou biologia marítima (pelo menos um caso), ao mesmo tempo que acompanham o trabalho nos viveiros; acolhendo nos seus viveiros jovens investigadores, em projectos escolares relacionados com os problemas da Ria – poluição, assoreamento, sobre-exploração, mortandades; contratando formalmente os serviços de organismos científicos privados ou públicos, para estudar estes problemas; estabelecendo contactos comerciais com laboratórios no estrangeiro, para aquisição de juvenis especiais, ou com fornecedores de equipamento especializado para os viveiros. Nas conversas com os viveiristas é comum virem à baila entidades tecnocientíficas – “protozoários”, “oxigenação”, ETARs, o assoreamento, as dragagens, a Internet, a reprodução laboratorial de marisco, etc. – ora para atribuição de culpas ora para reivindicar soluções. Nos confrontos com as autoridades, nas apresentações aos media, nos contactos connosco, recorrem a modalidades de prova habituais nos mundos “racionais-legais”: cartas geográficas e morfológicas, análises comparativas, fotografias, testemunhos avalizados. Mas

¹⁸ Como veremos mais adiante, poder-se-à afirmar algo de semelhante sobre todos os profissionais das pescas. O quotidiano dos viveiristas, no entanto, faz-se quase exclusivamente na Ria; daí, supomos nós, que esta assuma maior importância discursiva entre este grupo. Entre os pescadores, a crítica à gestão ambiental da Ria é também nestes termos, mas refere-se, desde logo, às estritas limitações da sua actividade dentro da Ria.

estas alianças científicas devem subordinar-se à “experiência”, como perceberemos nos dois casos seguintes.

Na primeira visita de um dos membros da equipa aos viveiros de Teles (olhanense, concessionário pequeno-médio e sindicalista), tiraram-se fotografias ao trabalho, ao terreno, ao equipamento. Nestas imagens percebiam-se, nas zonas escavadas, na terra revolvida, zonas mais escuras, com aspecto lodoso – “preto”, “todo queimado”, dizia Teles – contrastando com o tom mais amarelado, – “clarinho”, “amarelinho”, “limpinho” – da terra superficial. A oposição entre “clarinho” e “preto” representava para o viveirista duas coisas.



Quatro Águas, viveiro de amêijoa: lodo vs. lama

Primeiro, a diferença entre um terreno bom para as amêijoas e ostras, um terreno areado, como era até há relativamente escassos anos, como se habituou a conhecer desde miúdo, onde aprendeu a actividade; e um terreno destruído pela poluição, principalmente pelas descargas das recentes ETARs, mal construídas, desadequadas, subdimensionadas, e, em última instância, pelas más decisões (ou falta de decisões) dos políticos que mandam nessas ETARs e se deixam dominar por interesses económicos. Mas, além disto, a oposição

representava outra coisa: uma *aparência* saudável, limpa, produtiva, viva; escondendo uma realidade mais *profunda*, insalubre, suja, improdutiva, morta. A primeira é o que facilmente se pode ver à primeira vista; a segunda é o que só vê quem trabalha a terra quotidianamente, quem tem contacto com o terreno, quem tem “experiência”. O extracto a seguir conta o que aconteceu quando lhe foram mostradas as fotografias:

Das fotos do seu viveiro, comentou exclusivamente aquelas em que se via a terra recentemente revolvida, zona escura em contraste com zona clara dos terrenos não revolvidos (...) Falou sempre no mesmo sentido: “Olha para isto... tudo negro, tudo queimado... a poluição”, contra as zonas em redor “Tudo amarelinho”. Começou a mostrar as fotos aos colegas (...), sempre com estes comentários. Eu já tinha dito que lhe dava cópias, mas que só lhas daria noutra altura; mas perguntou-me se não podia ficar já umas quantas. Explica-me então, e ao colegas, que vai dali a nada reunir-se com o director do Parque e quer levar as fotos para lhe “provar” a existência da poluição: “Está aqui uma boa prova daquilo que a gente anda a dizer”; obviamente entusiasmado, repete várias vezes a oposição “negro”/“clarinho”. Acabamos antes por ir tirar fotocópias a cores. “[...]Ele vai ver, está aqui a prova indesmentível”. Encontra vários amigos, mostra-lhes as fotos, comenta sempre o mesmo, eles concordam; um deles diz “Pois é, a merda toda está escondida por baixo”; o mesmo acontece com a rapariga das fotocópias, que acaba por responder “Qualquer dia acabam-nos com a Ria”. [Notas de campo, Olhão, 17/02/00]

Teles queixava-se de que as autoridades técnicas – o Parque, o IPIMAR – afirmam que a poluição está a ser controlada, mas que quando os viveiristas contrapõem com a crescente mortandade da amêijoa “os técnicos nunca cá vêm ver, não querem saber”. Para ele, as nossas fotos apresentavam, por oposição, uma qualidade presencial, testemunhal – experiencial – que permitia revelar a realidade escondida sob uma capa de areia, de incúria e, em última instância, de interesses económicos. Nós seríamos, por definição, um aliado urbano e “científico”; mas só fomos de facto um aliado válido por termos estado lá, ao lado do trabalho em curso, a experimentar a realidade e a dar depois conta dessa experiência.

O outro caso corresponde ao perfil parcelar de um grande viveirista, dirigente de uma organização de produtores (conhecemo-lo já em extractos mais acima). Malpique fala muito sobre a poluição, sobre o assoreamento, sobre a morte dos bivalves. Recorre ostensivamente a vocabulário e técnicas de representação científicas: entidades microbianas e processos metabólicos; cálculos, gráficos e modelos à escala; apresentações em *Powerpoint*, etc. Tanto ele como a sua cooperativa – na sua apresentação pública – assumem uma orientação explicitamente higienista, racionalizadora da produção dos mariscos e bivalves para protecção do “consumidor” e da “saúde pública”. Por outro lado, Malpique e a cooperativa também são os instigadores e executores de projectos como os de um mapa de dragagens a efectuar, entregue ao PNRF e, segundo Malpique, base do plano de dragagens em curso. Trata-se de um mapa concebido a partir de histórias de vida dos pescadores mais velhos de diversos pontos da Ria; fundamentado, portanto, no conhecimento prático que estas pessoas foram acumulando ao longo das suas vidas. Um pouco na mesma linha, Malpique prepara agora outro projecto, de implantação de uma unidade de piscicultura ao largo da Culatra, concebido a partir dos relatos dos pescadores do local mais experientes, dos seus conhecimentos sobre correntes, marés, espécies e demografia da zona. Também a exploração viveirista de Malpique baralha estas noções todas; os seus 18 000m² de amêijoas e ostras são *experimentais* em pelo menos dois sentidos: tal como todos os viveiros, são obra de quem aprendeu a trabalhar trabalhando, desde criança, naquele sítio, a mexer na terra, com a experiência; mas nestes, em particular, desenvolve as suas próprias “experiências”. Malpique investe consideravelmente – e, aparentemente, colhe os dividendos respectivos – em novas espécies de bivalves, novas formas de arrumação dos indivíduos, novas formas de protecção contra predadores e artes ilegais, que diz procurar por ele próprio, contra tudo o que dizem “os livros”, “os universitários que estão lá nos gabinetes deles”. Mais uma vez, estas “experiências” têm características de uma experiência científica: por exemplo, vai-se alterando uma variável de cada vez; as ostras ou amêijoas novas passam por uma fase de análise, durante a

qual são mantidas à parte, mas sujeitas às mesmas condições de outras espécies já experimentadas, que funcionam como grupo de controle. Mas, justamente, estas “experiências” assentam na “experiência” no sentido de conhecimento localmente praticado: as variáveis que vão sendo alteradas são aquelas cuja importância qualquer viveirista conhece “desde criança”, altera-se aquilo que é localmente relevante, e não as coisas que são “só fogo de vista” (como fazem as autoridades técnicas e políticas).

A experiência, sugerimos atrás, é frequentemente descrita como uma espécie de determinismo do contexto, uma forma de conhecimento integralmente definida pela prática de um lugar específico e pela relação – obediente – com um tempo passado. Os viveiristas sabem aquilo que sabem porque assim lhes mostraram os mais velhos, através de uma forma de trabalho que se impõe no meio em questão. É o que presumia um casal viveirista da Fábrica, tentando justificar-se para não ser entrevistado: “Então, se já estive com o [outro viveirista do local] o que é que precisa de saber mais?”, “Ele tem a mesma opinião que nós, pois se também é viveirista...”, “Fazemos tudo da mesma maneira”. Este determinismo também pode ser um pressuposto sobre os *outros* viveiristas; assim, quando pedimos ao viveirista-cooperativista (cf. acima) que comparasse a sua forma de trabalhar com a dos seus companheiros, responde que não tem nada a ver: a sua máxima é “aproveitar tudo”, “aproveitar todos os cantos”, “racionalizar”, “experimentar por mim”; Malpique contrapunha isto ao “individualismo” e isolamento dos restantes viveiristas; para si, os outros são individualistas pois “não querem melhorar”, não querem aprender novidades. Ora, afirmava, “Nós estamos sempre a aprender, é aprender até morrer”. E a mesma ideia pode estar implícita na perspectiva científica-administrativa sobre o viveirismo; uma responsável da DGPA, por exemplo, fazendo um retrato do trabalho nos viveiros – em que chegava a apreciar o valor “ecológico” de alguns aspectos deste trabalho – descrevia a “maneira artesanal” e “empírica” de trabalhar, o conhecimento “passado de uns para os outros”, a aprendizagem “uns com os outros”.

Não devemos, contudo, “tradicionalizar” ou “localizar” demais o tema da experiência. Verificamos que próprios viveiristas combinam a noção de saber aprendido através da prática concreta e localizada com a de aquisição de conhecimentos provenientes de outros contextos económicos, técnicos, científicos. Para eles, estes conhecimentos distinguem-se e opõe-se é aos conhecimentos “intelectuais”, porque são desenvolvidos, avaliados e aplicados na prática. A “experiência”, então, será melhor descrita como forma de conhecimento impuro, híbrido: caracteriza-se pela mobilização prática de ingredientes diversos e mesmo, aparentemente, contraditórios: “locais” e “globais”, procedimentos empíricos e noções científicas, obediência aos ensinamentos mais velhos e cálculo económico, seguir o que “sempre se fez assim” e invenção de novas práticas.¹⁹

¹⁹ A antropóloga Anja Nygren (1999) critica as dicotomias simples que opõem conhecimento moderno-universal a conhecimento tradicional-local. Num estudo etnográfico realizado entre as populações de uma reserva natural na Nicarágua, mostra estas dicotomias em operação quer entre as agências internacionais que representam o conhecimento local como bode expiatório do subdesenvolvimento quer entre aquelas que o encaram como “panaceia” para o desenvolvimento sustentável. Nygren propõe uma noção alternativa, “conhecimento situado” ou “híbrido”, que visa destacar a “complexa articulação de repertórios de conhecimento”, simultaneamente locais e globais, caracterizando a produção de saber como um “processo de negociação social que envolve múltiplos actores e relações de poder complexas”.

A formação de um viveiro. Criação de um espaço híbrido.

É na passagem da preia-mar para a baixa-mar, e até voltar a encher, que se torna propriamente visível um viveiro. “É a minha hortinha”, “Parece mesmo um terreno agrícola”, são lugares-comuns que tem algum sentido local. Tal como as hortas cultivadas, aradas, “trabalhadas” se destacam do mato em redor, também um viveiro se distingue dos “parchéis”, das lamas, e mesmo do mar que o cerca. A imagem agrícola traduz a contínua intervenção dos viveiristas, a criação de um terreno específico com experiência incorporada. Um viveiro percebe-se assim como um “terreno” povoado por determinados seres vivos e não outros (não “limos”, “sebarrinha” ou “porqueira” características dos terrenos devolutos; sim espécies valorizadas, seleccionadas pelo viveirista), assinalado por várias marcas humanas que afirmam um certo tipo de propriedade e uma qualidade de trabalho. Nas nossas primeiras impressões, muito dos viveiros pareciam-nos zonas indistintas, invisíveis; confrontávamos implicitamente a aparente subjectividade destas delimitações com a estrita marcação imposta pela lei. De facto, para os concessionários o reconhecimento do seus viveiros tem alguma subjectividade. Afirmam, por vezes, uma ligação “irracional” com os seus viveiros, isto é, um empenho destituído de cálculos económicos, ou mesmo contra todos os cálculos económicos, um terreno que é tratado só por “gozo”, por “hobby” ou por deferência familiar, para o manter tão “arranjadinho” como os pais deixaram. Referem-se-lhes por termos afectivos, abundam as apreciações e comparações estéticas com viveiros vizinhos, sobre a cor, o aspecto geral e a textura do solo ou a disposição visual das espécies cultivadas.

As marcas dos viveiros são também objectivas. Um terreno de viveiro está assinalado por uma série de postes, bandeiras, bóias. Tais marcos têm um lado administrativo, representando o estatuto legal dos terrenos em causa, lado que é percebido com alguma ambiguidade pelos viveiristas. Entre os mais velhos, é comum ouvir algo como: “Antes era só chegar a um terreno e pôr lá umas

estacas, ‘este viveiro é meu’”; agora, é diferente, lamentam: “Acabaram-se as autorizações, já não há viveiros para ninguém”. Referem-se assim a um passado mais ou menos vago em que bastava a vontade de quem se prestasse a trabalhar um terreno para o definir como seu; comparam com a actualidade, em que os burocratas, “os engenheiros”, “os dos gabinetes” restringem arbitrariamente a vontade de quem pretende trabalhar. Por exemplo, em Dezembro de 1995, num ofício enviado à DGPA, o Sindicato dos Trabalhadores de Pesca do Sul perguntava, a propósito daquilo a que chama a “guerra das amêijoas, associações de viveiros acusam-se mutuamente” (uma sucessão de conflitos entre autoridades e associações de concessionários, e estas entre si): “Em que base se fundamenta o não licenciamento dos viveiros que não estiverem devidamente delimitados com os marcos regulamentares?” [Arquivo do PNRF, 8.1].

Os marcos tem outro lado, de fronteira simbólica, assinalando um espaço associado a um indivíduo, detendo a passagem de “estranhos”: mariscadores ou veraneantes, que frequentemente se dedicam à apanha de marisco dentro dos viveiros, ou embarcações, que inadvertidamente, ou de propósito, podem navegar por cima dos viveiros e provocar estragos nalgum equipamento. Para os viveiristas, também o estatuto destas delimitações não parece ser unívoco; significam que é totalmente vedada a passagem a estranhos, ou que certas passagens são permitidas (por exemplo, explicou-nos um dirigente associativo, os estranhos não podem cruzar o terreno, mas podem circundá-lo); ou que a vedação só se aplica na baixa-mar, podendo um indivíduo embarcado navegar e pescar – peixe, polvos, animais móveis – na maré cheia. (“Então pois pode... desde o momento que não faça nenhuma avaria.”)²⁰ Mas a cartografia dos viveiros implica muito mais *trabalho* do que a simples implantação de postes de sinalização.

²⁰ Compare-se com as disposições legais: “Artigo 33º: Trânsito nos estabelecimentos 1) É proibido transitar por qualquer meio, atracar, encalhar e fundear embarcações nos estabelecimentos de culturas marinhas sem prévia autorização dos titulares das respectivas licenças de exploração. 2) A proibição referida no número anterior não é aplicável à navegação, quando as condições permitirem o trânsito sem causar danos aos estabelecimentos de culturas marinhas.” (Dec. Regulamentar N°14/2000, de 21 de Setembro, DR, I Série B).

[Segundo Zé da Ria] os viveiristas são os “grandes responsáveis” pela existência actual da Ria tal como ela é. Limpam os limos e a sebarrinha, mantêm os regatos abertos, jogam areia e calhau nos viveiros atraindo assim amêijoa. Em parte da Ria há também “bancos naturais”, onde vive amêijoa espontaneamente. Mas há ainda, e cada vez mais, outra espécie de terreno, “parchel”, porção de terreno não tratado, coberto de sebarrinha, lama e águas estagnadas, onde a manutenção não é feita, porque a “Ria Formosa” (Parque) não faz nem deixa fazer. Parchel, explica-me o seu amigo, é um terreno abandonado, mal tratado, “feio”, “porco”, “podre”, seja público ou concessionado; por extensão, é um classificativo pejorativo: “Tens aí um parchel!”, “Tens aí tudo emparchelado”, diz-se a um viveirista negligente; ou um verbo, “Está a emparchalar”. Zé da Ria descreve um ciclo de emparchelamento: a sebarrinha, que em pequena será benéfica para o marisco, deixada à solta, cresce; ao crescer, vai morrendo, decompondo-se, “cria-se uma laminha”; nesta laminha só cresce a própria sebarrinha, a partir das raízes, que nunca morrem; a lama forma “pocinhas”, de onde a água não vaza; esta água estagnada aquece e “mata” mais a terra, que se vai tornando apenas apta para ainda mais sebarrinha; à medida que a sebarrinha vai crescendo, e estas pocinhas se vão formando, começam a espalhar-se para terrenos bons à volta – a água escorre, as plantas vão atrás. E assim, um terreno negligenciado – viveiro ou banco natural – só cria mais terrenos negligenciados. Os terrenos invadidos pela sebarrinha são além disso muito mais difíceis de limpar, implicam muito mais gastos, em dinheiro e trabalho. “Dantes”, os terrenos eram limpos pela actividade das mulheres e crianças, que os iam revolvendo no marisqueio. Mas agora, com a abertura do mercado de trabalho, as mulheres abandonaram esta actividade menor, e as crianças têm que enfrentar a escolaridade obrigatória. As transformações do mundo moderno, o “desenvolvimento”, traduziram-se no “emparchelamento” crescente da Ria. Zé diz então que o Parque, uma vez que não quer deixar jogar areia nos bancos naturais, deveria limpar estes terrenos, mesmo com auxílio de meios mecânicos, remover periodicamente esta sebarrinha; e, possivelmente, deitar ele próprio areia com calhau. Alternativamente, poderia autorizar os viveiristas ou mariscadores a limpar os parcheis, deitar-lhes areia, que poderiam ir buscar por exemplo aos canais navegáveis que estão constantemente a assorear. [Notas de campo, Olhão, 21/11/00]

Primeiro, um terreno é marcado contra o meio, distinguindo-o materialmente do espaço que o cerca. Um terreno de viveiro tem que ser preparado, arranjado, feito. “Fazer” um terreno parece ser principalmente revolver os terrenos, e prepará-lo assim para lhe “jogar” areia. É convicção generalizada que os bivalves crescem melhor em terrenos arenosos, por contraste com terrenos lodosos. Supõe-se, habitualmente, que a areia favorece o “enterrar” das amêijoas (e berbigão) e facilita a “respiração” dos bivalves em geral: os grãos de areia – ainda melhor, de areia misturada com gravilha – tornam o terreno mais “solto”, e este e água que lhe ficará por cima mais arejados, mais “oxigenados”. Diz-se também que a adição de gravilha (ou, nos termos locais “calhau”, ou “calhéu”) serve para “segurar” a areia depositada, contra o arrastamento pelas marés; outros dirão ainda que a gravilha “segura” igualmente algumas plantas, que fornecerão alimento aos bivalves. Assim, uma ou duas vezes por ano, habitualmente na Primavera ou Verão, os viveiristas “jogam” areia e, eventualmente, algum “calhau” nos terrenos. Não tivemos oportunidade de assistir a estas operação; mas de acordo com os relatos dos nossos informantes, na vida anual do viveiro este será um momento principal – e crítico. As areias podem ser compradas a um “areeiro”, ou podem ser procuradas pelos próprios viveiristas. Deleguemos num autor local já mencionado a definição de areeiro:

O que é ser areeiro. Areeiros são algumas pessoas autorizadas e licenciadas (detentoras de licenças) para o efeito que carregam as areias para os viveiros cobrando como é obvio. Salvo algumas excepções os areeiros são pequenos viveiristas, que como citado anteriormente os viveiros não lhes proporciona rendimento suficiente e assim são empurrados a exercer esta actividade que nos moldes presentes só é exercida por gente nova e com estofa. Os barcos não estão preparados e equipados é-lhes vedada qualquer mecanização e nestes moldes tem de carregar, transportar e descarregar toda a areia manualmente (à pá). Para lhes dar um exemplo: Vejam só, o Joaquim vai carregar à pá 6 a 8 toneladas de areia para dentro do seu barco, efectua o transporte e ao chegar ao viveiro do Manuel, torna a descarregar outra vez. Por ventura sabem as entidades a quem compete autorizar a sua mecanização qual o esforço

despendido por um homem a palear 16 toneladas de areia numa maré, é de facto desumano, mas esta, é a triste realidade que temos. [“Zé da Ria”, documento escrito]

A maior parte dos viveiristas com quem contactámos adquire a areia a areiros. Alguns lamentam este facto, à luz do ideal “autonomista” da actividade (a que aludimos no início deste capítulo); dizem que se vêem obrigados a depender de areia comprada por falta de tempo, pelas complicadas limitações administrativas – a proibição de trabalho mecanizado, designadamente – alheadas da dureza prática desta tarefa, pela dificuldade em contratar pessoal auxiliar: “hoje já ninguém quer trabalhar aqui”, “os meus filhos não querem esta vida”, são comentários frequentes. Outros, igualmente à luz do ideal autonomista, recorrem a “projectos”, financiamentos do IFADAP, de instâncias comunitárias, para adquirirem embarcações adequadas ao transporte de areia; algo que não está isento de complicações:

Roberto Veloso: [A]gora ‘tou sócio da [uma cooperativa de concessionários] porque tenho um projecto no IFADAP p’a encher o viveiro de areia... Eles dão-me mil seiscientos e tal contos p’a comprar um barco e jogar a areia... Só que eles realmente não levam em conta o trabalho do próprio! Aqui houve muita gatunice... Houve muita gente com os projectos do IFADAP que apanharam o dinheiro e deram em comer e beber e não trataram das coisas, e eles então deram restrições nisso. Um fulano não pode agora facturar sem prova. E para eles disponibilizarem o dinheiro que dão, as verbas, têm que pôr segundos e terceiros a trabalhar, passarem-lhe facturas e recibos, e por meio dessas facturas e recibos é que eles disponibilizam o dinheiro. Um fulano tem que pagar primeiro da algibeira dele, e depois é que o dinheiro é disponibilizado. Esse não é o meu caso... porque eu desde os [16] anos que encho os viveiros de areia e nunca precisei que me enchessem viveiros de areia, eu é que os enchi! Mas era no duro! No duro, eram cinco seis toneladas de areia, baldeadas, à pá! Ora eu agora quero fazer o mesmo, mesmo com a idade que tenho, aliás até ando fazendo! Mesmo sem tocar nesse projecto do IFADAP até ando fazendo isso. Tenho uma licença da Ria Formosa p’a encher o viveiro... Mas se eles não têm em conta o trabalho do próprio, eu também não ‘tou p’a pagar a gandulos que não querem fazer nada, desses muitos qu’andam aí de telemóveis à cintura, não fazem nenhum e só querem dinheiro... Tou aí a dar cabo de uma verba que me põem à minha disponibilidade p’a engordar malandros! ‘Tá ouvindo? Tem que ser pessoas que realmente trabalhem. Ora, essa

pessoa que realmente não tem medo do trabalho... sou eu! Mas tem que realmente considerar que eu é que sou o trabalhador eficaz para encher o meu terreno de areia, não são os outros. Tenho que ir ao IFADAP ver como é isso. Se eles realmente não levarem em conta o meu trabalho eu não quero dinheiro nenhum. “Oh meus amigos, tomem lá a vossa verba, p’ a vocês!”. Eu ficar comprometido... durante cinco anos, sem poder mexer em nada... se eu quiser vender o viveiro não posso, se eu quiser vender o barco não posso... cinco anos... se eu ficar comprometido... perante... a Segurança Social, perante as Finanças, essas coisas todas... não me interessa, porque isto não é rentável... E mais a mais não é rentável jogar areia... porque isto... a água aquece e mata tudo quanto é marisco, é dinheiro jogado à rua. [Entrevista gravada, Roberto Veloso, viveirista e pescador, 70 anos, Fábrica, 13/02/00]

No entanto, a origem e tipo da areia “jogada”, a sua quantidade, a periodicidade do acréscimo, a retirada de detritos prévia, são pontos de conflito, principalmente com o PNRF ou entre diferentes associações de viveiristas. As obras são sujeitas a licenças específicas, atribuídas periodicamente, e são alvo de regulamentação estrita. Não cabe aqui discutir a argumentação legal subjacente a estas regulamentações; mas salientaríamos aquele que parece ser um dos seus princípios fundamentais – a redução de “impactes” sobre o “meio”, a limitação da entrada de elementos “exteriores ao sistema”. Citamos a lei mais recente e as actas de uma reunião em que se reafirma este princípio, descrevendo-o como algo de “consensual”:

[...] Artigo 8º: Requisitos dos locais de instalação. [...] f) Não induzir impactes negativos relevantes na fauna, na flora e *habitats* circundantes e no património cultural soterrado ou submerso eventualmente aí existente. [Dec. Regulamentar Nº14/2000, de 21 de Setembro, DR, I Série B].

Em 20/11/96 teve lugar uma reunião alargada (com presidentes de câmaras, representantes de centros de saúde, da DGPA, do DRARNAAI, do IPIMAR, da JAPSA, direcções do PNRF e do Sindicato de Trabalhadores da Pesca do Sul), destinada a apurar as “causas da mortalidade anormal de amêijoas” e estabelecer “medidas correctoras” deste problema. Lendo as actas desta reunião, aceites por todos os participantes, podemos ler a seguinte

medida, apresentada como resultado de um “consenso” entre os presentes, e que continua a resumir a posição oficial:

[...]2.3 Adição de materiais aos viveiros: Considera-se desejável que os viveiros mantenham condições tanto quanto possível próximas das naturais, devendo para isso a) privilegiar-se o uso de areias com origem na própria ria, nas cerca de 10 áreas de extracção definidas pelo PNRF (com base em pareceres de especialistas de geologia e hidrodinâmica costeira do ICN). Estão actualmente em apreciação (por especialistas nesta matéria da Universidade do Algarve) vários locais adicionais de extracção solicitados pelos viveiristas. Outro dos motivos pelo que se deve privilegiar o uso destas areias reside no facto de contribuir para o desassoreamento da ria; b) Suspender a adição de terras; c) Restringir a adição de brita ao estritamente necessário, proceder à sua lavagem prévia. Face a esta situação, o PNRF e a JAPSA consideram a possibilidade de encerrar ou pelo menos limitar a utilização do actual cais de embarque de materiais para os viveiros, porém os representantes dos viveiristas pediram para consultar os seus associados antes de tomar posição sobre a matéria. [Arquivo do PNRF, 11.3.67]

Esta imagem consensual não retrata fielmente a prática, no entanto. A deposição de areias nos viveiros continua a ser uma questão conflituosa, e frequentemente reconhecida como tal. A cena seguinte passa-se num encontro de profissionais do sector do viveirismo – concessionários, técnicos, governantes – e retrata uma das várias e sempre acaloradas discussões sobre a colocação de areia nos terrenos a que pudemos assistir neste encontro:

No meio da discussão, a cientista representante de um grupo do IPIMAR afirma: “Até nem queria dizer isto”, porque já sabia que ia ser contestada, mas o seu grupo efectuou uma experiência para comparar o desenvolvimento de amêijoas em três tipos de terreno: só areia, areia com vaza e areia com calhau. “E descobrimos que não há diferença nenhuma”, anuncia, com entusiasmo, gritando mesmo. Na assistência, composta principalmente por viveiristas, confusão generalizada: levantam-se vozes, críticas, sarcasmos. [...] No carro, comento com Malpique estas afirmações, e ele responde-me: “E ainda por cima é mentirosa! Quem é que pode acreditar numa coisa daquelas! Toda a gente sabe que amêijoas na areia não é o mesmo que na vaza!” [Das notas de campo, 23/11/00].

Os viveiristas vêem a deposição de areia como parte essencial da criação de um viveiro; e vêem nas intervenções administrativas a intromissão concomitante de autoridades de “gabinete” e interesses económicos. As regulamentações representam, para estas pessoas, um universo arbitrário, feito de normas afastadas da realidade; e escondem complicadas redes de favores privados:

[Café Comercial, Olhão; vários viveiristas à conversa] O tema do dia foi anunciado por um deles: já tinham ido buscar a máquina que ficou atolada na zona das futuras docas. Foi motivo de sarcasmo, uma escavadora enviada pelo município para escavar os terrenos para onde se irão transferir os viveiros afectados pelas obras. Todos eles afirmam que se via perfeitamente que tal máquina não serviria para aquele terreno; e que só um engenheiro é que podia pensar o contrário; o pior é que até fizeram prospecções de solo; tudo isto poderia ter sido evitado se tivessem auscultado quem sabe, quem conhece o terreno desde há muito. “Não querem ouvir os brutos”. Ou talvez não... surge a hipótese de ter sido Joaquim Guerra [viveirista, de uma cooperativa; proprietário de barco areeiro] indicar aquele tipo de máquina, sabendo de antemão que era terreno lamacento, para depois vender areia para possibilitar as obras. Zé admite que ele esteve envolvido no parecer, mas não acredita que tenha sido intencional – “também não me parece que fosse capaz” – terá sido mais por ignorância.

Comenta-se o preço da areia, as dificuldades burocráticas na sua aquisição e aplicação. Um dos amigos tinha acabado de comprar seis ou sete bateiras de areia, a 13 contos cada. O segundo amigo chega, cumprimenta-nos, e a primeira coisa que diz, ainda antes de se sentar, é: “Então a Eng.^a do Parque já não deixa outra vez levar calhau com os barcos”, e começam a falar na mudança constante de ordens, aparecimento de instruções contraditórias, “uma semana é uma coisa, outra semana é o contrário”; e de “nunca se sabe quem manda”, “são tantos os que mandam”, é tal a dispersão de autoridade – capitania, Ria Formosa, Câmara. Zé Agostinho entra na discussão repetindo argumentos que me tinha dito a mim mesmo antes. Não se percebe a distribuição de autoridades, “poder” na Ria, “não se sabe quem manda, são tantas as entidades a dar a sua ordem”; esta confusão de autoridades é só um dos aspectos/causas da arbitrariedade das leis. Outro aspecto é o fazerem leis sem terem em conta as realidades práticas, o dia a dia de quem tem que trabalhar, as condições económicas, o contexto actual da actividade. Um tema retórico que aparecerá várias vezes entre eles, e que já conheço, é: “Proteger a natureza, proteger a segurança das

“pessoas, tudo bem, tá certo”, mas... Mas está errado impor medidas neste sentido sem ter em conta os tais aspectos.

A simples colocação de areias nos terrenos, porém, não é defendida por todos os viveiristas. Alguns dos que conhecemos, e pelo menos uma cooperativa de produtores, defendem publicamente a limitação deste procedimento, adoptando não tanto as razões ecológicas das autoridades – contra a contaminação por “elementos exteriores ao sistema” –, mas razões de origem empírica e algum cálculo económico. O extracto seguinte é de um projecto apresentado já em 1989 por uma cooperativa de produtores de bivalves, visando a “modernização” dos viveiros de amêijoas-boas da Ria Formosa. Aqui, os autores do projecto começam por apresentar a forma “tradicional” de trabalhar os terrenos, discutindo os seus efeitos, para depois sugerir medidas de modernização:

[...]I) Situação actual: Os viveiros incluídos neste projecto tem sido cultivados tradicionalmente, ou seja, a amêijoas é semeada manualmente, atingindo o tamanho comercial ao fim de 18 meses/2 anos, com um peso de 12-20g. Durante este tempo é feita a manutenção dos viveiros que consiste, essencialmente na limpeza dos terrenos (retirar as camadas de algas acumuladas), revolvimento dos terrenos para oxigenação, recolha de amêijoas que apresentam o tamanho comercial, e mais recentemente, colocação de redes anti-predadores (caranguejos, estrelas-do-mar, dourada). Actualmente, devido à deposição nos viveiros de amêijoas, de camadas de matéria orgânica, a textura do substrato tem-se alterado, instalando-se uma camada superficial de vasa fluida que impede a correcta oxigenação dos terrenos, com consequente diminuição da produção de amêijoas. Até agora a solução adoptada pelos aquacultores/viveiristas tem sido a de adicionar quantidades variáveis de areia/brita à camada superficial dos viveiros numa tentativa de através da modificação da textura do substrato aumentar a sua oxigenação. Tal solução não tem sido totalmente eficaz, uma vez que não havendo remoção da camada de vasa fluida a areia vai progressivamente “afundando”, ressurgindo, ao fim de algum tempo, a camada de vasa fluida. Além disto, a adição contínua de areia/brita sem remoção de quantidade equivalente de vasa não é desejável pois aumenta as cotas dos viveiros com a consequente alteração da circulação da água. [Projecto CEE – Cooperativa dos Aquacultores da Região do Algarve, Arquivo do PNR, 8.1.39]

Os mariscos, ostras ou amêijoas, crescem melhor numa cota de terreno ótima, que permita períodos de imersão e exposição equilibrados, que dê tempo para que viveiristas e mariscadores “trabalhem” os terrenos, manipulem e colham o marisco; mas que dê também tempo para que os animais “respirem” e “comam” debaixo da maré. Ora, verifica-se na prática que os viveiros ou as zonas de viveiro mais afastadas dos canais, situados a cotas mais elevadas, “rendem menos”; aqui, num mesmo período, a amêijoa cresce menos, porque dispõe de menos alimento; morre mais, porque fica mais “fraca”, porque se descobre mais indefesa contra predadores. Argumentam então que a distribuição de areias nos terrenos – feita sem remoção prévia de “vaza” – contribui artificialmente para a subida das cotas. Os viveiristas podem também escavar pequenas valas, criar outros obstáculos, para limitar o avanço das areias, em zonas perto de canais com correntes mais fortes; ou – como impõem as autoridades – baixar o nível dos terrenos antes de acrescentar areia, “Porque areia a mais também faz mal”. Importa então voltar a este ponto: a “experiência” é uma forma de conhecimento híbrida e impuro, colhe elementos em vários registos: práticos mas também técnico, científicos, comerciais; e serve-se de fundamentos heterogêneos: conhecimentos “tradicionais” mas também respostas a situações contingentes e novas.

A certa altura, Malpique examinou os terrenos em volta dos tabuleiros. Mostrou-me então, na extremidade mais afastada, uma ligeira elevação na areia, ligeira mas paralela a toda esta extremidade, com um “cume” aí a dois metros dos tabuleiros. Explicou-me então que tinham que fazer qualquer coisa para evitar que aquela areia chegasse toda aos tabuleiros; trata-se de areia que agora, com a abertura da barra nova, é empurrada com muito mais força. Chamou então três rapazes, e instruiu-os para escavarem uma vala, com um metro de largo, vinte centímetros de fundo, “como aquela que fizemos ali”, apontando para os restos de uma vala. Manda-os ir buscar carrinhos de mão e pás. Os rapazes traçam primeiro a vala e escavam, cada um em pontos diferentes; o Hugo escava menos fundo, Vasco acaba por ter que “acertar” a profundidade, por ordem do Malpique. O

trabalho parece ser incompreensivelmente certinho: para mim, não se percebe para quê uma vala tão certa, vai ser destruída tão depressa...

Simultaneamente, com auxílio dos carrinhos de mão, os rapazes vão colocando a areia retirada em covas cheias de água, também instruídos por Malpique. Explicam-me então, “isto é que ‘acertar’ o terreno”, terraplenar.

Às tantas, o Hugo explica-me que a vala se destina a atrasar a chegada das águas aos tabuleiros; “a água cai aí, chega lá menos”. Os rapazes à volta começam a troçar dele, mas Hugo insiste na tese. Chamam Malpique para lhe perguntar, Hugo diz “Então não é para a maré chegar lá menos?” Malpique explica em tom pedagógico: precisamente, interessa que as ostras tenham o máximo de água possível, “Então não vês que quando tem água ‘tá sempre a comer?’”; a vala é sim para reter alguma areia. Explica-me o mesmo, eu pergunto se mesmo assim não é preferível areia a lama por baixo dos tabuleiros. Responde: “Eu cá parece-me que prefiro um bocado de vaza... aquelas emanações da vaza são benéficas, alimentam mais.” Pergunto se será assim também para as amêijoas, “Mas para as amêijoas é melhor areia, não?”. Ele: “Ah, mas também não pode ser só areia... a amêijoa se tivesse só areia como a que aqui está não se aguentava, escapava toda.”

[Notas de campo, Praia de Faro, 13/11/00]

A maioria dos concessionários afirmam trabalhar “365 dias” por ano, que trabalham “faça chuva ou faça sol”, “até no Natal”, a que horas for preciso.

Escrevem os viveiristas proponentes de um abaixo assinado:

[...] grande parte dos viveiros de amêijoas desta área só são rentabilizáveis a longo prazo porque são necessários alguns anos de trabalho e canseiras sem conta com a desbravação do terreno, colocação de areias e expurgação de “pragas” como “sebarrinha” e “veludo” entre outras além de outros cuidados diários como limpar limos, lamas, cavar, etc. são tarefas que mobilizam todas as nossas capacidades físicas e atenção nos 365 dias do ano e sem qualquer regra de observância pelo nosso próprio descanso tantas vezes aos Domingos e feriados. [Abaixo assinado “Ria Formosa – Bias”, Setembro de 1997, Arquivo do PNRF, 11.3]

O tema do trabalho constante é uma marca de auto-apresentação dos viveiristas (por exemplo, em contraste com os pescadores): um viveiro requer atenção e presença contínuas; as alterações que se verificam ao longo da vida de um

terreno têm que ser constantemente monitorizadas, pois os seus efeitos são mais finos e complexos (nomeadamente, do que pensam os técnicos); o equilíbrio fundamental é sempre precário, sempre ameaçado por circunstâncias que são variadas e estão em permanente mutação.

Outro aspecto da “luta” pela limpeza do terreno. No lado da sua concessão que vizinha com um viveiro devoluto, Teles coloca sacos com areia, construindo uma espécie de barreira que, espera, irá limitar o avanço dos limos do terreno ao lado. Este terreno, devoluto e “estragado”, ou seja, coberto de lodo e sebarinha, propriedade de um advogado, que não o explora nem deixa explorar, é o protótipo exemplar de uma prática condenável: para além de “estragar” o “ambiente” (e de ser em si mesmo um caso de ambiente estragado), representa uma oportunidade de trabalho perdida, que deveria ser entregue a um “jovem” mais empreendedor. Sempre que Teles retira sebarinha, ou mexe nos sacos-parede, comenta o estado do viveiro vizinho nestes termos. Contrasta-o com o de outro vizinho, jovem polícia de Olhão, que dispensa umas duas horas de trabalho diário ao viveiro, e tem assim um “terreno limpo”. Teles diz que as concessões deveriam ser retiradas aos viveiristas que não tratam dos viveiros; fala numa proposta neste sentido, apresentada ao Parque: “Meu senhores, têm dois anos para pôr os viveiros em condições, depois retiramos a licença”. (...) Os viveiros desta zona, de Tavira, no entanto, se são produtivos não é graças às pessoas de Tavira. “Aqui o que tem valido é a malta de Olhão”. Teles, que é de Olhão, diz que os viveiros trabalhados são de olhanenses, os devolutos de tavirenses: “se isto dependesse da malta de Tavira... isso é gente da gaveta”, ou seja, burocratas, funcionários, por oposição a pessoas com experiência e certos conhecimentos específicos.[Notas de campo, 2/6/00]

O próprio curso do trabalho cria a identificação de um viveiro particular: literalmente, porque muitas vezes se acumulam nas bordas do terreno os detritos removidos depois de o “alisar” ou antes de colocar areia, traçando um pequeno muro, que pode servir também de barreira contra o avanço das lamas e do desleixo dos vizinhos; valorativamente, porque um viveiro areado e “lisinho” é um objecto de distinção. A forma própria, pessoal, experiencial de

trabalhar, habitualmente difícil de explicar em palavras, intraduzível em regras escritas, não representável por valores quantitativos exactos – que, dizem os viveiristas, os caracteriza – produz diferenças. Estas diferenças percebem-se também apenas “a olho”, com a “prática”, no contacto diário com os terrenos; podem corresponder a formas de lidar com contingências variadas (como vimos, falta de pessoal, impossibilidade legal de usar maquinaria); podem ser manipuladas, exageradas propositadamente, para cumprir funções que os marcos oficiais – as autoridades oficiais em geral – se revelam incapazes de assegurar. Por exemplo:

Zé Agostinho explica-me que trabalha sempre numa área bem delimitada, e que “cada um tem a sua forma de trabalhar, eu faço assim, não quer dizer que todos façam assim”. Trabalha em “quadrados”, ou seja, escava de cada vez uma área quadrada, avançando em linhas direitas, paralelas. De um dia para o outro, coloca as pedras que retirou numa das arestas desse “quadrado”, e alisa a superfície escavada com uma “ganchorra”. Isto tem mais que se lhe diga: compara a sua forma de escavar, alinhada e geométrica, com a do grupo de mariscadores que podemos ver ao fundo, “ao calhas”, “cada para o seu lado”. O seu método, diz, decorre da necessidade, do facto de não ter ninguém a trabalhar com ele (até à chegada recente de Júlio), só podendo assim ter a certeza de que todo o terreno é percorrido. Mas a forma geométrica de cavar é também um estratagema de que se serve para controlar os roubos. O padrão que deixa no solo, “que só eu é que sei qual é”, não é imitado pelos ladrões, normalmente apressados. Consegue saber imediatamente quando há roubos, basta ver o solo revolvido sem ordem; conta que já um ladrão lhe roubou amêijoia e tentou deixar o solo disfarçado, escavando também em quadrado; mas ele conseguiu perceber a direcção desordenada das linhas de escavação, cruzadas, e não paralelas como as dele. [Notas de campo, Olhão, 20/11/00]²¹

As delimitações oficiais do viveiros definem um espaço homogéneo, unificado; mas este trabalho quotidiano também cria, e depende de, marcações dentro de

²¹ A protecção contra roubos é uma preocupação constante no mundo do viveirismo. O tema surge já nas primeiras participações de viveiristas em reuniões da Comissão de Instalação da Reserva Natural da Ria Formosa (cf. respectivas actas), e depois em reuniões do Parque, do seu Conselho Geral, até à

um mesmo viveiro. Um terreno é qualitativamente diferenciado, tem uma geografia e uma história íntimas e complexas. Vimos que um terreno pode ter zonas limpas de limos, aradas, ou sem “pocinhas”, “secas” na maré vasa, alisado com areia; por oposição às áreas “pretas” de sebarrinha ou lama, ou com poças que não vazam completamente. No espaço do viveiro, aqueles que o trabalham distinguem zonas mais elevadas, mais côncavas, mais sujas, as que estão aptas a receber semente, as zonas onde se acumula “calhéu” velho, as zonas que precisam de “calhéu” novo. Há marcas evidentes para assinalar algumas destas qualidades de terreno; por exemplo, em época de renovação e colocação legal de areias, percebem-se as estacas embandeiradas que indicam as zonas onde os barcos areeiros devem fazer as descargas, na maré cheia.

Mas a maior parte destas diferenças qualitativas Zé Agostinho reconhece “a olho”, foi aprendendo “a ver”, não consegue enumerar regras para a sua identificação. As micro-diferenças qualitativas no interior destes espaços escapam a observadores estranhos, como os biólogos, percebe-se neste comentário: Zé queixa-se de que os biólogos dizem que o calhau “polui” a Ria, que por isso não pode ser utilizado; contrapõe que esta afirmação não corresponde à verdade, e os biólogos poderiam verificar isso se, experimentassem, num viveiro, como o dele por exemplo – um viveiro real – colocar um pouco de areia só, e ao lado outro monte de areia com calhau por cima. Iriam verificar que no segundo monte a amêijoa cresce, no primeiro desaparece toda; ora, se na areia com calhau a amêijoa cresce, como sucede nos seus viveiros, não faz sentido dizer que o calhau “polui”. O calhau, mesmo que tenha sebarrinha, é importante para fixar as ovas, já se viu; mas não o é genericamente, globalmente, em quaisquer circunstâncias, e é a estas circunstâncias que os biólogos não são sensíveis. O calhau com sebarrinha é bom dependendo da sua localização exacta. Em zonas com mais água, não funciona; mas em zonas muito específicas, “montinhos” ligeiramente mais elevados, a combinação calhau+sebarrinha (que também só pode ser até certas dimensões, não pode ser sebarrinha muito alta), é óptima para “agarrar” a ova. [Notas de campo, 20/11/00]

Ao mesmo tempo, outro tipo de delimitações – por exemplo, os “regueiros” ou “regueiras”, pequenos regatos que surgem na maré baixa – pressupõem, e reafirmam, uma proximidade com os vizinhos, obedecem a e estabelecem uma ordem moral e social. A “regueira”, fronteira entre viveiros é, frequentemente, uma secção pública: “não pertence a ninguém”, pode-se circular nelas e mariscar à vontade. Estes regatos, que num certo sentido são naturais – “sempre esteve aí nos mapas”²² –, são continuamente construídos e mantidos pelos concessionários dos viveiros adjacentes. Os regatos servem para evacuar completamente a água dos viveiros das zonas mais interiores da ilha, “para ficar tudo sequinho” quando a maré-vaza. Pretende-se que o terreno esteja seco, sem quaisquer “pocinhas”, pois considera-se que é fundamental para apanhar a amêijoia. Estes canais podem atravessar vários viveiros, e por isto se impõe a necessidade de cooperação de vários viveiristas. Há pelo menos a ideia



Olhão, viveiro de amêijoia: trabalho de manutenção de um regueiro

²² Para as autoridades, os regueiros parecem ser considerados um sistema natural e, enquanto tal, objecto de medidas conservacionistas estritas; por exemplo, “As alterações a efectuar nos viveiros serão escrupulosamente as indicadas no projecto, não podendo ser provocadas alterações significativas ao nível da circulação de água” [Informação sobre “Parâmetros de apreciação dos projectos de instalação e exploração de culturas marinhas no PNR”, de 25/1/94, Arquivo do PNR, 8.1]. Não se verificam, nos documentos legais, referências positivas ao trabalho humano de criação e manutenção de regueiros. Este papel só surge tratado como “problema”, nomeadamente quando há acusações de usurpação ou desvio indevido de regueiras por viveiristas vizinhos.

da obrigação de “segurar a regueira”, não a deixar “abafar”; os viveiristas que fiquem mais a jusante de cada canal devem continuamente “andar a pôr as coisas bem”, para não prejudicar os viveiros mais acima. Assim, ao longo das margens do regato, nas suas parcelas, os viveiristas vão colocando peças – serapilheiras plásticas cheias de cascas de marisco ou de entulho, pneus velhos, barras de pedra, cimento, tijolo, caixas, etc. (no molhe velho de Olhão, por exemplo, é muito comum ver-se sacos de entulho, prontos a carregar) – para sustentar os terrenos.

Zé Agostinho diz que cada viveirista até poderia ter interesse em deixar o seu terreno escorregar para dentro do regato, deixá-lo aumentar, mas tal não costuma acontecer. (...) Hoje, por exemplo, Zé e Júlio [para sustentar as margens do regueiro] colocam várias placas de cimento, aproveitadas de umas obras. Zé queixa-se de que os biólogos não deixam pôr pneus nestes murinhos, “porque polui”; quando a sua “teoria”, desenvolvida na prática, é de que os pneus não poluem, “como se pode ver”, porque neles crescem limos, abrigam-se polvos e peixes, fixam-se mexilhões e ostras. [Notas de campo, 20/11/00]

Objectos do viveiro.

A criação de ostras e amêijoas em viveiro assenta naquilo a que podemos chamar “bricolage” ambiental.²³ A noção de *bricolage* refere-se a uma actividade que é executada sem um projecto bem definido à partida, que procede por tentativa e erro e pela adaptação daquilo que estiver “à mão”. Um *bricoleur* serve-se de toda uma colecção de instrumentos e sobras de materiais não específicos para este trabalho, recorre a “habilidades” e conhecimentos heterogéneos *ad hoc*, ou seja, mais ou menos indeterminados, criados e adaptados à medida das situações e problemas que vão surgindo. Já vimos um pouco desta lógica de trabalho quando apresentamos a noção local de experiência (relacionada, por exemplo, com a mobilização de aspectos específicos da paisagem e meio natural) e quando descrevemos a criação de um “terreno”; verificámos aqui como esta tarefa se vai improvisando e alterando tendo em conta características e processos geológicos (o assoreamento), sociais (a escolarização das mulheres, que as afasta do marisqueio; a “solidariedade” entre vizinhos), político-administrativos (a proibição de mecanização; as limitações relativas à modificação nos terrenos); ecológicos (a poluição); económicos (a “falta de mão de obra”; o mercado da areia), etc. Com a noção de *bricolage* ambiental tentamos descrever a forma prática como os viveiristas relacionam as espécies cultivadas com aspectos contingentes do meio: como avaliam, escolhem, adaptam, manipulam condições e ingredientes naturais, sociais, económicos, tecnológicos, políticos.

Roberto e Mariana Veloso têm várias histórias sobre a mortandade da amêijoa. Por exemplo, há alguns anos Roberto tentou fazer uma “experiência”, com amêijoa adquirida em Aveiro; eram “70 contos” de semente, soma importante para a época. A experiência estava a correr bem, mas “vieram umas águas ruins” que mataram

²³ Tomamos de empréstimo o termo “bricolage” a Lévi-Strauss que o sugeriu para comparar o pensamento “mítico” ou “selvagem” ao pensamento científico (Lévi-Strauss, 1962: 30-49). Usamos o termo com alguma liberdade, para descrever um sistema prático, sem pressupor que se refere a uma forma específica de pensamento, “selvagem” ou qualquer outra.

toda a produção, perdendo o dinheiro nesse ano. Mas, no ano seguinte, acabou por vender 500 contos dessa amêijoa, sem ter semeado nada, apenas com a reprodução dos indivíduos que escaparam à mortandade. “A amêijoa dá dinheiro mas não é essa história do ‘ouro negro’ que dizem para aí”. Os viveiros de Roberto deram para comprar alguns carros, “mas em segunda mão”, deram para “fazer estas palhotas”, diz Mariana, queixando-se com desdém, dizendo que não deram para “um apartamento jeitoso na cidade, que era o meu sonho”. Já Roberto diz que dariam, se houvesse muito mais investimento, em capital e trabalho. Roberto conta a história do desinvestimento nos viveiros, uma história híbrida. Há cerca de 12, 13 anos, tinha um bom viveiro, com uma boa produção, e decidiu rentabilizá-lo. Pediu empréstimos à família, 3000 contos, para comprar uma grande quantidade de semente e lançou tudo nesse viveiro. Mas veio um Inverno particularmente chuvoso, durante o qual as ribeiras estavam sempre cheias o que fazia com “a maré nunca vazava”. A amêijoa estava então sempre debaixo de água, sendo impossível apanhar as mais gradas, ou remover a semente para tentar revender, e só por isso já teriam perdido tudo. Apareceram porém outros problemas: com as águas sempre a cobrir os terrenos, tornava-se impossível detectar e evitar a actividade de búzios e canailhas, predadores terríveis “que vão lá mesmo ao fundo e sugam a amêijoa”. Portanto, estas condições ecológicas foram mais um factor de mortandade. Mas há mais: este factor poderia ter sido minorado se não fosse a proibição de apanha dos búzios e canailhas (com artes) imposta pelo Parque; ou seja, neste período já de si complicado, o Parque impediu que o pescador pusesse termo à predação das amêijoas (além de ter impedido que pudesse “fazer umas lotas para a família” vendendo os búzios). [Notas de campo, Fábrica, 14/06/00]

Vimos no capítulo anterior, e veremos na parte dedicada aos mundos das pescas, que a instabilidade e o acaso são encarados como condicionantes decisivos destas actividades. As ideias de instabilidade e acaso aplicam-se, à primeira vista, aos designios da natureza – oscilações do tempo atmosférico, intensidade das marés, movimentos das areias, concorrência entre espécies animais, etc. Considera-se então que o cultivo de bivalves está em grande

medida sujeito à vontade das forças naturais: “a natureza umas vezes dá, outras vezes tira”, “lançar semente [de amêijoas] é sempre um risco”.²⁴ Não estão apenas em causa desígnios da natureza, no entanto; sobrepõem-se sucessivamente novas forças, tão ou mais arbitrárias, de origem humana: os empreendimentos tecnológicos ou comerciais em curso na zona da Ria, as regulamentações da actividade, as flutuações dos mercados, a concorrência de produtos estrangeiros, as movimentações políticas regionais, nacionais, comunitárias.

[Relato de uma conversa entre um jovem viveirista (cerca de 30 anos) e António Veloso (cerca de 50 anos), viveirista em part-time, ambos de Cacela] Os dois contam que o passado mais ou menos recente (até 10, 12 anos atrás) se caracteriza pela abundância natural: Cacela e Fábrica produziam as melhores amêijoas da Ria e, logo, do País – mas isso era “dantes”. “O presente é a Ria toda que está a ser destruída.” Discutem o declínio em termos de mortalidade crescente da amêijoas. (Falam os dois para mim; corrigem-se ou completam-se um ao outro.) Para o jovem, a culpa é da “doença de Parkinson” [sic], explica-me, em tom doutoral; esta doença chegou com as amêijoas “tunisinas”. António demonstra com números da sua produção os efeitos desta mortalidade, considerando estes números típicos: “Cento e tal quilos de semente, apanhei 15”. O jovem expõe também a ideia de um ciclo de mortandade: à noite, a sebarrinha liberta “dióxido de carbono” (de dia é oxigénio); no verão, quando há mais plantas, mais calor, menos água, é este gás que mata as amêijoas; por sua vez, a sebarrinha aumentou, cresceu descontroladamente quando deixaram de se atribuir licenças de viveiros: os terrenos abandonados foram deixados à sebarrinha. António comenta: “Dantes também morriam, mas não era assim”, “a gente já sabia que umas tantas iam ser comidas pelos caranguejos”, e outros predadores; agora, é a destruição sem causas conhecidas, ou melhor, domináveis... Entre os dois acaba por surgir a expressão “a culpa morre solteira”: de quem é a culpa? “Não se pode dizer, são vários culpados”; por exemplo, há também o efeito das descargas das ETARs, “mas vamos dizer que a culpa é das Câmaras?”. Os dois parecem concordar que as responsabilidades não são apuradas propositadamente, “porque

²⁴ O antropólogo Rob van Ginkel trata o aparente paradoxo que representa as referências à sorte e ao acaso na actividade do viveirismo. Nota que o idioma da sorte é muito comum entre os pescadores; mas também os viveiristas holandeses que estudou apontam a sorte e o comportamento das forças naturais, e menos os conhecimentos técnicos, o jeito ou o esforço, para explicar o sucesso das suas actividades. Para Ginkel, estas “representações” têm “funções ideológicas” relacionadas com a ordem “igualitarista” defendida pelos viveiristas; servem, por exemplo, para silenciar potenciais conflitos ou mitigar diferenças de estatuto – como se dissessem: “Não tenho culpa de ser tão bem sucedido, é questão de sorte”. (Ginkel, 1994).

os culpados são poderosos”. E tal como não há culpas identificáveis também não parece haver solução viável, a não ser as dragagens, que consideram ser a única forma de minorar o problema. [Notas de campo, Cacela, 22/06/00]

Fenómenos como o das “mortandades” de amêijoa atestam, aos olhos dos viveiristas e mariscadores, a persistência e resistência de todas estas forças arbitrarias. Entre os viveiristas, é lugar comum dizer que “culpa” da crescente mortalidade de amêijoa “morre solteira” (ou “órfã”, afirma-se no extracto seguinte). A frase contém quase sempre uma acusação: este infortúnio não é inexplicável em si, mas porque alguém, “os poderosos”, se empenha em esconder a verdade; não é intrinsecamente sem solução, apenas outros “poderosos” se demitem das suas responsabilidades técnicas e políticas. Os viveiristas que a proferem afirmam-se assim sozinhos, impotentes, contra uma realidade excessivamente caótica.

Existe na Ria Formosa mais de um milhar e meio de viveiros de amêijoas, com uma área superior a mais de 5 milhões de m². Com esta área, e em condições normais do ponto de vista patológico, seria suposto admitir que a produção de amêijoas só na Ria Formosa atingiria as 7.000 toneladas ano. As condições do ponto de vista patológico existentes na Ria estão muito longe de uma situação normal, como a produção estimada de amêijoas actualmente na Ria, e segundo números actuais (1998) fica-se pelas cerca de 3.000 Toneladas. Claro está que tendo presente esta realidade, aliada ao surto de mortalidade de amêijoas que todos os anos se vem verificando, os viveiristas têm baixado não só a densidade de povoamento como a superfície do viveiro utilizada na produção.

Esta mortalidade não tem tido, por parte das entidades responsáveis pela defesa do ambiente, a resposta adequada. A culpa tem sempre morrido órfã.

Este sector de actividade não goza de boa saúde, muito longe disso. As dificuldades são mais que muitas, a poluição continua a ser o seu inimigo público número um, constituindo mesmo um sério travão ao seu seguro e harmonioso desenvolvimento. Daqui resultam alguns constrangimentos, dos quais se destacam, com grande ênfase os de ordem ambiental que contribuem de forma decisiva para o impedimento de uma maior expansão da actividade aquícola, muito particularmente do marisqueio. [comunicado lido no 5º Congresso da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, sede do PNRF, 10/06/00]

Anteriormente, descrevemos as redes de culpabilização que vão sendo tecidas no “contexto” da Ria Formosa; interessam-nos agora as formas quotidianas como os viveiristas actuam neste meio que concebem como instável, como constroem as suas posições nestas redes. Em todo o curso da produção de bivalves, os viveiristas recorrem a expedientes práticos, vistos pelas autoridades como traços da ingovernabilidade dos viveiristas, mas considerados por estes respostas lógicas às perturbações da natureza, aos caprichos administrativos, aos interesses económicos. Para desenvolver esta ideia, descreveremos os principais objectos que constituem esta actividade.

“Como é que se trabalha? É à mão!” Esta resposta (do viveirista da Fábrica acima citado) remete para uma visão heróica do trabalho, que apresenta o mariscador ou viveirista despido de aparato técnico, sozinho – munido apenas da sua “experiência” – perante a Ria, as lamas, a seba, a areia, os predadores, o marisco. É usual ouvir histórias do “campeão” mariscador que apanha mais amêijoas do que todos os companheiros, apenas introduzindo o dedo na areia, através do “olho” da amêijoa. Frequentemente, estas narrativas são situadas no passado, pessoal ou histórico, contando também assim uma história de transformação: tempos houve em que bastava a mão para obter amêijoas e ostras, de tão abundantes.

Zé da Ria: Aquilo [ostras] dava cabo das mãos, dos pés...
havia carcanholes dentro da Ria...

Tó: Essa história do carcalhol ninguém fala nisso...

Z.R.: Já falámos, ainda esta manhã... Aquilo dava cabo das mãos,
dos pés, do corpo, com a água pela cintura, com o frio... um gajo
batia o queixo...

Tó: Em lugares onde havia carcanhóis...

Z.R.: E dava cabo da alma, aquilo dava cabo da alma...

G: Isso do carcanhol que ia dizer...

Z.R.: Pois, há quem fazia aquele trabalho, p’a ganhar...

Tó: Eram cascas... eram cascas assim grandes [mostra tamanho
com as mãos, bastante maior do que ostras normais, entre 10-20
centímetros], os carcanhóis nesse tempo cresciam... eram aos

montes... e a maior parte deles morriam, a maior parte deles morriam, as cascas ficavam dentro da lama...

[...]

Tó: [...]Era tanta a quantidade de carcanhol que chegou uma altura que houve industriais que começaram a produzir isso p'rá farinha. E então os pescadores, essas próprias pessoas que faziam essa lida do mar, que iam à redinha, iam pescar barcos carregados de cascas!

Z.R.: Eu cheguei a ver montanhas de cascas do tamanho deste prédio, do primeiro andar!

Tó: Sim! Mas metiam aquilo em montes, aquilo secava um pouco, e depois era vendido ao peso, não era?

Z.R.: Não, acho que era às carradas... às carradas, um carro de bestas...

Tó: Aquilo levava um certo tempo a...

Z.R.: A secar...

Tó: A gente ia ali a um descampado... um descampado... bom, ali numa área de quatro ou cinco mil metros quadrados, com montes de cascas...

Z.R.: Montanhas, faziam montanhas...

Tó: Mas eram montes que chegavam a esta altura... havia homens que juntavam 14 ou 15 toneladas, 16 toneladas... Só de casca, hã?! Casca e entregavam alguns vivos, ainda...

G: Também apanhavam p'ra comer, já, nessa altura?

Tó: Nessa altura... os vivos aproveitavam p'ra comer, que eram o tal carcanhol deste tamanho, tinha um miolo deste tamanho [de um bife]! Um carcanhol daqueles nesse tempo dava p'ró almoço de uma pessoa! [risos] É verdade!

G: Mas vendia-se já, ou as pessoas levavam p'a casa?

Tó: Não, as pessoas não ligavam a isso!

Z.R.: Tornava-se enjoativo...

Tó: Quem aproveitava isso era o pescador, às vezes, às vezes! Na maior parte das vezes...

Z.R.: Não fazia caso...

Tó: Não faziam caso...

G: Então como é que se acabou?

Z.R.: Foram acabando, foram tirando as cascas... foram apanhando, apanhando, extinguiu!

G: Mas se não servia p'a vender, porque é que apanhavam tanto?

Z.R.: P'a vender a casca...

Tó: Morreu, foi morrendo... com o tempo aquilo foi morrendo.

Z.R.: Isto é assim: o pessoal, a princípio apanhava só a casca; e depois, já 'tava a casca apanhada, começaram a apanhar os vivos... [Entrevista gravada, Olhão, grupo de viveiristas (cerca de 60 anos), 25/11/00]



Quatro Águas, faca de mariscar.

A faca de mariscar²⁵ é, por vezes, explicitamente apresentada como extensão da mão nua, prolongando assim o heroísmo que lhe está associada. A faca, improvisada ou, maioritariamente, comprada, é usada para escavar o terreno de bancos naturais e viveiros de amêijoas, em dois sentidos. É com ela que se levanta a areia, para expor a amêijoas enterradas, que depois será retirada com a outra mão. Mas é também com ela que se revolve o terreno – cf. atrás –, removendo alguma lama, cascas de bivalves mortos ou “sebarrinha”, para o “arejar”, “oxigenar”. Frequentemente, considera-se que são dois aspectos de uma mesma actividade: quando se colhem as amêijoas, está-se a arejar o terreno. A faca pode, contudo, ser usada apenas para revolver e limpar o terreno de viveiro; e parece ser motivo de orgulho ter um terreno escavado apenas com o seu auxílio.

Afirmámos já que o grosso do trabalho de viveirista consiste na limpeza e preparação dos terrenos. Trata-se de remover lamas e plantas em excesso, eliminar irregularidades, tapar poças, traçar “regueiros”, lançar pequenas barreiras com matérias retiradas do terreno, distribuir areia e calhau. Para isto,

²⁵ “Faca de mariscar – utensílio constituído por uma lâmina metálica de forma variada de bordo não cortante, fixada a um cabo de madeira curto (...)” (Martins, 1996: 14).

além da faca de mariscador – ou, de facto, em vez dela – usam-se vários modelos de sachos e ancinhos (“ganchorras”), com dentes ou sem dentes, pás²⁶ e carrinhos de mão, luvas e galochas, tudo isto de origem industrial.



Cacela Velha, principais instrumentos do viveirismo

O tema do heroísmo surge aqui com ambiguidade: a simplicidade destes instrumentos foi-nos apresentados ora como prova do lado “artesanal” do viveirismo, da dureza tradicional que caracteriza este trabalho e as condições em que é executado, ora enquanto efeito de arbitrariedades administrativas. Usam-se porque “a Ria [i.e., o PNRF] não deixa” usar meios mecânicos, por exemplo “tractorzinhos” semelhantes aos dos campos de arroz, para lavrar os terrenos e remover a lama ou passadeiras rolantes, para carregar e descarregar areia.

²⁶ Conferir as descrições técnicas dos ancinhos e das pás em Martins (1996), respectivamente: 14 e 16; 15.

Um género de avaliação idêntico aplica-se às embarcações usadas para o transporte diário de pessoal, equipamento e marisco entre terra e os viveiros situados no meio da Ria; para recolha e transporte de areia e materiais para fixar regueiros; para procurar e transportar “semente”, também no interior da Ria.²⁷ Os pequenos barcos são tratados como parte imprescindível do viveirismo “como sempre se fez”; mas, simultaneamente, são considerados como objectificações de empecilhos burocráticos recentes: devido a todas as imposições legais – taxas, licenças, vistorias, equipamento de segurança – quase não servem o trabalho; por exemplo, a necessidade de licenças para transportar pessoas a bordo é um entrave à colaboração esporádica de familiares ou amigos, a quantidade de meios de salvação é tanta que não sobra espaço para transportar os materiais e os produtos de trabalho.

Tradicionalmente, o cultivo da amêijoia (e do berbigão) não envolve mais equipamento: a amêijoia é deixada a desenvolver enterrada no chão. Alguns viveiristas, porém, fazem “experiências”, recorrendo a redes em plástico para cobrir os terrenos de amêijoia, como protecção contra as espécies predadoras. Estas redes serão semelhantes às utilizadas na preparação dos abrigos de ostra, onde servem funções mais ou menos equivalentes. Pudemos observar dois tipos de estruturas utilizadas para estes abrigos:

- caixas, ou “tabuleiros”, de diversos materiais (frequentemente, arestas de ferro, base em plástico flexível; mas também é possível encontrá-los em plástico rígido moldado em forma de rede), com uma área semelhante à dos sacos, assentes no



mesmo tipo de suportes. O material dos suportes dos tabuleiros, tal como o dos sacos, obedece a regulamentos precisos.

²⁷ As embarcações podem ser sobreviventes da actividade piscatória, ou podem continuar a ser utilizadas também nesta actividade. Conhecemos alguns viveiristas com novos barcos, em fibra, adquiridas já para o efeito – graças a “projectos”, fundos do IFADAP ou outros.

- sacos de rede plástica, com cerca de 1m x 0,5m, com malhagem de dimensões variáveis, assentes em cavaletes de ferro; os sacos são habitualmente importados, os suportes são adquiridos localmente; por vezes, os suportes são improvisados, com outros materiais, como tijolos, blocos de cimento, etc.; cheios, os sacos são fechados com fitas também de plástico, de forma a evitar a fuga dos indivíduos e o ataque por predadores. Os sacos são peças mais recentes; e são encarados por alguns viveiristas como solução técnica mais “avançada”, são encarados como método experimental.



Sacos ou tabuleiros constituem o meio de uma distribuição e redistribuição demográfica efectuada continuamente; são, simultaneamente, instrumentos para criar condições ambientais específicas. No sistema de sacos, os viveiristas deixam crescer uma quantidade de ostras até atingirem certa idade e dimensões dentro de sacos com determinada malhagem. Depois, servindo-se dos baldes como medida, dividem esta quantidade, transferindo-as, digamos, para o dobro de sacos com uma malhagem mais larga; e assim sucessivamente, reduzindo o número de indivíduos em cada saco à medida que crescem em idade e tamanho. Nos tabuleiros a redistribuição faz-se com baldes, colocando os animais entre tabuleiros mais despovoados. Dar-se-ão três ou quatro destas redistribuições ao longo do ciclo de vida das ostras. Os sucessivos sacos ou tabuleiros serão arrumados em zonas do viveiro de forma mais ou menos oportunista: conforme “dê jeito”, para libertar áreas para receber mais contentores, agrupados por idades, usando-os como protecção e cobertura adicional de outros contentores com indivíduos mais velhos. Por exemplo, se não houver suportes disponíveis quando chega um saco carregado de “ovas”, estas serão colocadas sobre um suporte – ou mesmo um tabuleiro – ocupado por ostras velhas; considera-se que a “laminha” produzida por estas é benéfica para as ostras novas (já não será

para as ostras crescidas), e que a cobertura que estas proporcionam, por sua vez, “faz bem” ao marisco mais velho. Para aqueles que usam tabuleiros, por sua vez, é justamente a lama que se acumula debaixo dos tabuleiros que constitui uma vantagem: mantida cuidadosamente num certo nível – graças à atenção e cuidados quotidianos –, a lama proporciona “alimento” e condições ambientais favoráveis ao cultivo das ostras. A capa de limos que os sacos acabam por ganhar é controlada de forma empírica; não há exactamente uma regra: “sabe-se” simplesmente que limos a mais “sufocam” as ostras, embora os limos também possam servir para proteger do sol e manter alguma humidade micro-ambiental.

Do mesmo modo, nos terrenos de amêijoa cria-se permanentemente uma ordenação demográfica e ecológica, jogando com a proporção relativa de lama e areia, com a presença de limos, com o metabolismo das espécies cultivadas.

As quantidades de areia e sebarinha requerem uma gestão contínua e cuidadosa. Teles está a retirar sebarinha, e diz: “Um bocado de sebarinha é bom para a amêijoa”, fornece abrigo e sombra, mantendo humidade no interior da terra, “mas em excesso não deixa oxigenar”, sufoca a amêijoa. “Isto [que a sebarinha também protege a amêijoa] é uma coisa que os biólogos não sabem”. Quando se refere ao trabalho de “limpeza” dos viveiros é disto que está a falar; aponta para os terrenos vizinhos “limpos”, fala com o vizinho que também está a “limpar” o seu viveiro; é uma prática que atribui aos viveiristas em geral.

Mas Teles diz que ele próprio se destaca num aspecto, *porque envolve especificamente mais uma entidade nesta gestão — uma entidade que é simultaneamente gerida e gestora —, a amêijoa.* Estamos a ver o vizinho a retirar lama, colocá-la numa plataforma, que serve para a arrastar até à água. Teles diz em voz baixa, como se estivesse a fazer um comentário de forma a que o outro não ouvisse: “Ali o x também está a limpar o viveiro. Mas ele depois não lhe deita amêijoa nenhuma...”. Ora, a “amêijoa também faz o terreno”, “vai ejectando” detritos que contribuem para a sua qualidade. Não se deve deixar o terreno vazio, como faz o vizinho; é também por isto que Raimundo traz sempre amêijoa juvenil, de compra ou dos bancos naturais, para repovoar constantemente o viveiro. De novo, não se pode exagerar: amêijoa a mais também degrada o terreno, quer por causa da “oxigenação” deficiente que provoca quer pela redução da quantidade de alimento. [Notas de campo, 2/06/00]

O período normal de crescimento das amêijoas é entre 18 meses a dois anos. Este período nem sempre é respeitado, todavia; alguns viveiristas apanham as amêijoas mais cedo, com menores dimensões, “por causa das mortandades”, por cálculo antecipatório: sabendo de antemão que há o risco maior de mortandade no Verão, os viveiristas podem apanhar a amêijoa vários meses antes. Alguns dos nossos informantes dão a entender que por vezes deixam crescer o marisco apenas até ao tamanho mínimo comercialmente viável, que não é necessariamente igual ao tamanho comercial mínimo legal, “porque nunca se sabe”. Verificam-se também “mortandades” por causas mais comuns, que merecem outras respostas. A actividade de predadores locais, como búzios, estrelas do mar, ostraceiros ou alguns peixes, é controlada – ou minorada – graças à malhagem dos sacos; mas outros animais, como o berbigão, também são potencialmente indesejáveis em viveiros de amêijoa ou ostra: são culpados pela acumulação de mais detritos metabólicos, pela criação de mais “laminha”. Contra o berbigão, alguns viveiristas poderão deixar amigos e mariscadores que lhes peçam apanhar berbigão, por exemplo nos terrenos em volta dos suportes das ostras. Verificamos então que os riscos ambientais se amplificam pela ausência (ou presença) de condições sociais, económicas, políticas; e lida-se com ele agindo sobre todas estas dimensões.

G: Então... então e o que é que será importante p'a fazer uma boa amêijoa?

ZA: Isso p'a fazer boas amêijoas ééé... é ter condições, é ganhar condições, é o tempo que a gente pode esperar. Por exemplo, você tem estrutura p'a poder esperar só um ano, então você só pode deixar crescer as amêijoas um ano. Se não tem mais estruturas nenhuma, se financeiramente tem que viver... Então em lugar de 'tar dois anos, não pode 'tar dois anos. O mínimo que as amêijoas têm p'a crescer é um ano e meio, é o mínimo! A amêijoa joga-se pequeninas, e o mínimo é um ano e meio. E com ano e meio em certos viveiros não se faz. Nem pensar. Há outros que fazem no mínimo, há outros que está dois anos e não se faz. Portanto isso depende do financiamento da pessoa. Se eu hoje comesse carne... Um dia! Vou eu hoje deitar umas amêijoas, gasto por exemplo vinte quilos de amêijoas. Eu... como só posso apanhar cinco quilos de amêijoa... não apanho todas, não apanho todas, só vou

apanhar... que há vários tamanhos... só vou apanhar a que ao fim de dois anos vai ‘tar boa... s’eu não tenho dinheiro p’a comer esses dois anos como é que eu faço? Agora não, é isso que eu digo que é diferente de uma loja, é diferente do café... porque o café eu hoje abro o café, começo a vender café, começo logo a realizar dinheiro. Ali não, faço o viveiro, gasto o meu dinheiro, gasto tudo e não vou... e esses dois anos tenho muito trabalho. Tenho o trabalho de ‘tar a tirar limo, tenho o trabalho de nesses dois anos o terreno dá cabo, jogo uma barcada de areia, tenho muito trabalho... Além de não tirar nada, percebe n’é?, não tiro nada e ‘inda tenho despesas. É muito diferente de uma casa de comércio ou uma loja, ou uma empresa, seja lá ela do que for, seja de automóveis, seja do que for. Ali tenho que pegar, assim que abro a casa começa logo a vender, a realizar dinheiro. E ali não começa, são dois anos de espera. E agora além do projecto do IFADAP, eu não vou realizar dinheiro, por isso vou ‘tar empenhado com o banco... não tenho dinheiro p’a... p’a pôr o que me pertence... Vou ‘tar pelo menos, pelo menos, nove meses a um ano... se não falhar! Se não falhar o ano. Então e se falha? Dois ou três meses de despesa...

G: Se houver alguma mortandade, ou...

ZA: Isso então... então ‘tou no fundo, chego ao fundo, nem chego a ganhar dinheiro e vou p’ó fundo... isso então um gajo não ‘tá a pensar nisso, ma’é o que pode acontecer. É o que pode acontecer! Isso é... não ‘tamos livres disso... Não é como num café, se o café abrir e não haver pois muita clientela, o café não vai muito p’a frente, n’é? Mas o café faz dinheiro, vai fazendo... Agora, a gente é que não faz!... É como na agricultura... só vou começar a ganhar dinheiro depois da batata ‘tar grande, depois da batata ‘tar grande, compro umas, semeio outras, ou semeio outra colheita, que pode não ser batatas, pode ser outra coisa... e outra contradição é que ali não... tenho a batata e dali p’á frente posso semear milho, ou posso semear outra coisa. E ali não, ali é só amêijoas.[Entrevista gravada, Zé Agostinho, 21/11/00]

Outro cálculo relacionado com as “mortandades” suscita novas opções de produção: “O pessoal mudou-se para as ostras, porque são mais resistentes [à poluição, à contaminação biológica, às marés vazias mais acentuadas devido ao assoreamento da Ria]”, é uma observação que frequentemente escutámos. Não dispomos de elementos estatísticos para a averiguar; mas entre os nossos informantes há alguns – por exemplo, em Cacela e em Olhão – que voltaram a ocupar viveiros familiares abandonados, de amêijoa, efectuando agora “experiências” com ostra. A criação de viveiros de ostra parece mesmo ser um propósito favorito daqueles que se candidatam aos “projectos” comunitários.

Muitos dos instrumentos quotidianos sofrem várias utilizações improvisadas, reinventadas; também estes objectos são “impuros”: não resolvem simplesmente questões técnicas, servem para agir em determinadas circunstâncias económicas, sociais, administrativas. Por exemplo, o chalavar²⁸ tem uma primeira utilização óbvia: recolha de bivalves – nomeadamente, berbigão, marisco que habita faixas superiores do terreno –, por exemplo em bancos naturais, para posterior lançamento em terrenos de viveiro.



Barra de S. Luís, recolha de berbigão com chalavar.

Arrasta-se o arco do chalavar pelo fundo arenoso, de preferência coberto com maré; o marisco vai sendo empurrado para dentro da rede, com o auxílio de uma faca de mariscar ou à mão; depois, como vemos na fotografia, segurando com as mãos pela boca e fundo da rede, fecha-se um saco que se faz sacudir dentro de água para limpar da areia. Mas o chalavar pode servir outras funções: um informante nosso, por exemplo, falou-nos da utilização do chalavar para quebrar o “beicho” das ostras agitando-as dentro da rede, referiu-se a isto como um método novo, que começava agora a ser divulgado entre companheiros.

²⁸ “Arte com a forma de bolsa, em que a entrada é mantida aberta por uma estrutura rígida, com frequência um aro, e que pode ser fixa à extremidade de um cabo; é, geralmente, manobrada à mão.” (Idem: 40). O chalavar também é empregue nas pescarias locais, enquanto auxiliar no transporte de pescado no momento da captura, nomeadamente quando o peixe ameaça desprender-se das malhas e perde-se na água, ou quando há demasiado pescado no saco da rede de cerco, tornando-se assim necessário descarregar uma determinada quantidade para possibilitar a alagem.

Quebrar ou aparar o “beicho” da ostra é remover a película que se vai formando na junção das duas cascas, tentando travar o seu crescimento em comprimento, fazendo-a aumentar em volume; alguns viveiristas consideram que assim a ostra fica mais “bonita”, mais “redondinha”, que esta função é apenas estética; outros consideram que também a qualidade do miolo sai melhorada, pois fica mais “cheia”; genericamente, considera-se que as ostras aparadas e “redondinhas” são muito mais viáveis comercialmente. Igualmente, os sacos – berço, abrigo – acabam por servir também para “dar forma” às ostras, agitando os sacos, e quando se transferem os animais, batendo ostras umas contra as outras. Para esta função usa-se ainda a faca de mariscar, remexendo ostras cultivadas em caixas; segurando a faca com as duas mãos, puxam-se e empurram-se vigorosamente os animais, já com dimensões médias.

O arneiro é utilizado como peneira de marisco – amêijoas e berbigão –, para separar indivíduos conforme as suas dimensões. Trata-se de uma caixa com um fundo em gradeado metálico; a malha deste gradeado é variável, entre valores conhecidos e correspondentes às dimensões que a lei define como tamanho comercial das diferentes espécies de bivalves.



Recolhida certa quantidade de marisco, por exemplo em bancos naturais, há que “arneirá-lo”, ou seja, dividi-lo por dimensões, destinando-o assim ou aos viveiros ou de volta ao banco natural ou aos centros de expedição e depuradoras (em princípio).

Logo a seguir à recolha, cada cesto de ostras é lavado durante aproximadamente cinco minutos; o viveirista vai agitando o cesto, para revolver as ostras, dirigindo-lhes um jacto de mangueira com pressão. Ocasionalmente, este viveirista pode empregar escovas, para retirar lamas e limos mais renitentes; mas tanto ele como os seus irmãos, o companheiro desta função e mesmo alguns clientes consideram que normalmente a mangueira basta para as ostras

ficarem “bonitas”. “Estão prontas para ir para a panela!”, costuma dizer este viveirista quando acaba a lavagem. E de facto seguem directamente para as panelas de restaurantes próximos, de vizinhos, de outros clientes, que, de resto, encomendaram os bivalves recolhidos em cada jornada. Não irão, com certeza, para qualquer depuradora ou centro de expedição de marisco. Este viveirista diz: “Não precisam de depuração, isto [a Ria Formosa, *especificamente* junto a Cacela] já é uma depuradora... Então os da Sadimar não põem aí as ostras para as limpar!?”, referindo-se ao viveiro desta empresa, utilizado para uma espécie de quarentena “química” de ostras criadas no poluído estuário do Sado.

Este viveirista, tal como outros conterrâneos seus – como a maior parte dos nossos informantes –, afirma que “o marisco depurado fica pior”. A justificação genérica é de que “a depuradora enfraquece o marisco”; literalmente, porque os animais “ficam ali sem comer”, vão “emagrecendo” ou, no caso da amêijoia, porque a “água a mais faz mal”. Estas opiniões são quase consensuais, mesmo entre viveiristas que depuram o marisco. A depuração é encarada como mais outro obstáculo burocrático misturado com interesses comerciais de terceiros. Ora é algo que os técnicos impõem sem ter em conta as especificidades do trabalho quotidiano – das condições próprias de cada terreno (“*esta zona aqui* já é uma depuradora”), à quantidade de marisco efectivamente produzido relacionada com a distância da depuradora (verificam-se queixas sobre a obrigatoriedade de levar “dez ou doze quilos” a Olhão, “não compensa”) – ora é algo que serve para “enriquecer” os responsáveis pelas depuradoras. Se já é difícil estabelecer os números da produção de bivalves nos viveiros da Ria Formosa, muito mais é saber quanto passa pelas depuradoras. Em entrevista, os responsáveis técnico-administrativos especulam percentagens na ordem dos 80, 90% de “fuga” à depuração. Um técnico do IPIMAR, apresentando a imagem do viveirista como “ciganos” e “aldrabões”, sempre atrás do lucro, explicou-nos esta prática por um cálculo meramente económico: a fuga à depuração permite poupar, não só nas taxas a pagar à depuradora, mas também no transporte do marisco – para a depuradora, e depois de volta – permitindo vender melhor, ou seja, com maior margem de

lucro em relação ao o marisco depurado. Esta, de resto, é uma motivação que alguns viveiristas atribuem a si próprios e aos outros, a par da desvalorização da qualidade do marisco depurado. Já outro responsável, da DRPA, recusava esta resposta: não acreditava que a fuga se devesse à procura de lucro, porque “eles só têm que pagar 20 ou 30 escudos [na depuração]”; não atribuía uma racionalidade económica à fuga à depuração; de facto, não lhe atribuía qualquer racionalidade, de tal maneira que para si esta prática é tão incompreensível que deveríamos tentar “explicá-la” no nosso inquérito etnográfico.

2) As Pescarias artesanais no Sudeste Algarvio: perspectiva contemporânea

Artes e processos de pesca

Ao longo do século XX, as pescarias comerciais de cariz artesanal do sotavento algarvio exploraram diferentes territórios marinhos – da costa ibérica ao Atlântico Norte –, sob diversos quadros político-económicos. Na costa leste do Algarve lançaram-se armações de atum e de sardinha e xávegas (cf. Santos, 1989; Cavaco, 1976; Ferro, 1954). Na primeira metade do século, enquanto estas artes decaíam, as companhias da região intensificaram o emprego de redes nos pesqueiros algarvios e andaluzes, com o desenvolvimento de artes como os sardiniais, as sacadas, os tresmalhos, as redes de cerco (cf. Cavaco, 1976). A utilização de aparelhos de anzol na costa algarvia e marroquina, criou condições tecnológicas e mão-de-obra para que, durante os anos vinte, se armasse no concelho de Olhão um lugre destinado à pesca do bacalhau no Atlântico Norte (cf. Moutinho, 1985; Outeiro, 1926). As companhias que pescavam com aparelhos de anzol, (re)começaram a frequentar a plataforma continental marroquina a partir dos anos 70, isto é, quando a rentabilidade do uso de redes decresceu substancialmente.

A frota nacional, como conjunto, tem “recuado” e “avançado” nas suas áreas de actividade fora da ZPE/ZEE, por força de decisões políticas de outros estados. A renegociação dos acordos de pesca que decorre há dois anos entre Marrocos e a União Europeia, ilustra o tipo de conflitos políticos internacionais que surgiram a partir dos meados do séc. XX. A reivindicação de soberania sobre as águas territoriais até às 200 milhas marítimas por parte dos diversos países costeiros, veio lançar a disputa sobre a exploração económica dos recursos existentes dentro desses limites (cf. McEvoy, 1998). Por outro lado, mudaram os meios de propulsão – da vela e remos aos motores – e os engenhos de pesca utilizados – das armações aos arrastos. McEvoy (idem) fala-nos de uma “segunda revolução industrial”, desencadeada nas pescarias norte-americanas a partir do final do séc. XIX. Trata-se da mecanização dos processos de pesca, concretizada com o

advento de alguns desenvolvimentos tecnológicos, como a distribuição de energia eléctrica e o emprego de motores de combustão interna nas embarcações de pesca (Idem: 123-155). Nos portos do Sudeste algarvio este processo ocorreu a partir dos meados do século XX. Em Cabanas de Tavira, a primeira embarcação de pesca motorizada foi lançada à água no início da década de sessenta:

JS: Em 60/61 apareceram esses barcos motorizados... O primeiro fui eu a andar, foi uma canoa, depois transformou-se num barco a motor e daí em diante a coisa começou-se a desenvolver-se mais, já se ia mais dias ao mar, já se apanhava-se mais peixe, já se andava com mais artes, a vida começou a ser outra. Mas andaram-se aqui muitos anos a motor e à vela.

PS: A motor e à vela...

JS: Até que chegou a certo ponto que era tudo só barcos a motor... Foram acabando por destruir as lanchas que haviam aqui, principalmente aquelas canoas. Muitas foram modificadas para meter motor a bordo.[Entrevista, Cabanas de Tavira, 15/03/00]

Nesta parte do relatório tentaremos descrever os processos tecnológicos e sociais - os sistemas de produção, os modos de organização do trabalho, as estratégias de apropriação dos recursos e os modelos de retribuição - que caracterizam algumas das pescarias comerciais do Sudeste algarvio. Decidimos abordar aqui apenas as pescas artesanais “dominantes”, ou seja, aquelas que ocupam a maior parte da população activa empregue neste segmento produtivo, e que mobilizam a maioria das embarcações de pesca licenciadas: covos, redes e palangres. Excluimos deste texto, portanto, as artes cujo emprego se tornou residual – como as murejonas²⁹ e os alcatruzes³⁰ – e uma arte de arrasto, a de ganchorra³¹. Em relação às pescas industriais da região – nomeadamente a frota de “traineiras” que se dirige à

²⁹ “Murejona. São armadilhas rígidas, de forma esferóide, construídas com arame formando um reticulado. Na parte superior possuem um endiche de forma afunilada e, na base, que fica assente no fundo, possuem uma abertura com tampa” (Martins, M. R., 1996: 36). Esta armadilha destina-se à captura de peixes ósseos e cartilagíneos.

³⁰ “Alcatruz – também conhecido por pote ou vasilha, é fabricado normalmente em barro (mais modernamente são de plástico [...]). Tem apenas uma abertura e destina-se a criar a ilusão de “toca”. (...) Esta armadilha é especialmente dirigida à captura de polvo e é normalmente empregue em grupo constituindo teias.” (op. cit.: 28).

³¹ A ganchorra é uma draga rebocada através de um cabo, a partir de uma embarcação. É composta por um pente de dentes metálicos e um saco de rede ou de inox - cuja malhagem não deve ser inferior a

captura de pelágicos e que opera com redes de cerco envolventes -, optámos também pela sua exclusão. Esta decisão prende-se com o facto dos dados recolhidos serem manifestamente insuficientes para os propósitos deste relatório (cf. Notas de campo, em anexo).

Armadilhas (Covos)³²

O emprego de covos nas pescarias portuguesas, e particularmente nas pescarias algarvias, está documentado desde o século XVIII (cf. Cavaco, 1992). Esta armadilha tem vindo a ser construída desde então com formatos, dimensões e materiais diferentes. Até meados do século XX, o covo era de verga e tinha forma afunilada (cf. idem: 74; Moreira, 1987; Silva, 1891), destinando-se à captura de várias espécies marinhas (cf. Martins, 1996). A partir dos anos sessenta do século passado começou-se a usar rede para fazer covos (cf. Moreira, 1987). O covo, tal como hoje é fabricado na Fuzeta, Santa Luzia e Cabanas de Tavira, consiste numa armação rectangular de ferro envolvida em rede de plástico colorida³³, e destina-se à pesca de polvo. A introdução deste último tipo de covo na área da Ria Formosa registou-se há quase duas décadas, e veio substituir outra armadilha que estava direccionada para a captura daquele cefalópode, o alcatruz de barro. O covo, à medida que foi sendo utilizado naqueles portos, sofreu algumas adaptações morfológicas que visaram melhorar a sua eficácia:

Os covos vieram do norte de Espanha, e são empregues nas Cabanas há 14 anos, quando começaram a substituir os alcatruzes, que se perdiam e partiam com facilidade. Esses primeiros covos

25mm - acoplado à armação metálica da ganchorra. Cada embarcação não deve ser servida por mais que duas ganchorras (“Regulamento da Pesca com Ganchorra”, Portaria nº149/92).

³² Para uma etnografia algarvia do emprego de alcatruzes na pesca de cefalópodes, conferir Outeiro (1926: 33 – 34), Palma (1967: 128 – 129), Oliveira (1971: 86 – 94), Johnson (1977: 17 – 18), Moreira (1987: 455 – 456), Moeda (1992), Martins (1996: 28 – 29) e Souto (1998: 44, 130). E para uma etnografia algarvia da utilização de murejonas na pesca de espécies bênticas e demersais, conferir Outeiro (idem: 33, 40), Palma (idem: 127 – 128), Oliveira (idem: 101 – 103), Johnson (idem: 18 – 20), Moreira (idem: 451), Martins (idem: 36 – 37) e Souto (1998: idem).

³³ Podem ser de cor azul escuro ou de cor verde. As malhagens são variadas, porém a dimensão mínima autorizada é de 30 mm (cf. Martins, 1996: 35).

não tinham tampa: para retirar o polvo introduzia-se a mão na boca da armadilha. [Das Notas de campo, 24/02/00]³⁴

O covo (ou “mala”³⁵) é composto por um corpo principal e por duas aberturas: aquela por onde entra a presa (a “boca”), e a do receptáculo do isco³⁶ (o “copo”). A “boca” está colocada sensivelmente ao centro da armadilha. Para impedir a fuga da presa é rematado à abertura, pelo lado interior, um endiche de rede afunilado e pontiagudo (os “pentes”). As aberturas circulares do covo são fechadas por uma única portinhola quadrangular do mesmo material. O covo tem ainda uma asa, fixa do lado direito, onde é atado o cabo de ligação à teia (para uma descrição técnica e pormenorizada desta armadilha, conferir Martins, 1996). Naquelas três povoações são fabricados dois tipos de covos. O primeiro tipo, de forma rectangular, armado em dois arcos de ferro (nas extremidades laterais), destina-se a ser largado a pequenas profundidades (entre as 6 e as 8 braças). Este covo, pelo modo como é elaborado (o diâmetro dos “pentes” é maior), permite à presa entrar na armadilha, comer o isco (sardinha ou cavala) e sair da mesma se tiver oportunidade. Trata-se, portanto, de um tipo de covo selectivo. O segundo tipo, de forma semicilíndrica, armado em três arcos de ferro (extremidades laterais e a meio do corpo da armadilha), serve para profundidades superiores (cerca de 30 braças). Este covo retém a presa assim que esta entra, devido ao menor diâmetro dos “pentes”. Os dois tipos de covos correspondem, dentro da mesma espécie alvo (o polvo), a presas diferentes. Enquanto que o primeiro tipo está direccionado para polvos de porte e peso mediano que vivem a profundidades menores, permitindo (em princípio) a fuga dos juvenis, o segundo tipo dirige-se a presas de maior porte e peso, domiciliadas a maiores profundidades. Uma armadilha destas, em boas condições de uso e de manutenção – periodicamente os covos são raspados para retirar o caramujo que se acumula –, pode conservar-se durante cerca de dois a três anos. Cada covo

³⁴ Pensamos que a utilização de um certo tipo de covos – fabricados em ferro e de forma rectangular –, foi de facto difundida a partir de Espanha, nomeadamente a partir da Andaluzia.

³⁵ A partir daqui os termos um itálico correspondem a designações locais.

³⁶ Os covos de polvos são iscados com pelágicos (cavala e sardinha).

leva aproximadamente dois a três dias a ser fabricado; genericamente, um dia para cortar a rede e cortar e dobrar os ferros, e outro para fazer a armadilha.



Cabanas de Tavira, Covo

Devido às suas características – nomeadamente os materiais em que são fabricadas -, estas armadilhas podem ser caladas em todos os tipos de fundos marinhos (rochosos, arenosos, lodosos, cascalhentos e corais). Mas a calagem dá-se sobretudo em leitos rochosos e arenosos, onde se registam capturas mais frequentes. Os covos, como outras armadilhas, são largados em conjuntos, ou “teias”. Uma “teia” é composta por um cabo principal comprido – a “madre” –, a que são unidos, a distâncias determinadas (e variáveis), os cabos onde se fixam os covos – os “alfoques”. À totalidade dos cabos chama-se “calamento”. A teia divide-se num número variável de “empostas”, ou seja, conjuntos de 60 a 70 covos sinalizados por bóias. O regime de ventos, marés e correntes marítimas determina a direcção dos lançamentos das teias; segue um excerto de apontamentos registados a bordo:

[A companhia do “Campeão” tem calada uma] teia de 1100 covos, com bóias a cada 60-70 covos (“empostas”), nas “viras”, e com bóias a cada extremidade (a última é a de “escote”). (...) Quando o vento está de levante com a corrente, larga-se a teia às viras, aos **ss** [esses], quando está de barlavento, larga-se em linha recta, grosso modo, longitudinalmente.” /”As teias são largadas em **s** ou [em] **u**, de modo a cobrir o máximo do fundo escolhido. [Das notas de campo, 25/05/00]

A alagem destas armadilhas é realizada com o auxílio de aladores mecânicos³⁷ - à semelhança do acontece para as redes e palangres. Os aladores foram introduzidos na região a partir da segunda metade da década de setenta do século XX.

Os covos são utilizados em todos os portos de pesca do sudeste algarvio (cf. Martins, 1996). Mas em alguns destes portos adquirem maior importância, devido ao número de companhias que os usam e, conseqüentemente, à qualidade e peso económico do pescado desembarcado pelas frotas locais de pesca artesanal³⁸. É o caso das localidades de Fuzeta, Cabanas de Tavira e, sobretudo, de Santa Luzia, cuja frota de pesca dedica-se quase exclusivamente à captura de polvo. O número total de embarcações de pesca artesanal (costeira e local) com licença para covos para a área da Ria Formosa era, em 1999, de 98 embarcações: 24 na Fuzeta, 16 em Cabanas de Tavira (Cacela inclusive), 21 em Santa Luzia, 2 em Tavira, 17 em Olhão (Culatra inclusive) e 18 em Faro (Praia de Faro inclusive) (cf. PEPE – Plano de Extensão Pesqueira, DGPA/DRPSAS, 1999). Estes números são uma mera referência de base, assim como todos os outros dados oficiais aqui apresentados. O número total de embarcações que usam covos será sempre diferente do cômputo das embarcações que têm licença para a pesca com covos. Existe um circuito de troca e ou venda (ilegal) de licenças para esta arte entre as frotas desta região; e isto enquanto há embarcações que pescam com covos sem licença e embarcações que não utilizam covos mas que detêm

³⁷ A compra deste equipamento motivou a introdução temporária da “parte do alador” nos esquemas de distribuição dos rendimentos. Este facto e a sua extrema utilidade, levaram as companhias da Fuzeta que usam covos a designar estes instrumentos de “homens de ferro”.

este documento. Nestes portos os covos são fabricados pela companhia em casa do mestre da embarcação: no terraço, na rua em frente ao seu domicílio, ou no seu “armazém”. Este é um espaço eminentemente masculino onde se estabelece boa parte da organização da companhia. É no “armazém” – um logradouro por vezes alienado a um uso prévio, como garagens/oficinas, por exemplo – que, para além de serem guardados, fabricados e reparados apetrechos e artes de pesca, é feito o pagamento os camaradas e são tomadas algumas decisões relativas à organização da empresa de pesca. O pagamento da companhia é uma função recentemente atribuída a este local, pelo menos em Cabanas de Tavira. A distribuição de rendimentos era realizada nas tabernas, no início das “caldeiradas”, isto é, num espaço de sociabilidade público e num contexto de comensalidade. As “caldeiradas” serviam para manter os laços de solidariedade entre os companheiros e libertar tensões geradas durante a faina (cf. Jonhson, T., 1977: 83 - 90). Em alguns casos é o “mestre de terra”³⁹ que fabrica os covos.

A divisão do trabalho a bordo nestas companhias, como em todas as outras pescarias, reflecte diferenças de estatuto⁴⁰ e determinados modos de organizar o trabalho. Como neste caso as companhias são geralmente de dimensões reduzidas (entre dois e dez indivíduos), a divisão do trabalho não é acentuada. Cada companheiro leva a cabo tarefas diferenciadas a bordo, mas cada uma destas não está atribuída definitivamente a um dado indivíduo. Existem regimes de rotatividade de funções, tanto para reduzir e evitar acidentes (o risco) e erros (a ineficiência), derivados do desempenho rotineiro das mesmas operações, como para actualizar corporalidades associadas às técnicas de pesca. É obvio que está excluído desta rotatividade o lugar de “mestre” na embarcação de pesca (cf. Weibust). As obrigações deste resumem-se à navegação – a condução da embarcação até aos pesqueiros e de volta ao porto ou varadouro – e à decisão e comando das operações de captura. É o mestre que está encarregue de

³⁸ Cf. Martins e Carneiro (1997: 437 - 442).

³⁹ Conferir adiante a caracterização desta ocupação. O “mestre de terra”, por vezes, é o “patrão” da embarcação, ou seja, o proprietário (total ou maioritário) da embarcação, o seu primeiro mestre e/ou pai do mestre actual.

⁴⁰ “The crew (...), may be regarded as a system of social roles and statuses. [...] The status or position of a person or group can be defined as system of rights and duties. It is the product of an interplay between differentiation and evaluation.” (Weibust, K., 1958: 23 e 28).

seleccionar previamente um pesqueiro, conforme as informações de que dispõe, de conduzir a embarcação o mais rapidamente possível ao(s) pesqueiro(s), de se informar e de acertar junto dos outros mestres as respectivas posições de trabalho (localização e profundidade de artes, rumo de (c)alagem), de organizar com celeridade a captura (envolvendo-se fisicamente, como é frequente) e a entrega do pescado no mercado; o que acarreta muitas vezes estratégias de cooperação com outros mestre.

Os recursos informativos à disposição do mestre são alargados. Pode dizer-se que um mestre, para estar actualizado e formular estratégias de captura e de venda do pescado, deverá dominar continuamente o fluxo de informações que circulam em terra – na rua, nos cafés, na marginal, no porto, na lota, nos mercados de revenda, nos “armazéns”, nos meios de comunicação mais comuns, etc. – e no mar. O uso do rádio e do telemóvel, a consulta dos aparelhos electrónicos que possui a bordo e a observação do estado do mar e do tempo meteorológico, constituem os recursos ao seu serviço durante a faina. O mestre acompanha a mudança dos estados do tempo meteorológico e do oceano não só pela observação – existem pelo menos três períodos do dia em que se colhem estes elementos em terra: de madrugada, antes do embarque, à tarde e ao anoitecer -, mas também pela consulta de serviços noticiosos meteorológicos portugueses e espanhóis.

O lugar físico do mestre a bordo é a “casa do leme” ou cabine, ou, na sua ausência, como acontece nas embarcações de convés aberto, ao leme da embarcação. Os companheiros distribuem-se pelo resto da embarcação conforme as operações e o modo como esta está preparada para armazenar as armadilhas. Segue uma ilustração, retirada das nossas anotações:

Ida com a embarcação “Os Dois Juntos”, de João Santos

O local de encontro, às 3.30, foi a esquina do Bar Cabanense. Quando cheguei, à hora marcada, já lá estava Paulo Santos, o irmão de João Santos (...). João Santos tem 44 anos (24 anos de pesca) (...), e governa o barco do pai, que deixou o mar há 10 anos e hoje faz covos no seu armazém. O barco, de 1967, com 11,5 metros, foi nessa altura o maior em Cabanas: “Quando ele foi construído era o maior de Cabanas, agora já não”. Inicialmente não tinha cabine ou

ponte, mas Jeremias Santos mandou acrescentar esse compartimento. A companha é de dois camaradas (António e [o companheiro] doente, que Paulo veio substituir durante a sua convalescença) e o mestre. A noite estava com um levante fraco. Um luzeiro no horizonte negro denunciava os barcos de covos (...). [...]

O mar onde tinha as teias era o (?). Chegados a esse mar, foi ligado um projector pequeno, para localizar a bóia. A operação durou poucos minutos, mas foi dificultada pela luz da lua cheia, que dissimulava (...) a bóia. João Santos diz que conhece as suas bóias – as bóias dos covos são pequenas para dificultar a sua detecção p[or] outros mestres⁴¹.

Às 4.15 começaram a “desprender” as duas teias (uma de 392 covos, tipo ‘mala’, e a outra de 308 covos com ferros em arco, maiores), a começar pela [teia] de covos menores. Pelo caminho falou com um mestre de Santa Luzia, com quem costuma trocar informações. Aquele informou-o dos maus resultados daquela madrugada, João Santos ficou um pouco desiludido: “A água ‘tá escura”.

[...]

A operação de alar a teia maior ocupou cerca de 4 horas. João Santos vai ao leme e manobra, dá ordens, intervém quando é necessário; António está a iscar os covos e a acomodá-los na armação, a bombordo [e à] proa; Paulo está no alador: apanha a armadilha, retira o polvo ou a comua e atira-a para o alcance de António. Para largar é o inverso: António dá os covos a Paulo, pela ordem, e este atira-os quando o “calamento” o exige, [ou seja, conforme] a marcha do barco. Se um covos for lançado fora da ordem, provoca a largada abrupta de outra(s) armadilha(s).

[...]

Às 10.25 terminaram de largar a segunda teia e viemos para Cabanas. [Das notas de campo, 19/02/00]

As observações registadas a bordo permitem-nos introduzir alguns matizes nos pressupostos acerca da distribuição de tarefas e de atribuições de estatuto. O comando do leme também pode ser partilhado por um companheiro quando determinadas situações exigem que o mestre deixe a cabine⁴². Quando o mestre

⁴¹ O uso nas artes de pesca de bóias de sinalização de tamanho reduzido, obedece a uma estratégia competitiva que procura, por um lado, manter em segredo o local exacto do pesqueiro explorado, e por outro, prevenir o roubo de pescado por outras companhas. Esta última prática regista-se no terreno de duas formas; primeiro, enquanto roubo, e segundo, enquanto furto que visa compensar danos causados por sobreposição danosa de artes durante a calagem. Ambos as práticas inscrevem-se numa lógica de exploração intensa e competitiva dos recursos marinhos disponíveis (conferir adiante a discussão destes fenómenos).

⁴² Sempre que uma arte fica presa a outra na sua posição de captura – isto é, quando um arte é calada sobre outra -, o mestre sai da cabine depois de avisado, observa o empacho (cf. Glossário, em anexo) e não permite que nenhum camarada lhe resolva o incidente, ele mesmo tenta recolher a sua arte tentando não a danificar. Esta operação é quase sempre realizada em detrimento da arte alheia.

da embarcação trabalha com irmãos, filhos ou outros parentes a bordo, é vulgar ser um destes que então assume o leme. Outra questão são as várias tomadas de decisão que ocorrem durante o processo de captura. Como ficou dito, é ao mestre que compete definir uma estratégia de captura. Mas tal não impede que essa estratégia possa ser redefinida ao longo daquele processo, conforme as situações que vão surgindo – um caso exemplar é o fracasso de uma pescaria. Nestas ocasiões, o mestre pode pedir a opinião dos camaradas mais velhos que traz a bordo, de um outro mestre de pesca com quem tenha algum laço familiar ou relação de cooperação e que esteja na faina nessa altura, ou discutir o êxito da pescaria com quem partilhou a tomada de decisão inicial (escolher o pesqueiro), como acontece quando um mestre tem o filho (a maior parte das vezes o primogénito) a trabalhar na companhia; os dois exemplos seguintes reportam-se a embarcações que pescam com redes de cerco e com covos, respectivamente:

A certa altura o barco passou por um outro rapa, de Olhão, que estava parado a recolher as redes avariadas, [e] cujo mestre havia chamado as embarcações vizinhas pelo rádio pirata, a perguntar pela pescaria. Justino disse-lhe que não ouvira e ofereceu-lhe ajuda, o outro mestre insistia na chamada não escutada sem responder à oferta de ajuda (...). Depois Justino falou com outro mestre (presumo, de um rapa ou de [uma] traineira), um tal Chico Zé, que também afirmou não ter ouvido a comunicação do segundo. Entretanto trocaram alguma informação: não havia peixe, o “norte” [estava] a prejudicar a pescaria, “mais valia não ter saído” [disse o terceiro mestre]. Justino ainda lhe pergunta o que é que devia fazer, com sinceridade e lamento, mas aquele mestre alegou ruído e disse que não o podia ouvir (terá sido uma falácia, só para não o ajudar; mas pedir ajuda não é ceder, perder a face, reconhecer outrem?) Pouco depois Justino abrandava a marcha e o barco deriva, e diz coisas do género: “Foda-se, foda-se, foda-se”/”Estou fodido com isto”/”Que é que um homem faz nesta altura?” Vai então consultar Bernardino [o camarada mais velho da companhia], (...) que lhe diz para fundear, visto que não há condições para pescarem. O barco é dirigido mais para terra e fundeado. Todos recolhem aos beliches da proa e da popa (a casa do motor, que tem camas, fica a meio, um pouco por baixo da ponte) para dormir. [Das notas de campo, 17 - 18/02/00]

A dado momento o mestre José Sousa já não conseguia disfarçar o seu descontentamento e surpresa. Começou a resmungar lá da casa do leme: “Os covos do outro pescaram... / Ainda ontem ‘tava (aqui) o polvo em monte...” Nessa altura o mestre protestou com Gilberto [o filho], dizendo-lhe que a culpa da pesca fraca era o número de sardinhas que estavam a colocar nos ‘cavos’ [i.e., a mesma quantidade que tinham colocado na teia já recolhida], e para começarem a colocar 4 em vez de 3 sardinhas. O cunhado (irmão da esposa de José) contestou: “Ma’ isso é alguma coisa? É o mesmo ó... Com três ou com quatro é o mesmo, o polvo se tiver que vir vem na mesma.” E continuaram a iscar com a mesma quantidade de sardinhas. [Das notas de campo, 29 - 30/05/00]

Na área da Ria Formosa o emprego de covos é alternado com uma outra arte: redes (como é o caso de Cabanas de Tavira), murejonas (Santa Luzia) ou palangres (na Fuzeta). Em Santa Luzia, Cabanas e na Fuzeta esta pesca pratica-se em determinadas épocas do ano. Na primeira localidade os covos são utilizados o ano inteiro pela maioria das embarcações (cerca de 55 %); cf. PEPE – Plano Extensão Pesqueira, D.G.P.A./D.R.P.A.S, 1999)⁴³. Santa Luzia constitui um exemplo de “especialização” de uma frota e de um mercado numa arte de pesca e numa espécie, o polvo. Em Cabanas são empregues entre Agosto e Março, e na Fuzeta são-no entre Setembro e Março. Estes calendários revelam-se relativamente coincidentes, e correspondem não só a estratégias de apropriação dos recursos - as diferentes frotas agem em conjunto e em concorrência, enquanto “clusters” (cf. Acheson, 1981) -, mas também a condicionalismos de mercado: as estimativas de desembarque de polvo em lota desta região (cf. Martins, M. R., 1997), indiciam que a procura de polvo pelo mercado justifica capturas durante todo o ano, com um pico produtivo entre Setembro e Março. O facto das espécies de polvo que habitam a plataforma continental algarvia⁴⁴ se reproduzirem durante todo o ano, ao contrário das espécies domiciliadas na costa

⁴³ Uma pequena parte da frota - e sobretudo envolvendo embarcações de menores dimensões (saveiros, lanchas, bateiras, baleeiras, etc.) -, procede às suas capturas utilizando alcatruzes e murejonas. É muito frequente estas embarcações ocuparem companhas reduzidas (três pessoas no máximo) e envelhecidas.

⁴⁴ Das notas de campo:

Espécies de polvo [domiciliados na costa algarvia]

(normal) [*Octopus vulgaris* (Lamarck)]

“mijão” [*Octopus delfini*, ou *Eledone moschata*; cf. Lemos, et al, 2001: 478]

ocidental⁴⁵, e de se registar um elevado índice de procura de polvo por parte dos mercados que absorvem o pescado capturado nesta região (cf. as notas de campo em anexo), tem motivado uma mudança nas estratégias produtivas das companhias da pesca artesanal na área da Ria Formosa. As narrativas de pesca deste cefalópode, nomeadamente as dos nossos informantes de Santa Luzia e de Cabanas – ou seja, onde se encontra a maior parte da frota artesanal orientada para esta pescaria -, conservam o registo de grandes capturas nos últimos anos⁴⁶; a frase que é mais comum ouvir é elucidativa: “Está polvo em monte”⁴⁷.

Nestas pescarias, como nas restantes artes de pesca, a forma como as companhias se apropriam do território marinho condiciona o seu sucesso económico. Como o oceano é um bem de acesso livre, comum (Cf. Hardin, 1968), as diversas companhias desenvolvem estratégias de apropriação desse território aberto - com

“cabeçudo” (Olhão)” [Eledone cirrhosa (Lamarck)] [22.5.00]

⁴⁵ Das notas de campo:

Santa Luzia, 22.5.00

Conheci hoje em Santa Luzia dois biólogos da Universidade do Algarve (um rapaz e uma rapariga), que estão a desenvolver um projecto de investigação acerca dos polvos, visando poder determinar as melhores épocas para a sua captura e (...) conhecer os [mananciais]. Dissera-me que os polvos são machos ou fêmeas, e explicaram-me (...) três formas de o verificar:

- 1) observar a forma como terminam os raios [tentáculos] (...);
- 2) observar os genitais do polvo, dentro do carapuço;
- 3) verificando que os machos têm os tentáculos centrais (perto da boca) maiores, que lhes permitem agarrar a fêmea durante o acasalamento.

O Gilberto S., e outros [pescadores como ele], estavam convencidos que o polvo era hermafrodita. Também há quem pense que o polvo só desova no verão. Os biólogos disseram-me que o polvo pode desovar todo o ano, com excepção de três meses em que não há actividade sexual: de Novembro a Janeiro. O que, [de alguma maneira], vai ao encontro das informações recolhidas. Segundo o biólogo (...) o polvo do sul do país sofre influência das águas do mediterrâneo[, mais quentes]: o polvo do norte só tem duas épocas de postura, em Maio/Junho e Setembro/Outubro.

⁴⁶ Das notas de campo:

Gilberto S. também me fala da fartura recente de polvo na costa, nomeadamente desde o verão passado [de 1999], porque não choveu muito: “A água barrenta mata a ova do polvo”. Tiveram semanas, [e mesmo] meses, de capturas elevadas, como uma tonelada de polvo por embarcação, envolvendo rendimentos mensais de 300 contos [per capita]. [3.5.00]

Esta informação vem ao encontro dos resultados de uma investigação realizada nalguns portos do país - incluindo Santa Luzia -, por uma equipa de biólogos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Lemos, et al, 2001: 469 - 476).

⁴⁷ Os números de produção disponíveis confirmam esta tendência. Em 1998, toda frota de pesca do sudeste algarvio (de Quarteira a Vila Real de Santo António), pescou cerca de 860.455,9 t. de polvo. Em 1999 o número é ligeiramente inferior (menos 20.176, 7 t.) (Cf. Estatísticas Docapesca S.A., 1998 e 1999; cf. ainda Lemos, et al: idem).

base nos conhecimentos empíricos adquiridos acerca deste meio, das espécies haliêuticas que nele podem encontrar, das técnicas e tecnologias de pesca, etc – ou seja, entrando em competição. Estas estratégias, na prática, acabam por desenvolver modos de usufruto “privado” daquele bem, gerados a partir da organização destes produtores em redes de partilha de informação e de cooperação (cf. Acheson, 1981). O conjunto daqueles conhecimentos e destas estratégias, a sua *praxis*, estabelecem territorialidades específicas a estas artes. Os conflitos e as trocas de informação no mar (e em terra), entre companhas, permitem cartografar estas territorialidades.

Uma fonte importante de conflitos é a calagem de uma arte sobre outra. As bóias de sinalização obrigatória das artes são frequentemente de reduzida dimensão – por vezes são um mero pedaço de esferovite -, de forma a dificultar a sua detecção por outras companhas. Detectar uma arte, recolher parte desta para examinar o que pescou e cruzar mais tarde esta informação com o que se sabe do sucesso da “maré” da companha que a possui, é um dos modos de saber quem, quando, onde e o que se capturou. O facto das bóias serem pequenas origina amiúde este tipo de conflitos de territorialidades, porque a maioria dos “lanços” acontece de noite ou de madrugada: os mestres, sem o saber, mandam largar as suas artes sobrepostas a outras, caladas antes. Mais tarde, quando são recolhidas, detectam-se os “empachos”, que provocam quase sempre danos em ambos os engenhos. Estas situações geram fenómenos de furto “compensatório” de pescado; quando a alagem das artes sobrepostas se dá com o contacto visual das duas companhas, os níveis de tensão a bordo e entre companhas aumentam, podendo degenerar em conflitos verbais abertos e vinganças ocasionais:

Às 6 horas o barco reduziu a marcha – chegámos ao local. Cinco minutos depois (...) já alavam as cerca de 3 - 4 milhas de rede ou cinco quilómetros, aproximadamente. Esta operação foi interrompida quatro vezes devido a uma arte que fora largada em cima das redes do “Meia Água” por um barco de Olhão (que passou por nós). Foram momentos de tensão entre os companheiros, acerca do modo como “passar por baixo” a arte da embarcação de Olhão (de malhagem superior, de 130 [13 cm], uma

rede mais “alta”). À terceira e quarta vezes tiraram peixe da rede “intrusa” (um choco enorme e linguados). Miguel disse-me o que tinham feito - mas eu percebera logo porque o *corcho* daquela rede era mais grosso e novo – e eu mostrei-me solidário: afinal tinham *empachado* a pesca deles. O mestre Humberto conseguiu falar com o mestre daquela embarcação, a dar conta do sucedido e para saber o que já sabia[, como que a pedir uma satisfação]: aqueles haviam largado depois deles, na mesma noite. [Das notas de campo, 07/02/00]

Twig Johnson (1977), que realizou trabalho de campo numa das localidades piscatórias do concelho de Tavira, explica as práticas de roubo de pescado enquanto consequência da competição entre companhas sobre os mesmos recursos marinhos, propriedade comum que todos procuraram explorar de um modo intensivo. Esta competição origina um duplo risco: ecológico/económico (sobreexploração) e social (conflitos entre produtores). É neste contexto que surgem fenómenos como o roubo de pescado:

Social disruption flows from intense competition, and is exacerbated by the fact that not only is it in the interest of each boat to catch as much as they can, but it is likewise to their advantage to reduce the catch of others. This leads to a series of practices labeled *roubalheira*, or ‘audacious thievery’, by fishermen. (1977: 66-67).

Estratégias relacionadas com o estabelecimento de direitos de propriedade “privados” sobre determinados pesqueiros, como o emprego de bóias de sinalização pequenas, o segredo, a contra-informação e a mentira (cf. Ginkel, 1999a), os “clusters”, os horários de partida das companhas, o fabrico das artes e o planeamento das capturas, devem ser interpretadas também enquanto modos de gerir o acesso aos recursos marinhos comuns num contexto de competição intensa (cf. Johnson, 1977; Ginkel, 1999b;). Para evitar conflitos advindos deste quadro de competição, estabelecem-se redes de comunicação entre mestres, baseadas em critérios de amizade/camaradagem e em códigos de cooperação: o mestre quando dirige a embarcação para o(s) pesqueiro(s) eleito(s), se prevê a

necessidade⁴⁸, pode informar determinados mestres da localização relativa⁴⁹ da sua arte ou do local onde pretende (c)alar, ou pergunta se há artes próximas do seu destino. Outras vezes, a proximidade de arrastões exige o mesmo tipo de medidas:

Já caía o dia quando interromperam a alagem para se dirigirem à bóia da ponta, na vizinhança da qual estava a passar um arrastão espanhol, a pescar ilegalmente nas águas portuguesas. O mestre [José Sousa] foi ao rádio e avisou-os: “Primo, primo, estamos a vinte braças para terra, a levante, vinte braças...” O mestre espanhol não respondeu e continuou no mesmo rumo. Então aproximaram-se da embarcação e com dois dedos em riste o mestre indicou a quantas braças tinha a arte fundeada. (...) – “o espanhol”, entretanto começou a desviar-se para fora (...). Regressámos ao ponto onde havia sido interrompida a alagem, que recomeçou.”
[Das notas de terreno, 29 – 30/05/00]

Estas redes de informação permitem o controle informal da exploração dos recursos: procura-se estabelecer territórios de pesca, gerir conflitos entre companhas (e entre artes) e minimizar os danos nos engenhos de pesca. Os calendários de pesca e os horários de trabalho constituem outra vertente do estabelecimento de territorialidades. Estas temporalidades revelam, por um lado, que há “épocas” de pesca para determinadas espécies associadas ao emprego alternado de artes, e por outro, que há grupos de produtores que lideram estes processos de exploração, isto é, que impõe territórios. Mas estes calendários (cf. o quadro A) devem ser interpretados como esquemas genéricos. A transição de emprego de uma arte de pesca para outra implica um período variável em que a duas artes são utilizadas ao mesmo tempo. Este período caracteriza-se pela decisão do mestre em realizar “sondagens” sucessivas com a arte cuja “época” começa, para identificar em que altura será rentável mudar de arte. Esta tomada

⁴⁸ Assim que o motor da embarcação começa a trabalhar, é imediatamente ligado o rádio. Deste modo e pelo contacto visual, os mestres ficam a saber a posição relativa das outras embarcações de pesca. O uso do radar, que torna possível uma monitorização efectiva da actividade de outras embarcações, ainda é um recurso tecnológico pouco difundido. O preço elevado deste tipo de tecnologia é a razão principal deste facto.

⁴⁹ Nunca é dada a localização “exacta” de uma arte. Estas práticas de troca de informação, que previnem conflitos entre embarcações, estão definidas legalmente: os mestres de pesca “[à] chegada a um pesqueiro onde já estejam outras embarcações devem informar-se acerca da posição e extensão das artes já em pesca e não devem colocar-se ou largar as suas artes de modo a interferir ou impedir as fainas já em curso” (Decreto Regulamentar n.º 7/00 de 30 de Maio, D.R. I Série-B: 2502).

de decisão faz parte de uma estratégia produtiva - uso sazonal e alternado de determinadas artes -, e informa-se nos processos de mercado, nas decisões tomadas por outros mestres, na observação do comportamento das espécies e da evolução dos ecossistemas; os próximos excertos das notas de campo exemplificam este processo:

João Sousa usa covos de Agosto/Setembro a Fevereiro/Março. No verão usa redes de 3 panos [tresmalho], embora tenha licença também para as de um pano. Nos meses de transição larga segmentos de uma arte para experimentar a sua rentabilidade ⁵⁰.
[Das notas de campo, 19/02/00]

A canilha está a baixar de preço, não vale a pena largar mais redes por ela – as redes empregues na recolha da canilha são redes velhas, avariadas. O preço das canilhas na lota tem sido à volta dos 2 mil, 3 mil escudos; menos compensador [que o preço] obtido [em] venda directa.” [Das notas de campo, 16/05/00]⁵¹

(...) encontrei o André (...). Disse-me que o mestre Humberto já encontrou “um homem” (...) que quer embarcar “para ir às redes do peixe agulha”, e depois será para ficar na companhia. Os covos poderão esperar pela licença, pois, em princípio, só serão usados a partir de Outubro, quando o polvo já estiver crescido. O “Os Dois Juntos” já desembarcou os seus covos – que estão debaixo das árvores vizinhas da rampa poente, cobertos -, e o facto do “Mar Azul” estar ancorado perto do molhe leva-me a pensar que está ali para embarcar algumas das redes que estão em cima dessa estrutura, porque o André disse: “Então agora estão os barcos de covos todos a desembarcá-los”. Ontem à noite soube pelo José Manuel que o “Ilha de Cabanas” já fez o mesmo e está a usar redes.
[Das notas de campo, 20/6/00]

HV: E então (...) andámos aqui (...) com o sardinal, com a sacada, com o aparelho fino, com alcatruzes, murjonas, esse tipo de arte assim, naquele tempo –

PS: Ao mesmo tempo?

HV: Não, uma de cada vez, um tipo de cada, quando dava pesca pr’a uma arte era com aquela que a gente trabalhava; quando

⁵⁰ Neste momento tem um “bocado de rede” fundeado. Descobri porque um mestre lhe perguntou se ele tinha redes no local onde aquele ia a passar/largar (qual ?), o que ele confirmou.

⁵¹ Conferir adiante esta utilização dada às redes de emalhar.

aquele tipo de arte a pesca reduzia [o rendimento obtido], mudávamos para outro tipo de arte que pensávamos que desse mais (...) Era assim qu'a gente trabalhava. [Entrevista, Cabanas de Tavira 15/03/00]

Calendário da utilização das artes de pesca por porto ao longo do ano na área da Ria Formosa

Artes/Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Covos	F;S; C;	F;S;C;	F;S;C;	S	S	P;S	P;S	P;S;C;	S;C;F;	S;C;F;	F;S;C;	F;S;C;
Alcatruzes	P	P	P	P	P;S	P;S	P;S	P;S	P;S	P	P	P
Murejonas	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Redes – Tres.	?	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
Redes – ema.	C	C	C	?	?	?	?	?	?	?	C	C
Redes – Cerc.	C;O	C;O	C;O	C;O	C;O	C;O	C;O	C;O	C;O	C;O	C;O	C;O
Palangres	?	?	?	F	F	F	F	F	F	?	?	?
Arrasto – gan.	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O

Quadro A. Legenda: F – Fuzeta; C – Cabanas de Tavira; S – Santa Luzia; P – Praia de Faro; O – Olhão;

De entre as companhias de pesca artesanal da área da Ria Formosa que empregam covos, é a frota de Santa Luzia que lidera este processo produtivo, em virtude do maior investimento de capital e de mão-de-obra nesta pescaria⁵². A frota de Santa Luzia é a única que pesca cefalópodes com covos durante o ano inteiro, ou seja, ocupando 21 embarcações (cf. DGPA/DRPAS, 1999). Além disso, são poucos os dias em que não embarcam; estes dias correspondem aos principais feriados religiosos: o Domingo de Páscoa, o Natal, o Dia de Todos os Santos e o Dia de Corpo de Deus. A área de pesca desta frota não se restringe à faixa marítima

⁵² No princípio do século XX era na Fuzeta que se concentrava a maior parte do esforço de pesca do polvo (Cf. Outeiro, 1926).

adjacente. Para além das águas espanholas - em princípio até às 15 milhas, no sentido O – E -, esta frota explora a área costeira de Portimão⁵³. Estas companhias, relativamente às de outros portos, são as que partem mais cedo para o mar - a partir das 23 horas (o regresso dá-se entre as 9 e as 11 horas), ou a partir das 14 horas (o regresso regista-se entre as 22 e as 24 horas). Em Cabanas de Tavira, conforme ilustra o excerto de diário de campo já citado, o horário de pesca das companhias de covos é diferente: partem pelas 3 ou 4 horas da madrugada, e regressam entre as 10 e as 13 horas. Estas estratégias produtivas, que não se verificam em Cabanas, Tavira, Faro, Olhão e Fuzeta, são criticadas pelas companhias das outras frotas desta pescaria pelo desequilíbrio de oportunidades que gera:

Hoje, na rampa, João Santos e um outro camarada de um barco de covos, estavam a criticar os pescadores de Santa Luzia que andam com essas armadilhas: trabalham todos os dias, incluindo o Domingo – partem às 15 horas, chegam à meia-noite, vendem o peixe de manhã, e logo depois do almoço voltam ao mar. São apelidados de “gananciosos”; por vezes prejudicam a pesca dos [pescadores] de Cabanas, porque pescam primeiro nos mesmos mares. J.S. diz que ainda assim não se sente prejudicado, porque aqueles não frequentam tanto os mares por onde pesca.” [Das notas de campo, 23/02/00]

Os esquemas remuneratórios das companhias que empregam covos são variáveis, mas correspondem todos ao “sistema de remuneração à parte” (cf. Brito, 1994). Nos diversos locais de pesquisa registámos diferentes modos de distribuir os rendimentos do pescado em “partes”. Estes podem sofrer arranjos em qualquer altura, por diversas razões - entrada ou saída de camaradas da companhia, compra de equipamento ou artes, contabilização de um novo custo, reparações de equipamentos ou da embarcação, etc. A decisão, no que concerne aos modelos de

⁵³ Das notas de campo:

Gilberto e José Sousa pescam diante de Figueirita, em águas espanholas, a duas horas de Santa Luzia. (...) Quando não há polvo suficiente na costa algumas embarcações procuram pescar em Portimão – a explicação é que “os filhos de Portimão” usam mais murejonas, sobre as pedras, [na pesca de] peixe de escama, deixando assim a “costa poupada” para o polvo. [3.5.00]

retribuição, cabe ao “mestre”, a maior parte das vezes proprietário da unidade de pesca, e, por vezes, ao consenso da companhia, nomeadamente quando entra para a companhia um jovem camarada em tirocínio. No terreno encontrámos poucas situações em que a forma estabelecida de retribuição não suscite, entre os companheiros, comentário e crítica mais ou menos abertos. Para um camarada das pescarias artesanais, um “bom” mestre distingue-se por cultivar algumas qualidades de carácter – sentido de justiça, generosidade, honestidade – e pelo seu capital material e empírico – possuir uma embarcação bem apetrechada e bem cuidada⁵⁴ e os conhecimentos necessários para campanhas eficientes e bem sucedidas. Foi-nos relatado o caso de um mestre que chegou a exigir uma “parte do rádio”, ou seja, que uma pequena parte dos rendimentos gerados fosse encaminhada para a compra e manutenção de um aparelho de rádio que distraía os companheiros a bordo. A conversa que originou esta informação foi pontuada de comentários ruidosos de censura e despeito, dirigidos a este, e, genericamente, a todos os mestres.

Em termos genéricos, o rendimento do pescado é dividido por quatro itens: pelo mestre, pelos camaradas, pela embarcação e pelo “monte”. O mestre recebe um ou duas partes, conforme o investimento que realizou, cada camarada recebe uma parte, algumas despesas referentes à embarcação justificam a atribuição de uma parte própria - artes, equipamento electrónico, aladores e guinchos, reparações -, e por fim, existe a parte do “monte”, um fundo com o qual são pagas diversas despesas relacionadas com a companhia e com a embarcação - baterias, gásóleo, serviços de Lota e descontos para a Segurança Social ou para a Mútua dos Pescadores, etc.⁵⁵. O pagamento das companhias que empregam covos,

⁵⁴ “Ter o barco forrado” / “ter forro” são expressões ouvidas algumas vezes, e aplicam-se a uma embarcação que preenche os seguintes requisitos: 1) ter boas condições para navegar (o bom estado de conservação do casco, quilha e leme, a existência de lastro); 2) ter as dimensões adequadas para o tipo de arte empregue e para as características do entorno ecológico (por exemplo, pescar com uma rede de cerco envolvente de menores dimensões, exige uma embarcação menor que uma “traineira”, de forma a alcançar-se a estabilidade necessária durante as nortadas, agravadas à medida que a altitude da serra algarvia vai diminuindo de Oeste para Este); 3) ter a bordo o número suficiente de aparelhos de pesca, e estar equipada com vários instrumentos electrónicos de detecção de cardumes, de comunicação e de orientação.

⁵⁵ Por vezes o montante acumulado no “monte” permite pagar as despesas correntes e ainda distribuir determinado montante pelos camaradas e mestre.

tresmalhos, redes de emalhar, redes de cerco, palangres e arrasto de ganchorra, é diário - acontece geralmente ao fim do dia⁵⁶.

Redes (Emalhar, Tresmalho, de Cerco Envolventes)

A utilização de redes e de armações⁵⁷ nas pescarias da costa do sudeste algarvio está registada, pelo menos, desde o século XIII (cf. Moreira, 1987 e Santos, 1989). A tipologia deste tipo de engenhos de pesca é diversa ao longo destes séculos e reflecte a variedade de espécies alvo que foram, em parte, determinando contínuas mudanças na concepção destas artes (cf. Baldaque da Silva, 1891 e Martins, M. R., 1996). A única armação de atum que está em funcionamento na costa algarvia, ao largo da Fuzeta – e que não é dirigida exclusivamente a esta espécie –, é uma adaptação contemporânea das armações que foram lançadas em vários locais desta costa desde o século XIII até 1972 (cf. Santos, 1989). Esta armação de atum é propriedade de empresários japoneses e tem a designação da firma, Tunipex. O emprego de redes nas pescarias artesanais, semi-industriais e industriais algarvias, começou a generalizar-se, no entanto, a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo com o desenvolvimento da indústria conserveira (cf. Moreira, 1987, pp. 208-216):

(...) verificou-se a introdução e difusão, desde 1880, da moderna indústria de conservas. Criaram-se fábricas em Olhão, Lagos, Vila Real de Santo António, Portimão, Sines, Setúbal, Peniche, Matosinhos. Este dinamismo da indústria conserveira provocou uma valorização do peixe, maior estabilidade de preços, diversificação e dilatação das áreas de comércio e, (...) intensificação das pescas, nomeadamente através de novos processos de captura adoptados pelas frotas pertencentes às próprias fábricas. É com as conservas que verdadeiramente desponta uma feição industrial na pesca costeira e serão elas a ditar, por muito tempo, a sorte de certas artes: xávegas, armações e cercos volantes (...) (Idem: 209).

⁵⁶ O mestre de pesca nunca se desloca à casa de um camarada para lhe entregar a sua parte dos rendimentos. Ou alguém da casa do mestre faz este percurso (a esposa ou algum dos filhos do mestre), ou são os próprios camaradas que se deslocam a esta, ou então ao armazém da companhia, para receber a parte.

⁵⁷ “Conjunto de redes armadas verticalmente com o auxílio de âncora ou estacas utilizadas por forma a barrarem o caminho aos cardumes e a conduzi-los para um parque fechado de onde o peixe é retirado.” (Brito, 1994: 197); cf. ainda, Santos, 1989.

Actualmente são três os tipos de rede que se utilizam nas pescarias artesanais do sotavento algarvio: as redes de tresmalho e de emalhar de um pano, de fundear e de deriva (artes passivas⁵⁸, tal como os palangres e as armadilhas) e as redes de cerco ou envolventes (artes activas, como os arrastos). Há um pequeno número de artes de rede que, ou foram ilegalizadas durante a segunda metade do século XX, ou caíram em desuso a favor de artes mais rentáveis – em termos de custos de fabrico, custos da mão-de-obra, e do investimento necessário – e mais facilmente operáveis do ponto de vista técnico. No primeiro caso encontramos o tapa-esteiros e o botirão ou nassa, utilizadas em rios, lagunas e outros leitos de maré, e o charrão ou xalrão, a redinha ou rede-de-pé e as mugigangas ou chinchorros⁵⁹, artes de arrasto. Na área da Ria Formosa, engenhos de pesca tão significativos como as armações de sardinha, sardinhas, a xávega e a sacada⁶⁰, já não são empregues nos nossos dias. As armações de sardinha deixaram de ser empregues nos anos 20 do século passado, devido à concorrência dos galeões da pesca de cerco para bordo (cf. Cavaco, 1976: 225), os sardinhas entraram em desuso após a segunda guerra mundial quando a sua produtividade e rentabilidade decresceu (cf. idem: 233), pela mesma razão, tanto as xávegas, a partir da década de 60 do século XX, como sacadas, a partir da década de 70, foram abandonadas (cf. idem: 232-233). Rogélia Martins fornece-nos uma descrição concisa destas artes – tresmalho ou emalhar de três panos, emalhar de um pano, respectivamente:

Neste grupo incluem-se artes constituídas por panos de rede de forma rectangular, montados em dois cabos: um cabo superior, de flutuação ([...] tralha superior), e um inferior, de lastragem (...), que mantêm, de um modo geral, a arte em posição vertical na água. As redes de emalhar podem ser consideradas como pertencentes a duas grandes categorias: redes de emalhar propriamente ditas,

⁵⁸ Diz-se das “[a]rtes de pesca para as quais os animais se devem dirigir voluntariamente (por exemplo, armadilhas, redes de emalhar, anzóis)”, por oposição às artes activas, “(...) que se dirigem activamente ao encontro dos animais a capturar, o que implica geralmente a utilização de métodos de detecção dos cardumes (por exemplo, redes de arrasto)” (Brito, 1994: 198, 197).

⁵⁹ Conferir para uma descrição, Moreira, 1987: respectivamente, 446 – 447, 454, 435, 434 e 433-434; e ainda o Decreto Regulamentar nº 7/00, Diário da República, I-B Série, 30.5.00: 2495 - 2509.

⁶⁰ Conferir para uma descrição, Moreira, 1987: respectivamente, 443 – 446, 419 - 422, 438, 441.

constituídas por um único pano de rede rectangular; redes de tresmalho, constituídas por três panos de rede rectangulares (justapostos), dois exteriores (albitanas) de grande malhagem e um interior de pequena malhagem (...) (miúdo); os três panos de rede são entalhados em conjunto. Estas redes podem ser usadas isoladamente ou, de modo mais comum, ligadas de topo a topo em conjuntos – *caçadas*. O comprimento atingido por uma *caçada* pode variar entre algumas dezenas de metros a vários quilómetros. De acordo com o respectivo armamento, isto é, poder de flutuação e lastragem, estas redes podem ser utilizadas para capturar espécies à superfície, a meia água e no fundo. (1996: 59)⁶¹

Devido a esta última característica – a possibilidade de captura em todos os pontos da coluna de água –, estas artes dirigem-se a um grande conjunto de espécies, sobretudo aos peixes ósseos e cartilagineos (cf. Saldanha, 1995: 261 – 326). Como tal, são caladas em todos os tipos de fundos marinhos, incluindo rochosos. Isto implica “largar” sob regimes de vento, de marés e de correntes marítimas adequados: estas redes permanecerem muitas horas no mar – e por vezes alguns dias, nomeadamente quando há temporais – sujeitas a estes regimes, o que dá origem a deslocamentos que as podem danificar – as redes podem enlear-se e/ou romper-se contra rochedos e corais. Para prevenir estes deslocamentos reforça-se a lastragem com um número variável de pedras (“pandulhos”). O sentido da largada destas artes é em paralelo à costa, e assume duas formas, em linha recta, ou de um modo curvilíneo. A razão destas técnicas – que se aplicam a outras artes, como as teias de armadilhas e os aparelhos de anzol – atende a dois critérios: dispor a arte no mar de acordo com aqueles regimes meteorológicos, e, cobrir o máximo de área de um dado pesqueiro.

Cada uma destas redes de emalhar é dirigida a diferentes espécies alvo, algumas das quais com elevado preço no mercado. As redes de tresmalho são usadas sobretudo na captura de espécies cartilagineas, ou, segundo a taxinomia local, o “peixe de garro” (cf. Glossário, em anexo), como o choco, polvos, raias e ujes, etc. As redes de um pano destinam-se à captura de peixes ósseos, o “peixe de escama”, ou seja, um conjunto numeroso de espécies, onde avultam o pargo, o

⁶¹ As redes que compõem uma “caçada” são chamadas de “panos”.

sargo, o salmonete, o besugo, a muxarra, o linguado, o pregado, o peixe aranha, a dourada, o safio, etc. A explicação empírica desta especialização técnica e predatória reside em factos fisiológicos. A existência de guelras e, a textura da derme das espécies apontadas: para aquelas cuja textura é lisa e escorregadia, como o “peixe de garro”, três panos de rede armados em conjunto são à partida mais eficazes para reter as presas que apenas um pano; por outro lado, o “peixe de escama” é fácil de se enredar num pano somente, pois a abertura das guelras e as escamas dificultam o seu desprendimento das malhas (cf. Souto, 1998: 40 – 42).

A alagem destas redes é realizada com auxílio de dois tipos de aladores mecânicos, o alador e o guincho ou “tambor” – o primeiro auxilia na recolha das redes à medida que estas vão sendo retiradas do mar, e o segundo intervém como mediador entre a sua recolha e a sua disposição (“acomodar as redes”) em compartimentos de madeira. Durante este processo as redes começam a ser desembaraçadas e o peixe e detritos vão-se desprendendo. Segue um excerto extenso das nossas notas de campo, onde se descreve estes processos:

Idas ao mar com o “Meia Água”

6/02/00

O Miguel combinou o nosso encontro em casa dele, às 6.15. Ficámos a ver televisão na sala dele até perto das 7 horas, hora em que partimos (ainda lusco-fusco). (...) A viagem para o pesqueiro demorou cerca de trinta a quarenta e cinco minutos, no máximo. Pelo caminho Miguel e Clemente foram desenrolando a rede, ao mesmo tempo que o mestre ia observando o horizonte, a costa e a cor do mar, assomando à janela lateral da casa do leme ou ponte. [O mestre] foi-me explicando algumas coisas acerca de mares vizinhos.

Passámos a “pedra” do Lagido de Cabanas, junto à barra, a “pedra” do Barril (...) e foram largar em fundo limpo, de areia, á borda da pedra do Lagido da Fuzeta (...), a poente da barra da Fuzeta. As redes são largadas de duas formas, sempre paralelamente à costa - em s ou em linha recta -, com redes novas e usadas. Usam-se “pandulhos” quando é necessário precaver a força das correntes/*aguagens*, como foi o caso. Foi escolhido este mar, de areia e “limpo”, porque o peixe no inverno, quando baixa a temperatura da água, “areia”. Numa pedra, nesta época, além de diminuir as possibilidades de encontrar peixe, acresce o perigo de

“avarias” nas redes. Enquanto íamos a caminho do pesqueiro o mestre explicou-me o que a sonda assinalava quando lhe pedi. (...) A rede [que usaram], composta de segmentos novos (“duros”) e usados (de rede “macia” para largar), começou a ser largada assim que o barco abrandou a marcha e parou [aproveitando o impulso]. [Demoraram] cerca de uma hora e meia [a calar, ou “lançar”], diante da Fuzeta e de Santa Luzia – avistámos um barco que pescava com zagaia -, e foi o Clemente a dirigir a operação, o Miguel só deixava passar a rede entre o braço contra o corpo, por forma a desembaraçá-la [antes de chegar á água]. A rede foi calada paralelamente à costa.

Uma vez calada a rede encetámos o regresso: Clemente foi sentar-se para a popa ou ré, junto da casa do motor, Miguel e eu fomos para o compartimento na proa ou vante (...). Chegámos [a Cabanas] às onze [da manhã].

Largar a rede A primeira parte da rede a ser calada era nova, foi largada vagarosamente, com paragens e marchas atrás, quando era necessário desembaraçar a rede – para continuar Clemente ordenava ao mestre “Vante!”, ou, para parar “Pára!”. O segundo segmento foi largado com rapidez – era uma rede usada -, e o terceiro segmento, menor, foi largado com relativa rapidez (menor que a anterior).

Durante a viagem íamos passando por bóias de outras embarcações, sobretudo de covos e alcatruzes [como me iam informando]. Avistámos também a armação da Tunipex. Falámos de outras pessoas (...). Os momentos de maior concentração, tensão e silêncio [coincidiram] com a preparação e a alagem das redes. O mestre conversava comigo, mas era óbvio que a sua atenção [ia para o que estava a fazer]; durante o regresso a sensação de todos foi de descontração.

Nesse regresso estavam contentes com facto de eu ter resistido – apesar de ter vomitado a coca-cola -, o que alegrou o “ambiente”. Humberto veio a falar-me da sua vida (...).

7.2.00

Alagem das redes. O encontro estava marcado, pelo mestre Humberto, para as 4.30 h, na entrada da rua. A essa hora já estava à espera em frente à casa do Miguel. Pouco depois ele abriu a porta e entrei – sentámo-nos a ver televisão, cerca de dez minutos.

Clemente veio chamar o Miguel à porta – fomos imediatamente. Jacinto juntou-se-nos hoje. Cerca das 5 horas partimos. Clemente e Jacinto foram-se deitar para as camas da casa do motor à popa e Miguel foi para o pequeno compartimento à proa (antigo depósito de peixe) que dividia com Tiago quando este andava ao mar. O mestre apontou-me esse compartimento e disse-me para eu me ir deitar, porque não valia a pena ficar cá fora. Anui e juntei-me a Miguel, que me indicou a cama do irmão (...). Deitei-me e ele

apagou a luz do cubículo. Os companheiros deitam-se para dormi(ta)r enquanto o barco não chega ao pesqueiro, assegurando um descanso necessário [afim de garantir a energia para] algumas horas a (c)alar as redes de tresmalho de tança.

Às 6 horas o barco reduziu a marcha – chegámos ao local. Cinco minutos depois Miguel (a receber as redes da *polé* e conduzi-las para o alador motorizado), Clemente (a arrumar as redes nos três compartimentos) e Jacinto (a safar as redes e a desemalhar o peixe) já alavam as cerca de 3 - 4 milhas de rede ou cinco quilómetros, aproximadamente. (...)

O mestre só sai da casa do leme quando algo está errado, e ele vem observar e apontar a solução, quando os camaradas parecem demorar – o exemplo foi a rede largada em cima da sua arte. Às 9.25 acabaram de alar e partimos rumo a outro pesqueiro. No dia antes largaram “para fora” da pedra do Lagido da Fuzeta, neste dia largaram “mais para terra” do Lagido da Fuzeta, ainda em fundo limpo, de areia, e a poente da barra da Fuzeta, a escassos metros da armação da Tunipex. (...)

Nesta nova largada Jacinto tomou o lugar de Miguel e este o de Clemente, que ficou a safar a rede e a desemalhar peixe. A rede começa a ser alada na ponta que foi largada em último lugar, ou seja, pelo fim. Calar⁶²: 1 – 2 – 3; alar: 3 – 2 – 1.

(...) Esta segunda largada acabou pelas 10.40. Depois de calada a rede fomos todos (os camaradas) comer a “bucha”, a caminho de Tavira, à qual chegámos pelas 11.05. Na lota o desembarque e venda do peixe foi rápido. Miguel e Clemente foram levar o peixe e receber “o papelinho” com o resultado do leilão, o mestre ficou a bordo, a conversar com um empregado da Docapesca, que lhe forneceu duas baterias de 10 kg cada. (...) Uma vez a bordo rumámos a Cabanas, aonde chegámos ao meio-dia e meia.

As notas supra citadas exemplificam como o tempo de captura próprio das redes de tresmalho – ou seja, o período de tempo em que as artes estão a pescar – é relativamente longo: entre a calagem e a alagem das redes medeiam cerca de 24 horas. O tempo de captura associado às redes de emalhar de um pano é diverso. A diferença de horas entre uma operação e outra é consideravelmente menor (cerca de uma hora), o que envolve horários específicos, uma temporalidade particular:

Ida com o barco “Duas marés”, de Caetano, a 21.2.00

Este embarque proporcionou-se na “tasquinha do Rodrigo”, na tarde em que conheci Walter, filho do mestre da embarcação, e foi

⁶² Conferir o Glossário, em anexo.

marcada ontem (19), quando fui á rampa e encontrei a companhia deste barco a carregar as redes de três panos. Walter e Augusto (...) disseram-me que esta era a minha última oportunidade para ir com eles e observar o emprego de redes de um pano, já que os informara da minha pretensão de observar artes diferentes. (...)

Às 4 horas já estava na esquina do “Bar Cabanense”. Aguardavam nesse lugar companheiros de outras embarcações. “Abalámos” às 4.40, vinte minutos mais tarde passámos a barra – a noite estava fria e com “nevoinha” [névoa]; um manto branco, cerrado, cobria a terra e o mar. O “Meia Água” (...) largou antes de nós, mas foi ultrapassado pelo nosso barco, que foi o primeiro a transpor a barra. A caminho do pesqueiro (a *Pedra da Roda*, em frente à barra de Tavira, a 13, 5 braças de profundidade, mar de “água parada”/“morta”), os camaradas (Eduardo, Nelo “...”, Walter e Augusto “...” ...) foram preparando as bóias (colocar o piscapisca) e observando o mar com um projector pequeno. Antes de chegar-mos àquele mar, o mestre enganou-se e parou ainda na *Pedra do Lagido*, para terra. Os camaradas alertaram-no para o seu erro, referindo que este tinha o GPS⁶³ disponível para tal não acontecer, além da posição da lua e as sondagens que Eduardo estava a fazer com a sua pesca de polvo (dois anzóis grandes e uma zagaia). O barco (de 10, 2 metros) tinha a bordo para utilizar setenta panos de rede de emalhar de um pano, com uma malha com cerca de 2,5 cm x 2,5 cm. Às 5.40 começaram a calar (outra porção desta rede foi calada na noite anterior e só amanhã será alada), operação que só terminou às 6.25. Poucos minutos depois ancorámos e fomos para a casa do motor descansar e dormir, por uma hora. Às 7.30 começaram a alar as redes, até às 10.10. Durante a calagem o mestre voltou a enganar-se, manobrando de uma forma que estavam a largar a rede em cima da teia de covos que o “Mar Azul” estava a alar, e pela proa deste barco. A pesca foi pouca: uma caixa e três baldes de caldeirada – soldados/malacuecos, salmonetes, sofias, mucharras, parguetes, cartas, línguas, bicas, uma velha e besugos, etc; ou seja, quase tudo ‘peixe de escama’. Acostámos a Tavira às 10.50. (...) Pelas 11 adiante, até à uma e tal da tarde, estiveram a embarcar a rede de tresmalho e desembarcar a rede de um pano, no cais da lota.[Das notas de campo]

Esta diferença horária é devida, tanto quanto podemos adiantar neste momento, a dois factores. O primeiro é uma questão técnica empiricamente constatada, referente à eficácia predatória destas artes: as redes de três panos são mais visíveis para os cardumes que as de um pano, isto é, o volume e a espessura total dos panos sobrepostos é maior, e a conseqüente acumulação de algas e detritos prolongada - aumenta deste modo a visibilidade das redes, exigindo que as

⁶³ Global Positioning System.

mesmas estejam caladas por um número de horas superior para compensar aqueles efeitos (cf. Souto: idem). O segundo factor, subordinado àquele, prende-se com a organização do tempo e dos processos de captura dos grupos de produtores. Cada segmento produtivo procura operar (estar) no mar em horários diferentes, tanto quanto é possível, por forma a diminuir os riscos acima expostos. No entanto, as frotas estão cingidas ao tempo de pesca que cada arte exige e, ao número de horas disponíveis para pescarias eficazes, que é limitado. O período de captura é de dez ou onze horas, entre as 21 e as 8 horas, e idêntico para um grande conjunto de artes (redes, armadilhas e palangres), isto é, para vários grupos de produtores.

Quadro (B) dos horários aproximados de partida e chegada das companhias por arte

Arte	covos	redes emalhar	redes de cerco	palangres
Partida	23h/14h; 3h	4h/6h	19h ou 21 h	a partir das 20h
Chegada	10h/23h; 11.30h	11-12h	partir das 7h	partir das 8h

Fontes (palangres): Oliveira, 1971: 53-57.

Os horários de captura nas pescarias artesanais são variáveis e estão subordinados, portanto, a um conjunto de factores que coagem, dos quais destacamos os mais importantes: 1) o tempo de pesca da arte; 2) a dimensão e o tipo de arte; 3) o número de horas disponível para capturas eficazes; 4) a distância a que está o pesqueiro; 5) a regulação informal das capturas pelos diferentes (grupos de) produtores e a concorrência entre estes; 6) o estado da sedimentação das barras; 7) o quadro meteorológico atmosférico e marítimo; 8) as marés; 9) a (in)existência de artes caladas para recolher; 10) o número de camaradas a bordo e ou o tempo de trabalho a bordo; 11) a tecnologia disponível a bordo; 12) a situação económica da empresa (familiar) de pesca; 13) a procura de pescado pelo mercado; 14) o acaso (sinistro, auxílio de embarcações, etc.). Os dados que recolhemos em terreno, nomeadamente entre os meses de Janeiro e de Junho de 00, e que reproduzimos acima, permitem-nos, para esta época do ano,

perceber os regimes horários de trabalho a bordo das companhias que mobilizam redes de emalhar.

No conjunto dos portos da área da Ria Formosa, Cabanas de Tavira, Tavira e Olhão constituem o grupo daqueles onde estas redes ocupam a maioria da frota e da mão-de-obra local, e onde estas artes são utilizadas mais tempo ao longo do ano (cf. quadro A). Para o último porto não dispomos de registos de terreno. O seguinte quadro (C), apesar de não reflectir inteiramente a realidade das estratégias produtivas definidas pelas companhias da região – basta pensar que uma boa parte destas embarcações têm outras licenças de pesca e que não está a empregar estas artes -, permite essencialmente identificar a incidência geográfica do emprego das redes de emalhar nas pescarias artesanais locais e costeiras.

Número de embarcações de pesca (local e costeira) por porto com licenças de redes de emalhar

Porto	Com lic. tresmalho	Com lic. emalhar	Com ambas as lic.	Total
Faro	20	-	5	25
Olhão	26	9	39	74
Fuzeta	9	15	3	27
Santa Luzia	3	6	1	10
Tavira	3	3	15	21
Cabanas de Tavira	8	-	16	24

Quadro C. Fontes: DGPA/DRPSAS, 1999.

Esta distribuição revela, desde já, que nos portos acima apontados reside um interesse claro em obter e depois em manter as duas licenças desta categoria de arte de pesca. No caso de Cabanas de Tavira – sobre o qual dispomos de mais informação –, esta realidade é recente. Na segunda metade do século XX, as armadilhas (alcatruzes e murejonas) e algumas redes (sacadas) ainda predominavam entre as artes disponíveis para pescar nesta localidade; seguem excertos das notas de terreno que ilustram a adopção sucessiva de várias artes neste porto ao longo dos últimos cinco decénios:

[Helder] é filho e genro de pescadores de artes como alcatruzes e murejonas. Mais tarde vieram as redes – a de tresmalho primeiro -, porque as outras [sardinhas, sacadas, xávegas] “já estavam muito procuradas”. Depois chegou o anzol [palangre]; trabalhou com este engenho de pesca, anzol pequeno, mas era muito trabalhoso, e envolvia a sua família (ele, a mulher e os sogros). [Das notas de campo, 12/01/00]

HV: [Nós] sabendo apanhar aí todo o marisco, aí no rio, à mão, com adriças, com outro tipo de arrastos, e na costa também, conquilhas (...), quando largámos pr’ó mar já sabíamos mais ou menos (...) um pedacinho da vida... E depois fomos (...) sabendo o resto no mar. Tivemos pr’a vender as pedras (...), desde aqui (...) até por Leste, ou seja, Este de Huelva (...), a gente conhece essas pedras, esses mares de Espanha todos (...) até Cádiz, por exemplo. (...) [D]e Cádiz para lá já conhecemos menos um pedacito, mas conhecemos também, que ainda fomos a Marrocos em tempos. E (...) então andámos aqui, claro, com o sardinhal, com a secada, com o aparelho fino, com alcatruzes, murjonas, esse tipo de arte assim, naquele tempo –

PS: Ao mesmo tempo ?

HV: Não, uma de cada vez (...). E depois então começámos a usar esta rede, este tipo de rede, de tresmalho – que é uma rede com três panos – e outra rede de um pano só, também de fundo, também... apanhar besugo, bica, peixe assim, e o tresmalho apanha chóco, raia... também apanha bicas, apanha lavagantes, lagostas (...)” [Entrevista, Cabanas de Tavira, 15.3.00]

PS: Um senhor idoso disse-me que aqui nas Cabanas, há bastante tempo, era só polvo... só alcatruzes e covos, disse que aqui só se pescava polvo, não havia redes. Eu pergunto-lhe se de facto era assim quando era um rapaz aí dos seus 15/20 anos. Como era a pesca aqui?

JS: Até aos [meus] vinte e... seis anos... era polvo de inverno e de verão à sacada. Uns barcos onde se apanhava carapau, eram dois barcos. E depois, no inverno, como aquilo era um bocado difícil ir-se ao mar à sacada - de noite, aquilo era de noite, aquela lide era de noite - andava-se também aos polvos, mas era com alcatruzes, era o que havia. No ano da guerra [2ª Guerra Mundial] apareceu aí uma arte moderna, que chamávamos sardinhal.

PS: Sardinhal? Uma rede.

JS: Pois, uma rede (...) espessa, como uma linha p’áí, assim [faz um gesto] (...) ? (...) Isso era o que dava dinheiro naqueles anos da guerra.

PS: E quem é que trouxe esse sardinhal para cá?

JS: Isso veio da Espanha.

PS: Vocês sabiam como se pescava lá?

JS: Sim, era uma arte de lá...

PS: **Já não se lembra quem é que teve aqui primeiro o sardinhal?**

JS: Isto aqui já há muito tempo que (?); em Vila Real é que começaram os sardinhal primeiro. Aqui já foi mais tarde. Aqui, em Tavira e Santa Luzia já foi mais tarde.

PS: **E a sacada, vocês iam mais longe ou pescavam aqui em frente?**

JS: A sacada, era aqui da parte de- o polvo era até ali à- o polvo ia-se ali para Olhão. P'á Fuzeta, ali para aqueles mares, conforme onde se ouvia dizer que havia peixe ou que se apanhava.

Apareceram estes barcos motorizados, e em 60, em 60, 61, pronto acabou isso tudo. Agora nestes barcos era só às redes, às redes e alcatruzes também, mas foi um “vê se te avias”, não há nada. Nesse tempo também acabou a sacada e já tinha havido o- os sardinhal já tinham acabado há muitos anos.

PS: **E foram substituídos pelo tresmalho?**

JS: A sardinha começou a ter pouco valor, naquele tempo valia muito porque era nos anos da guerra, aquilo dava tacho andar-se àquilo e ganhava-se para comer naquele tempo, e não se comia todo. Compravam-nas [as sardinhas] para mandar pr'á (...)

Alemanha, quando ‘tavam em guerra... enchiam barris daquilo em sal. Aquilo, quando íamos a bordo do convés dos barcos a gente pisava-as, esmagava-as para as fábricas não comprarem, as anchovas davam mais dinheiro para aquilo, para meterem em sal.”
[Entrevista, Cabanas de Tavira, 11.3.00]

A tendência para uma “especialização” nas redes de emalhar é mais clara nos portos de Tavira e de Cabanas de Tavira - uma vez que o porto de pesca de Olhão, devido às suas condições físicas e às infra-estruturas que possui, comporta uma frota numerosa e diversificada de embarcações de tonelagens muito diferentes. Trata-se de uma estratégia produtiva que está em estreita correlação com outras “especializações” locais, como é o caso de Santa Luzia (covos) e da Fuzeta (palangres). Uma garantia de bons preços para o pescado passa pela multiplicidade das capturas. Uma questão a aprofundar consiste em saber em que medida o mercado de pescado – por meio da regulação/organização informais do mercado de primeira venda de pescado pelos retalhistas – e as políticas de pesca nacionais condicionaram estas “especializações” produtivas – nomeadamente através da atribuição de licenças de pesca para determinadas artes. A estratégia em análise implica a definição de territorialidades comuns às outras artes

passivas, tal como acontece com as teias de covos e os aparelhos de anzol (cf. supra).

Os calendários de captura das companhias que mobilizam redes de emalhar revelam uma regulação (informal) do espaço e do tempo de pesca. Entre o mês de Novembro e o mês de Março, sensivelmente, as redes de um pano são empregues a Este de Tavira⁶⁴ até á ZEE espanhola; as redes de tresmalho são empregues, por sua vez, a Oeste de Tavira, durante os restantes meses (de Março a Novembro). As áreas de pesca estão claramente delimitadas. Estes territórios, de fundos diversos, estão situados entre as 2 e as 10/20 milhas de distância da linha da costa (cf. adiante o modo como, nestas pescarias, se apreende e se organiza o território marinho).

Os esquemas de distribuição dos rendimentos nas companhias que empregam redes de emalhar não são fixos, e resultam algumas vezes de negociações entre o mestre da embarcação (quando é seu proprietário ou co-proprietário). Em Cabanas recolhemos três esquemas remuneratórios basicamente semelhantes aos aplicados pelas companhias da pesca com armadilhas, que excluem, como é óbvio, os descontos deixados no serviços de lota e vendagem. Estes descontos, sujeitos a negociação, contemplam as despesas pelo uso das instalações e tecnologias do serviço, a compra de artes e de materiais para a embarcação, o pagamento de seguro(s) à Mútua dos Pescadores e o pagamento da Segurança Social de toda a companhia. Por vezes uma percentagem não fixa do pescado desembarcado em lota é vendido à margem (“vender por fora”) do serviço de vendagem. Isto acontece quando um mestre – proprietário não pode ultrapassar um determinado nível de rendimento declarado, e evita, desta forma, o pagamento de uma soma elevada em impostos.

As redes de emalhar, quando danificadas ou desgastadas, têm uma utilização específica. Algumas companhias de Cabanas e de Tavira, calam estas redes nas águas costeiras – a caminho dos pesqueiros –, ou na ria – a caminho do porto/varadouro – para recolherem búzios (*Charonia lampas* L.), *buzinas*

⁶⁴ O ponto de referência terrestre que define este limite é a Barra de Tavira: a Oeste é “Levante”, a Este é “Barlavento”.

(*Ranella olearia* L.) e canilhas (*Bolinus brandaris* L.), moluscos gastrópodes consumidos localmente e colocados no mercado. O búzio e a canilha, devido ao seu valor de mercado elevado, são uma fonte complementar de rendimentos para as companhas da região bastante significativa. Um dos nossos informantes, numa troca de correspondência, perguntava-nos o seu preço em Lisboa:

Por cá vai tudo bem, em casa e na vila. Pesca-se como é costume, há a tal crise anual da parte do peixe, agora dedicamo-nos à apanha da canilha, dá para ganhar o dia na mesma, actualmente estão a 3.300\$00 por kilo. Vê lá se consegues saber quanto custa 1kg de canilha por aí nessas marisqueiras.[06/06/01]

A venda destas capturas é quase sempre directa, e realiza-se em casa do mestre de pesca, que é “visitado” pelo comprador da região. Os proventos desta pesca são divididos segundo o esquema remuneratório vigente entre a companha. O seguintes excertos das notas de Campo ilustram esta pescaria:

Desde Abril que o “Meia Água” tem recolhido uma quantidade crescente de canilhas, búzios verdes e ruivos; mas retirar este marisco carnívoro das redes exige muito tempo. Da última vez que o comprador de canilhas foi a casa do Mestre Humberto – há um outro comprador, de Faro, que “leva tudo, grado e mais pequeno”, além do armazém Mário Barbosa -, em que a companha facturou 114 mil escudos (de outras vezes facturaram, 60-70, e 90 mil escudos; a 4 mil escudos o quilograma), este não ficou muito satisfeito porque o marisco não eram muito grado. [Das notas de campo, 09/05/00]

Hoje [a companha do “Meia - Água”] f[ez] 5 mil escudos com um lavagante, cerca de 5 mil de lagostas, 129 mil de lota e 90 mil de canilhas (vendidas ao José Peixoto). Cada camarada recebeu 35.500\$00. [...] A canilha está a baixar de preço, não vale a pena largar mais redes por ela – as redes empregues na recolha da canilha são redes velhas, avariadas. O preço das canilhas na lota tem sido à volta dos 2 mil, 3 mil escudos; menos compensador [que] o obtido [em] venda directa. A canilha de dia está areada, por vezes (“não é todos os dias”), à noite, “desareia” e sobe pelas redes, e enreda-se. [Das notas de campo, 16/05/00]

As redes de emalhar e de cerco⁶⁵, são adquiridas em lojas de artigos de pesca locais ou, como se tornou comum, através dos serviços de venda do pescado (Docapesca); neste último caso, uma percentagem do montante diário retido por estes serviços é destinado ao pagamento das artes. Existem ainda fabricantes/remendadores artesanais de redes, nomeadamente as de tresmalho feitas em fio de algodão. Estes fabricantes vendem à peça a pescadores da região, sobretudo. O preço de cada rede varia conforme a encomenda: se quem encomendar fornecer o material para o fabrico ou reparação, o custo final reflecte apenas o tempo e a mão-de-obra gastos. Em Cabanas de Tavira registámos o trabalho de um destes fabricantes.



Cabanas de Tavira, Fabricante de tresmalhos

Conversa com Hélder

Tem 74 anos, é “cabaneiro”. Faz e repara redes de tresmalho; (...). [...] Explica que hoje ninguém quer trabalhar com as redes – se ficam estragadas, põem-nas de lado e compram ou mandam reparar. (...) A sua esposa não queria que Hélder reparasse redes, devido ao frio que apanha na sua oficina (tomada ao proprietário [da sua casa]) e à sua visão fraca. Argumentou com ela: “Então como é que queres que eu faça? Que ande aí pelos cafês?” (...). No

⁶⁵ Tal como o fio dos aparelhos de anzol.

seu discurso, o tempo que tinha livre quando era jovem, aproveitava-o para trabalhar. Aprendeu a reparar redes de vários tipos nos arrastos, “à minha custa”. (...)

Custo de uma rede de tresmalho: se o pescador [que encomenda] fornecer cordas para o corcho, fio, chumbos e bóias, a rede fica em 15 mil escudos; é mais cara que a rede de tansa, que fica pelos 9 mil. “Esta rede [de tresmalho em fio] se ficar ao sol estraga, mas se ficar na água, pode lá ficar uma vida inteira...” As redes velhas ninguém as quer, e por isso dão-lhas: lava-as com Omo (para branquear) e repara-as, depois vende: “Até de Setúbal já aqui veio um senhor comprar... [Das notas de campo, 12/01/00]

O outro tipo de redes mobilizadas, as de cerco envolventes, são descritas do seguinte modo:

Neste grupo incluem-se artes de pesca de sub-superfície principalmente utilizadas na captura de espécies pelágicas. Estas artes funcionam como “paredes” de rede, colocadas verticalmente na água devido à presença de um cabo com flutuadores na tralha superior, que se mantém à superfície, e outro cabo com pesos na tralha inferior; são largadas começando por uma extremidade e de modo a descrever um círculo de maneira que o outro extremo se junte ao primeiro, ficando, assim, envolvido todo o volume que se encontrava na área limitada pelo cerco e altura da rede.

Por vezes algumas destas artes possuem, montadas n[a] tralha inferior, argolas por onde se pode fazer passar um outro cabo – *a retenida*. Este dispositivo permite fechar completamente a rede por baixo, impedindo a fuga das presas pela parte inferior da rede, mesmo em águas profundas. Para proceder á manobra com estas artes recorre-se a uma ou duas embarcações: no caso da alagem ser efectuada apenas por uma é utilizada frequentemente uma embarcação auxiliar de pequenas dimensões, a (...) *chata*, para ajudar a largar a rede e facilitar a manobra final do cerco. (Martins, 1996: 53)⁶⁶

Apenas um número reduzido de embarcações desta região⁶⁷ emprega esta última categoria de redes de cerco, nomeadamente a rede de “rapa”⁶⁸. A rede de rapa é composta por várias secções de rede e tralhas:

⁶⁶ Conferir ainda Moreira, 1987, pp. 429 – 430.

⁶⁷ Na área da Ria Formosa, das 23 embarcações licenciadas para pescar com redes de cerco para bordo, contabilizamos directamente apenas três “rapas” em actividade: um em Tavira, um em Santa Luzia e outro em Olhão. Em Cabanas de Tavira existe um outro “rapa”, registado no porto de Vila Real de Santo António, o que perfaz um total de quatro embarcações (Cf. PEPE – Plano de Extensão Pesqueira, DGPA/DRPSAS, 1999).

⁶⁸ “(...) pequena rede de cerco, especialmente preparada (na sua tralha de chumbos) para tocar o fundo. Por vezes é largada em cima da pedra capturando, (...) quantidades apreciáveis de espécies demersais.

Composição da rede d[e] “rapa”

[sentido descendente]

Corcho – É o cabo superior e as bóias grossas.

Gacheta – Parte inicial da rede, com a medida de 1 ½ malha, ou duas⁶⁹.

Repé – Parte de rede que mede 50 a 100 malhas.

Rede Mestra - A sua “altura” varia conforme o mestre de embarcação: “*Cada mestre arma a sua arte*”; a malha é grossa (2 ½ malhas), de fio de cotilene.

Mini-saia ou *Encabeça* ou *Prumo* – Parte de rede menor, mas com as mesmas características da rede mestra.

Gacheta do chumbo – [Rede, c]abo inferior e chumbada; varia de “altura”.

Aranhas – São os cabos que vão “fechar” a rede: as aranhas tem no extremo superior umas argolas, onde corre um cabo que é amarrado ao barco e ao bote – a *retenida* -, e são compostas de dois cabos que, em ‘v’, estão unidas à gacheta do chumbo em 4 pontos através dos *barenbilhos* [pequenos cabos].

Cuba da rede – [área interior da rede onde se avolumam as presas].

Redes de cerco: de nó (fios de 1, 6, 9) e trançada. A rede de nó é mais forte, mas mais difícil de remendar, porque tem que se “capar” os nós e refazê-los; a rede trançada é menos resistente mas mais fácil de remendar.” [Das notas de campo, 27 – 28/04/00]

Esta rede de dimensões variáveis – mas sempre menor que as redes de cerco utilizadas pelas “traineiras” –, é manobrada apenas por uma embarcação, com auxílio de uma chata; segue a descrição do seu uso:

Segunda ida ao mar com o “A Mar”, 27-28 de Abril de 00.

(...) A partida da embarcação acontece agora uma hora mais tarde, devido à mudança da hora. Às 9 da noite estávamos a sair à Barra de Tavira. Justino Costa encaminhou-se para Levante, e andámos cerca de duas horas e meia em frente a Cabanas e Cacela (*Pedra de Cacela*). Às 10 e pouco Justino largou a bóia luminosa (vermelha, intermitente), os camaradas correram a largar a rede – eu, meio

(...)” (Martins, 1996: 54). Para conferir alguns dados etnográficos acerca da pesca com redes de cerco envolventes de maiores dimensões - “traineira” -, vejam-se as notas de campo em anexo.

⁶⁹ Uma ‘malha’ destas tem cerca de 1 cm/1,5 cm x idem.

adormecido, fui despertado pelo grito de Bernardino: “Bóia ! Bóia !”. Quem contou as argolas que iam sendo lançadas da *telha* foi o Bernardino. A rede foi lançada rapidamente, e a embarcação, velozmente, descreveu um movimento de cerco. Ao mesmo tempo que as 34 argolas começaram a ser lançadas, Jaime foi para o bote auxiliar e largou, na ponta da rede. Uma vez fechada e amarrada a ponta final à embarcação, começaram a alar com o auxílio dos guinchos (dois, com Inácio e Floriano a puxar) e do alador suspenso. Justino vestira um oleado e colocara os *manguitos* de oleado e alcançou uma parte da rede alada, que acomodava. À medida que o cerco da rede apertava, os camaradas abanavam a cabeça negativamente (...). Um lanço que encheria “umas cinco ou seis caixas de peixe” saldou-se num xalavar e meio de ferreiras e charros amarelos, sobretudo.” [Das notas de campo]

A maioria das embarcações que estão a usar a licença de pesca para redes de cerco envolventes – “rapas” e “traineiras” – pescam o ano inteiro com esta arte. No único caso em que pudemos reunir dados substanciais – em Cabanas de Tavira –, e tanto quanto apurámos, não é usada nenhuma outra arte alternada com a rede de “rapa”. A faina com a rede de *rapa* envolve um número superior de horas, quando comparamos com as outras redes. A partida para o mar acontece, geralmente, a partir da 19 horas. Uma vez atravessada a barra, começa a busca de cardumes de pelágicos – ferreira, charros, sardinha, cavala, biqueirão, etc. – com auxílio de sonda e sonar. Se esta perseguição se gorar, o mestre pode decidir-se por uma pausa de quatro a seis horas, com o objectivo da companhia descansar, esperar o reagrupar dos cardumes e poupar combustível. Quando a faina é retomada – pelas quatro horas da madrugada –, a prospecção dos fundos prossegue até à alvorada. O regresso está condicionado pelo sucesso ou insucesso da campanha. Nas duas vezes que embarcámos a bordo de um “rapa”, a companhia regressou a casa pelas sete horas da manhã, e isto porque ambas as fainas se goraram. Uma pescaria boa (“encher o convés de peixe”) implica um regresso ao porto mais cedo.

Os territórios de pesca dos “rapas” (e “traineiras”) são comuns aos das outras artes, ou seja, situam-se na plataforma continental algarvia, nomeadamente de Quarteira à foz do rio Guadiana, dentro de um limite de 2 a 20 milhas da linha costeira. As capturas dão-se com mais frequência junto de ou sobre fundos

rochosos – as “pedras” –, precisamente porque é nesse habitat que as espécies marinhas procuradas dormem e se alimentam. Este facto origina muitas vezes largadas em que se danificam as artes de cerco.

Este tipo de arte activa, isto é, que implica a detecção, perseguição e captura das presas (cardumes, neste caso), envolve como tal processos de pesca e estratégias de apropriação do território marinho diferentes daquelas artes fundeadas passivas - redes de emalhar e de tresmalho, armadilhas e palangres. A mobilidade das embarcações é superior, ou seja, a frequência do território marinho é mais intensa e prolongada. Isto traduz-se, em princípio, num (re)conhecimento mais extenso dos fundos, e no acentuar de práticas de gestão da informação – segredo, contra-informação, procura da estabilidade das companhias, etc. A apropriação daquele território é substancialmente diferente neste caso: é imediata e efémera. Procura-se ter a arte calada o menos tempo possível, e tentar um número de largadas exequível (“dar lanços”) cobrindo o território que for necessário, ao contrário das outras artes. Neste contexto, o mestre de pesca confronta-se directamente com a concorrência na busca e perseguição de entidades móveis como o são os cardumes de pelágicos. Como tal, para além de se lhe exigir que conheça bem as “pedras”, que seja rápido a decidir um “lanço” e que tenha uma embarcação em boas condições de navegabilidade e apetrechada de artes, acresce a importância do acaso, isto é, da sorte. É por esta razão que, para a companhia, qualquer elemento de perturbação da faina – por exemplo, a presença pouco habitual de não – marítimos a bordo, como é o caso do antropólogo –, e ou qualquer fuga de informação a respeito dos sucessos de pesca (má gestão da informação), podem ser entendidos como causas de pescarias abaixo das expectativas. Os cornos secos de ovinos e de caprinos, colocados num local visível da embarcação (à proa), enquanto amuletos contra a inveja, o comentário alheio (contabilístico) das capturas diárias e o desagrado da companhia com o testemunho de duas pescarias goradas, por parte de um “estranho”, são indícios do estabelecimento daquela relação de causalidade. A estas situações não é alheio o conceito de sorte (cf. Ginkel, 1987 e 1999):

(...) bad luck is sometimes “explained” by transgression of certain taboos. There is indeed a large element of unpredictability and uncertainty in fishing and often bumper catches are explained by reference to luck. (Ginkel, 1999).

O insucesso, o risco e o prejuízo financeiro, que cunham a actividade produtiva piscatória, exercem uma pressão acrescida sobre quem pesca com as artes de cerco. Nestas artes, sobretudo nas rede de “rapa”, o número de dias sem proventos de uma companhia são elevados se compararmos, por exemplo, com as outras artes de rede. Existem companhias que, em determinadas alturas do ano, atravessam semanas sem auferirem rendimentos da pesca. A quantidade de pescado que podem eventualmente capturar e a sua qualidade (demersais e pelágicos) compensam, outras vezes, os insucessos sucessivos. Por estas razões, as artes de cerco propiciam fainas onde se registam numerosos focos de tensão, entre a companhia, entre a companhia e o mestre, entre companhias e entre mestres de pesca concorrentes. Estas companhias exigem ao mestre, de um modo mais dramático, competência, capital de saber e sorte.

A informação recolhida sobre o sistema de remuneração das companhias das embarcações que pescam com redes de cerco envolventes, reporta-se apenas a um caso localizado (Cabanas de Tavira). Por esta razão, não é prudente inferir para esta faina qualquer padrão comum de retribuição de rendimentos. Transcrevemos a seguir o que apurámos para aquele caso:

Esquema de remuneração no “A Mar”:
[Exemplo de dado por Justino]

Valor bruto do pescado: 230.000\$00
Valor líquido (s[em] xx % que fica na lota, xx dos quais para a Segurança Social): 200.000\$00; 2[0] % deste valor – [40].000\$00 – é para dividir por 10, isto é, pela companhia excluindo o proprietário e incluindo o auxiliar no armazém; os restantes [7]8 %, ou seja, [160].000\$00, são divididos por dois, sendo que o proprietário do barco fica com uma metade – [80].000\$00 – e a outra é para dividir pela companhia, ou seja, 9, sem o auxiliar (= 8.[888]\$00 + 5.000\$00 = 13.[888]\$00 por camarada e mestres, 5.000\$00 o auxiliar).⁷⁰ [Das notas de campo, 17 – 18/02/00]

⁷⁰ Porém este exemplo, grosseiro, não está completo. O mestre de pesca em causa é co-proprietário da embarcação referida. A percentagem que este adquiriu da embarcação nunca nos foi revelada.

O “mestre de terra” é uma ocupação que surge associada ao emprego de redes de pesca - tresmalho, de emalhar e de cerco envolventes. A necessidade de melhorar a prontidão das artes que uma empresa de pesca dispõem, conduziu à mobilização de uma ou duas pessoas por companhia para remendar as redes danificadas (“avariadas”, “partidas”). Em algumas companhias que empregam covos existe também um “mestre de terra”, encarregado de fabricar estas armadilhas. O “mestre de terra” é, com bastante frequência, um indivíduo reformado (ou na pré-reforma) com experiência acumulada no conserto de redes de cerco envolventes a bordo de “traineiras” e “rapas”⁷¹. Este companheiro é, por vezes, o antigo mestre da embarcação da empresa. Os “mestres de terra” trabalham durante uma parte do dia – das 7/8 horas até ao almoço, e das 14 às 17 horas -, no “armazém” do proprietário da embarcação. Estes indivíduos estão incluídos nos sistemas de retribuição como os restantes companheiros, embora auferam uma percentagem menor dos rendimentos – meia parte. Quando o mestre tem a necessidade de assegurar o esforço suplementar destes companheiros, é ainda adicionada aos seus rendimentos uma determinada percentagem – geralmente reduzida – fixa e negociada:

Justino convidou Agostinho para vir ajudar o irmão, no remendo de redes. Justino ofereceu-lhe meia parte e uma parte de peixe, Agostinho disse que não, Justino disparou: “Mas que quer mais ?” Agostinho respondeu-lhe que não queria nada, mas se ele estava a oferecer: “Eu disse-lhe que quando fossem ao mar trouxessem-me peixe” e o dinheiro “para o café e o tabaco”. No fim ficou com uma percentagem (2 %) e uma parte de peixe “para (...) comer”, que é o seu rendimento. [Das notas de campo, 06/06/00]

⁷¹ Conferir o Glossário em anexo.

Aparelhos de Anzol (Palangres)⁷²

O emprego de artes de anzol no Algarve está documentado com algum pormenor nas “memórias” de Lacerda Lobo, ou seja, desde os finais do século XVIII (cf. Cavaco, 1992). Nesta época, “espinheis”, “linhas”, “aparelhos” e outros conjuntos de “anzoes”, serviam para capturar espécies como a abrótea, o atum (albacora), o anequim, a raia, e a cavala, etc. Apesar deste tipo de aparelho de pesca – nomeadamente os palangres ou espinhéis – ser hoje utilizado em quase todos os portos e varadouros que têm vindo a ser referidos⁷³, é na vila da Fuzeta que o seu uso é predominante. Uma das razões principais deste facto prende-se com a relativa “especialização” dos pescadores desta vila nas técnicas de pesca com palangres. Esta estratégia económica, radica na experiência de pesca do bacalhau que muitos indivíduos da região – e nomeadamente, deste porto – adquiriram no Atlântico Norte e nos mares de Marrocos a partir do século XIX (cf. Silva Lopes, [1841]):

A pesca do bacalhau foi relançada em Portugal no século XIX. A união das duas coroas ibéricas e o conflito com a Inglaterra, no final do século XVI, estão na origem do desmantelamento da frota portuguesa do bacalhau, que pescava na Terra Nova desde, pelo menos, o século XV (Moutinho, 1985). Apenas as reformas liberais, a partir de 1830, foram capazes de criar condições para o rearmamento de uma frota pesqueira de captura deste demersal nos mares do Atlântico Norte. O sector, no entanto, só alcançou uma relativa estabilidade no penúltimo decénio do século XIX, quando se proporcionou uma situação de monopólio nesta pesca, que beneficiou os armadores existentes mas provocou, por outro lado, a estagnação da actividade.

O monopólio foi abolido em 1901. Entre esta data e os anos trinta, o número de embarcações (sobretudo) e de armadores regista um crescimento apreciável. O Algarve chegou, inclusive, nos anos vinte, a deter uma pequena frota regional, construída sob a iniciativa de empresários algarvios. Na Fuzeta, equipou-se um

⁷² Neste texto não contemplamos a actividade piscatória das companhias locais nas águas marroquinas, nomeadamente a pesca de peixe-espada e de pescada com aparelhos de anzol. As nossas notas de campo registam apenas o contacto com as companhias de terra das embarcações da pesca em Marrocos, uma vez que nunca embarcámos com nenhuma destas.

⁷³ À excepção de Cabanas e Santa Luzia, onde registámos apenas pesca com linhas de mão (cf. Martins, 1996, p. 22) para captura de isco.

navio e recrutaram-se companhas localmente, enviados para a Terra Nova durante alguns anos (1921 –1927) (Moutinho, 1985; Outeiro, 1926). Esta embarcação, um lugre, tinha o nome de “Senhora do Carmo”⁷⁴, e pescava à linha. O seu proprietário era um armador local, que já possuía uma embarcação, inscrita na praça de Lisboa. Na época a Fuzeta era um porto de pesca relevante, cujos pescadores já ingressavam há muito nas companhas de captura do bacalhau⁷⁵, em muito devido à sua experiência de pesca com aparelhos de linha e anzol, adquirida nos caíques que rumavam ao mar de Larache e à costa central portuguesa. E forneceu “bacalhoeiros” – incluindo os melhores “primeiras linhas” – até 1968, aquando do declínio acentuado deste sector de pesca (Sena e Tomaz, 1999: 19-20).

Na vila da Fuzeta, da centena de embarcações registadas na Delegação Marítima local, 90 estão activas (27 costeiras e 63 locais). A percentagem das embarcações que possuem licença de pesca para palangres é de 85,5% (85 % das costeiras e 86 % das locais). O uso de covos está licenciado a cerca de 30 % destas unidades (11 % das costeiras e 18 % das locais; cf. PEPE – Plano de Extensão Pesqueira, 1999). Os aparelhos de anzol são utilizados na captura de espécies tão valiosas como o bacalhau, a pescada, e o peixe-espada. Trata-se de uma arte de pesca bastante selectiva, que proporciona pescado pouco ferido ou macerado, isto é, de óptima qualidade – sendo este um dos factores de valorização do mesmo.

Rogélia Martins, dá-nos uma descrição sucinta dos palangres/espinhéis:

Neste grupo consideram-se os aparelhos de anzol que são constituídos por uma linha de grande comprimento (madre) à qual se ligam numerosas linhas de pequeno comprimento (estralhos) na extremidade livre das quais se empata um anzol. O comprimento e o afastamento entre estralhos variam de acordo com a espécie alvo e com o tipo de palangre, no entanto, e de um modo geral, o intervalo entre os estralhos deve ser pelo menos, um pouco mais do dobro do seu comprimento. Os aparelhos de anzol podem ser: horizontais – quando a madre se posiciona paralelamente ao fundo e à superfície, normalmente designados por palangres; verticais –

⁷⁴ Pesava 211 toneladas. A sua tripulação era composta por 42 homens: “(...) 1 capitão; 1 piloto; 2 pescadores salgadores; 12 pescadores escaladores; 3 pescadores com prática (maduros); 2 pescadores de primeira viagem (verdes); 1 cozinheiro; 1 ajudante de cozinheiro; 1 moço de câmara.” (Outeiro: 18).

⁷⁵ Em 1920 o número de pescadores de Olhão e Fuzeta que embarcavam para os mares do norte atlântico, era cerca de quatrocentos (Outeiro, 1926). Mas esta prática remonta à primeira metade do século XIX (Cf. Silva Lopes [1841]; Oliveira, 1971). Para conferir os percursos geográficos destas pescarias: Moutinho, 1985; Villiers, 1951 e 1952.

quando a madre se posiciona na vertical, conhecidos como (...) espinhéis; fundeados – quando estão apoitados; derivantes – quando se movem com a corrente; de fundo – quando são calados junto ao fundo; de (...) superfície – quando são colocados a meia-água ou à superfície. (1996: 23)⁷⁶



Fuzeta, esticar aparelho de anzol

Carlos Ramos de Oliveira, na sua monografia antropológica dedicada à Fuzeta, dá-nos uma descrição completa desta arte e do seu uso (cf. 1971: 53 – 78), que, tanto quanto pudemos apurar, não difere dos processos de pesca actuais; segue uma descrição do emprego deste engenho de pesca:

A “caçadeira” sai do porto da Fuzeta e pouco depois transpõe a barra. Logo após a saída os camaradas começam a enrolar as (...) linhas nas bóias, que têm pintado um número de ordem. A isca utilizada é a sardinha [...]. Após um curto período de descanso os camaradas começam a iscar os anzóis, tirando-os da borda de cortiça onde se encontram espetados, e fixando em cada um uma sardinha. À medida que vão sofrendo esta operação, passam a ficar pendurados na parte exterior do rebordo. A fim de que, com peso

⁷⁶ Os sublinhados são nossos. Para uma descrição etnográfica pormenorizada, conferir Oliveira, 1971 (pp. 61 – 71) ou Moreira, 1987 (pp. 449 – 451).

dos anzóis iscados, os correspondentes fios enrolados dentro da “esporta” não tenham a tendência a sair, foi aquela previamente enchida com areia. (...) [O processo de largar o aparelho] envolve os seus riscos pois devido à grande velocidade com que as linhas são desenroladas, há o perigo de grãos de areia saltarem para os olhos e também de algum anzol se prender ao corpo. (...)

Uma vez atingido o “mar” visado, a marcha é reduzida. Na ré, junto a uma “mesa” construída na popa sentam-se dois homens. Sobre aquela uma “esporta”; ao alcance da mão os recipientes com as “bolas” e os “pandulhos”. A bóia 1, com respectiva “cáda” enrolada, é deitada ao mar. Junto a ela fica um bote com dois homens. A parte da “cáda” que não está fixada à bóia é atada à primeira ponta do “meio vão” cuja “esporta” está sobre a “mesa”. Na primeira escota é atado um “pandulho”. Com o andamento do barco, o aparelho (...) vai-se desenrolando rapidamente. De meia em meia “tala”, “bolas” e “pandulhos” vão sendo alternadamente fixados ao aparelho. (...)

Após o primeiro “meio vão” largado, nova “esporta” cheia vem substituir a vazia. Os extremos dos dois “meios vãos” são atados um ao outro e o processo continua. No fim do primeiro vão, a extremidade deste é fixada à ponta da “cáda” da bóia 2. O mesmo acontece ao extremo inicial do segundo “vão”. Aquela bóia é então lançada. Junto dela fica novo bote com dois homens e largada prossegue nos mesmos moldes. (...) Os dois camaradas sentados junto à mesa têm por missão, além de atar as bóias e “pandulhos”, facilitar o desenrolar do fio na “esporta” e cortar imediatamente qualquer fio cujo anzol se prenda.

Prosseguindo na largada, mais dois botes são deixados no mar [junto das bóias 3 e 4], Daí para a frente as bóias ficam sozinhas. A largada continua, (...) até se lançar a última bóia, a 24 ou 25. Logo após, o mestre acciona a sereia, dando sinal aos botes (...) para começarem a alar. Nesta altura já os primeiros vãos pescaram todo o tempo de duração da largada, a qual pode durar duas, três e mais horas. A “caçadeira” ruma então à bóia 5, a primeira junto da qual não tinha ficado bote nenhum. [...]

(...) o bote 1 mete dentro a bóia 1 e ala em direcção à bóia 2. [E assim sucessivamente]. Por sua vez, a “caçadeira” uma vez chegada [à] bóia 5, “alivia” simplesmente esta, não alando qualquer aparelho. Terminada esta operação, dirige-se ao encontro dos botes 1, 2 e 3 que, (...) são rebocados a fim de serem redistribuídos respectivamente pelas bóias 6, 7 e 8.

O bote 4, entretanto, tem de esperar que o bote 1 “suspenda” a bóia 6, e ala o quinto e sexto “vãos”, metendo a bordo as bóias do mesmo número. A “caçadeira”, por seu lado, depois da distribuição dos botes, vai aliviar as bóias 9 e 10, após o que torna atrás, reboca os botes 4, 1 e 2 (...) e distribui-os pelas bóias 11, 12 e 13 respectivamente, seguindo o processo até à última bóia (...). O aparelho é totalmente alado à mão. (Oliveira, 1971: 70 – 77).

Na Fuzeta, o emprego de palangres é alternado com o de covos. De Abril a Setembro as companhas locais deslocam-se até quarenta milhas de distância da para largar os aparelhos de anzol na captura de pescada. Este calendário coincide com uma referência antiga ao período de maior abundância desta espécie na plataforma continental algarvia: (...) a pescada aparece com abundância nos meses de Maio a Junho (...). (Outeiro, 1926: 8). Entre os “mares” (pesqueiros) nomeados pelos nossos informantes contam-se, por exemplo, o “Xarnal” e a “Beirinha”⁷⁷, de fundos mistos (rochosos, lodosos e arenosos) (cf. Outeiro). De registar que estas designações têm atravessado gerações e continuam actualizadas. Este facto revela a eficácia da aprendizagem informal dos territórios marinhos estabelecidos pelas populações piscatórias locais.

Os palangres e espinhéis constituem, segundo a opinião unânime dos nossos informantes, o grupo de artes de pesca que exigem a preparação e a manutenção mais exigentes. Um elevado número de horas é gasto a “safar” (limpar, desembaraçar e esticar as linhas), “armar” (empatar os anzóis das “pescas”, e colocá-los ordenadamente no rebordo encortiçado de alguidares de plástico⁷⁸) e “iscar” o aparelho com bivalves (berbigão) ou, como é mais frequente, com sardinha ou cavala, cortadas. Para não sobrecarregar os companheiros com estas tarefas, ou seja, para além das horas que fazem diariamente a bordo, as companhas empregam homens – frequentemente reformados, pensionistas ou inválidos, geralmente antigos pescadores desta arte - encarregues especificamente de ter prontos os aparelhos para a captura. São as companhas de terra, os “homens do armazém” ou “marretas”, como são designados na Fuzeta. A dimensão destas companhas é variável: a companha de terra de uma embarcação que pesca exclusivamente na plataforma algarvia é composta de um a três homens, enquanto que a companha de uma embarcação que se dirija a águas marroquinas emprega oito a dez homens. O mesmo sucede com a companha de bordo. Aqui os limites são, respectivamente, de cinco a doze, e, de doze a trinta e três homens. Os “marretas” auferem apenas meia parte, enquanto

⁷⁷ Para uma descrição destes pesqueiros, conferir Outeiro, 1926: 7 e 8.

⁷⁸ São as “Esportas” (Fuzeta), ou “Selhas” (Praia de Faro).

que os camaradas de bordo recebem um parte⁷⁹. O seu horário de trabalho é de sete horas e meia: das 6.30 às 12 horas, com uma hora de almoço, e das 14 às 17 horas.

A construção do território marítimo

Observa-se neste momento uma mudança na forma como tem sido percepcionados os territórios marinhos – os pesqueiros: os “mares” e as “pedras” -, entre as populações marítimas sediadas à beira da Ria Formosa. À semelhança do que acontece em outros contextos piscatórios portugueses (Cf. Martins, L., 1999). Estes pesqueiros, como vimos, encontram-se dentro do limite das 12 milhas marítimas, nas Zonas de Pesca Exclusiva portuguesa, espanhola e marroquina, nomeadamente nas plataformas continentais sub-ibérica e norte-africana⁸⁰. É nesta área que ocorre particularmente o manancial de pesca explorado pelas frotas nacionais (cf. Brito, 1994). A plataforma continental portuguesa tem uma extensão reduzida, sobretudo “(...) ao longo das costas do Alentejo e Algarve [onde] apresenta novamente um grande paralelismo com a linha da costa, estreitando para cerca de 20 km e atingindo apenas 8 km ao largo do Cabo de Santa Maria (...)” (Brito: 181). A apropriação dos locais de pesca conhecidos estabelece-se mediante a sua aprendizagem e exploração, intrínsecas. Estes pesqueiros têm características diferentes, conforme a natureza dos fundos (rochosos [“pedras”], vasosos, arenosos, cascalhentos, corais), e a presença de espécies e o regime de correntes (“aguagens”).

A aprendizagem do espaço oceânico costeiro decorre da experiência prática das pescarias, e é um processo mediado pela observação do aspecto do mar (cor e paladar), da qualidade dos fundos (por sondagens⁸¹), do sentido das correntes⁸²,

⁷⁹ Para conferir o sistema de remuneração das companhas que empregam palangres apenas dispomos dos dados fornecidos por Oliveira (1971, pp. 79 – 82).

⁸⁰ “As plataformas continentais são superfícies pouco declivosas que prolongam o continente sob o oceano e cuja profundidade está, geralmente, compreendida entre 0 e 200 metros (...)” (Brito, 1994: 180).

⁸¹ Em cada embarcação há uma “sonda”, composta por uma chumbada semi-oca e um cabo de várias braças, que é lançada para o fundo. Uma vez recolhida analisa-se o conteúdo da chumbada e a profundidade. Também se pode aferir o fundo pela observação das artes: os covos largados sobre os bancos de corais trazem muitas vezes pedaços deste ser vivo (as “árvores” e “ramos”).

da ocorrência bentónica, e da topografia da costa. É precisamente a partir do (re)conhecimento da costa que se determina a localização de um “mar” ou uma “pedra”, pela técnica da triangulação. Durante a noite e durante o dia estabelecem-se as coordenadas necessárias para fixar um lugar através das “marcas de terra” - particularidades orográficas (“montes”, “cerros”), construções (antenas de retransmissão, faróis, armazéns, estufas, etc.), e iluminação pública e particular. A bússola, ou “agulha” magnética, é um instrumento de orientação auxiliar muito importante na navegação, incluindo na costeira – obrigatória a bordo das embarcações de pesca. O mapeamento dos “mares” também se estabelece por meio deste aparelho; em condições atmosféricas adversas à consulta daquelas “marcas”, como nevoeiros e neblinas (“nevoinhas”), a “agulha” é usada mediante a memória das coordenadas geográficas dos pescadores.

A acumulação empírica deste tipo de dados, individual, habilita qualquer “prático nas coisas do mar” a pescar com uma margem de sucesso (cf. adiante a discussão dos processos de aprendizagem da actividade). O processo pelo qual um indivíduo se torna mestre implica a oportunidade de partilhar com um ou vários mestres, a observação, os raciocínios e as estratégias (os “cálculos”) envolvidos nas pescarias. O lugar metafórico desta aprendizagem é a casa do leme, a partir da qual o mestre dirige a faina:

Álvaro foi depois para as redes de cerco, chegando a tirar a carta de contramestre-pescador, que lhe permitiu estar na casa de leme, com o mestre: que é “o lugar onde se fazem os mestres”. [Das notas de campo, 26/10/00]

Por outro lado, existe um discurso relacionado com uma determinada “vocação” para ser-se mestre e/ou pescador, ou seja, para o trabalho no mar. A “vocação”, muitas vezes formulada enquanto “vício”, funciona como uma característica não só individual mas também de grupo, servindo para distinguir, a um nível, os “verdadeiros” pescadores daqueles poderiam estar empregues noutras

⁸² Para conhecer o sentido das correntes os nossos informantes acercam-se de bóias (ou “bandeiras”, “galhos”), que sinalizam artes fundeadas, e puxam-nas acima da superfície da água para verificar a

actividades, e, a outro nível, os “marítimos” ou “pescadores” da restante população, os “montanheiros” ou “homens da serra”. Este discurso gira em torno de duas condições sem as quais será difícil resistir às exigências físicas, cognitivas e económicas implicadas na faina: ter vontade e gosto pela vida do mar.

Esta forma de mapear o oceano, referenciada como o(s) conhecimento(s) dos “homens antigos”, e que se auxilia de uma determinada tecnologia, tende a ser substituída por uma outra, “híbrida”, elaborada pelas novas gerações de mestres de pesca, ou seja, por aqueles que pertencem, sensivelmente, às faixas etárias dos trinta, dos quarenta e dos cinquenta anos. O modo “híbrido” de recensear/construir o território marinho associa o que foi apreendido junto dos “homens antigos” e o uso de algumas tecnologias “tradicionais” (bússola, “sonda”), ao emprego de tecnologias modernas, o que origina novas práticas.

A introdução da sonda, do sonar⁸³, do radar, do rádio e do G.P.S., na práticas de pesca costeira, enquanto um conjunto de equipamentos electrónicos praticamente desconhecidos, foi gradual. O baixo nível de escolaridade das populações piscatórias masculinas, aliado ao elevado custo desta tecnologia, adiou a familiaridade com estes instrumentos de detecção, localização, comunicação e orientação. Só os quadros de financiamentos europeus, criados para o país desde o final da década de oitenta, permitiram dotar este sector produtivo nacional. Foi neste âmbito que começaram a ser adquiridos e empregues estes meios auxiliares de captura.

Deve salientar-se que o sonar e o radar⁸⁴ são os menos utilizados pela frota de pesca da área da Ria Formosa⁸⁵. As sondas vieram mudar a percepção “tradicional” dos fundos marinhos. Detectam cardumes em determinados locais, e, em simultâneo, permitem ler o fundo: (re)conhecer o relevo submarino, obter

orientação das algas e a inclinação da rede .

⁸³ A sonda e o sonar diferem principalmente na direcção da leitura. Em termos “locais”, a primeira “lê para baixo” e a segunda “para a frente”. A preferência recai sobre a primeira, porque permite obter mais tempo para decidir o “lanço”.

⁸⁴ Este sistema de localização, que dá a posição de outras embarcações dentro de um determinado raio, coloca questões sobre aspectos como as estratégias de captura e a mancomunação dos recursos.

⁸⁵ Aguardamos do I.F.A.D.A.P. os dados desagregados relativos à aquisição destes aparelhos, para os concelhos que abrangem a Ria Formosa.

as profundidades exactas, registar a ocorrência de espécies marinhas. Estes dados vão ser reelaborados pelo indivíduo a partir do que já conhece, numa nova síntese; diziam-nos dois mestres, em momentos diferentes, quando estávamos na casa do leme, atentos à sonda:

Olhe, esta pedra aqui [aponta para o ecrã] é a do Barril, a maior pedra que há aqui neste mar [Das notas de campo, 04/00]

'Tás a ver esta mancha, isto é ferreira, mas está pouco junta... [Das notas de campo, 04/00].

O G.P.S., por seu lado, simplificou a organização do acesso aos pesqueiros, sobretudo com condições atmosféricas adversas, como neblinas, nevoeiros e céu nublado, dispensando até certo ponto – a eficácia da ligação ao(s) satélite(s) – o recurso às “marcas de terra”. Os mestres, têm introduzido na memória electrónica destes aparelhos de orientação as coordenadas dos “mares” e “pedras” que cada um tem conhecimento:

[Dizia-me Gilberto Sousa:] chega-se aqui, liga-se e o GPS mostra o rumo que o barco tem que levar; depois é manter o rumo. Também dá para marcar quanto tempo leva até ao sítio para onde a gente vai. [Das notas de campo, 05/00]

Alguns mestres registam em cadernos a síntese de toda esta informação: data de captura, espécie(s) capturada(s), quantidade (expressa em termos genéricos), coordenadas e ou nome ou sinal que identifique o pesqueiro. Estes cadernos acompanham o mestre no mar, estão entre os haveres guardados na ponte. Após cada dia de pesca é assente nova informação, a lápis ou a esferográfica.

Verifica-se em poucos casos a consulta de mapas cartográficos relativos a secções alargadas da costa algarvia, andaluz e marroquina. Estes mapas, de várias escalas, são elaborados pelo Instituto Hidrográfico e Cartográfico em conjunto com o I.P.I.M.A.R., e indicam a profundidade em metros (mas conversíveis em braças), a natureza dos fundos marinhos, quando conhecida, e a localização dos faróis costeiros. Gilberto Sousa, o jovem mestre (33 anos) de um “barco de

covos” de Santa Luzia, é um desses casos. Uma tarde mostrou-me as duas cartas de pesca que possuía. A primeira era uma edição relativamente desactualizada da carta referente à região entre o Cabo de Sagres e o limite das águas territoriais portuguesas. A segunda, do mesmo tipo, referia-se ao Golfo de Cádiz, incluindo o norte de Marrocos. Gilberto tinha-me dito a bordo, dias antes, que anotava nestes mapas os nomes dos “mares” e das “pedras”, para o ajudar a fixar os locais e os resultados da sua exploração:

Gilberto regista no GPS todos os mares que conhece, e faz o mesmo nas ‘cartas de pesca’ que adquiriu no Instituto Hidrográfico: “Essas cartas, de pesca, tens que pedir as cartas de pesca, porque há as de navegação, que não têm as pedras, só a latitude e os graus, a longitude. As cartas de pesca têm lá as pedras, os mares... Eu aponto tudo lá. [Das notas de campo, 29 – 30/05/00]

Segue-se uma lista incompleta dos pesqueiros apontados pelos nossos informantes, com materiais extraídos das notas de campo, que serve para complementar este texto:

Os “mares” e as “pedras” da costa entre a Fuzeta e Ayamonte (Orientação: O. – E.)

Lagido da Fuzeta :

(...) e foram largar em fundo limpo, de areia, à borda da pedra do Lagido da Fuzeta (‘lagido’ é sinónimo de uma pedra com um relevo mais regular, relativamente plana), a poente da barra da Fuzeta; No dia antes largaram “para fora” da pedra do Lagido da Fuzeta, neste dia largaram “mais para terra” (...), ainda em fundo limpo, de areia, (...) a escassos metros da armação da Tunipex [Das notas de campo, 06/02/00].

Beirinha :

(...) os arrastões de Viana do Castelo estão proibidos de pescar no Mar da Beirinha/Beirinha. Só os barcos costeiros foram interditados para esta zona, mas, segundo disse, a medida tem

pouca eficácia porque estas embarcações “rapam tudo á volta, e o peixe não está quieto ali...” [Das notas de campo, 27/07/00]

MAR DOS URSOS milhas	40
BEIRINHA (Meia Beirinha; B. de Dentro; B. de Fora) “Reserva da Fuzeta”	
XARNAL milhas	4
BORDA D’ÁGUA	
COSTA	COSTA
COSTA	

Esquema dos mares locais segundo indicações de Antero⁸⁶

Pedra do Barril :

Andámos desde (...) as 20 horas até ás 22.20 em busca de peixe, de “Penente” para “Levante”, pelas pedras (Barril) e fundos de areia, entre as oito e as doze milhas: surgiam apenas algumas concentrações de peixe miúdo.”; a Pedra de 12 [braças], a Pedra de 13 [braças], a Igrejinha, o Lagido (que é uma superfície relativamente nivelada), e o Barril (“A maior pedra que temos aí”, e que vai até à Beirinha) e o Cabeço. [Das notas de campo, 17 – 18/02/00]

Pedra da Roda :

(...) a Pedra da Roda, em frente à barra de Tavira, a 13, 5 braças de profundidade, mar de “água parada”/”morta” [Das notas de campo, 21/02/00]

Lagido das Cabanas :

⁸⁶ Os limites avançados por Oliveira (1971) diferem destes. O mar do “Xarnal” começa nas 12 milhas e o mar da “Beirinha” nas 20 milhas.

(...) junto à barra [de Tavira]”; compõem-se do “Lagido de Fora”, do “Lagido de Terra” e do “Rasteigão”. [Das notas de campo, 25/05/00]

Rasteigão :

Ontem, no “Bar Gaivota”, o Feliciano Costa (...) estava a falar de um mar do “Rasteigão”, parte final do “Lagido de Fora”, a sueste, [em alinhamento com a] “estufa de Cacela” [e] com a “casa do José (...)”. O “Rasteigão”, que faz parte do “Lagido de Fora” e [do] “Lagido de Terra” é uma pedra. [Das notas de campo, 25/05/00]

Pedra Baixinha :

Pelas sete horas [a companhia do “Ilha de Cabanas” começou] a alar a primeira teia, de cerca de 120 covos, colocada na Pedra Baixinha, a uma/meia-milha de distância [da costa, à vista de Cabanas e Cacela], a poucas braças [de profundidade]. [Das notas de campo, 24/02/00]

Pedra de Cacela :

Às 9 da noite estávamos a sair à Barra de Tavira. Justino Costa encaminhou-se para Levante, e andámos cerca de duas horas e meia em frente a Cabanas e Cacela (Pedra de Cacela); Às 4.05 o barco rumou de novo a Nascente. Foi uma madrugada de expectativa e decepção: uma busca frustrada, de novo... J. ainda encontrou peixe na Pedra de Cacela, mas resolveu não danificar a arte(...) [Das notas de campo, 27 – 28/04/00]

Mar dos Ramos (corais) :

O “Campeão” e o “...” (...) andam a pescar no mesmo mar, dos “ramos”, a 30 braças em frente a Vila Real de Santo António e Ayamonte [Das notas de campo, 08/05/00]

Os tempos do tempo: observação e meteorologia

Uma tarde de primavera vinha da Cumeada com Miguel, no seu automóvel, onde estivemos a beber cerveja e a jogar matraquilhos, entre conversas. Entrámos na vila, seguimos pela marginal até ao extremo nascente da povoação, e aí Miguel sugeriu que fôssemos aos “Altares”, “espreitar o mar”. Os “Altares” são a parte mais elevada das falésias que ficam entre Cabanas de Tavira e Fábrica/Cacela Velha. Parou o automóvel e saímos, a fitar o horizonte aberto e o céu claro. Contou-me então que os “homens assim mais antigos, como o mê pai, vêm aqui ao nascer do sol e ao sol posto, ver o mar, ver o tempo, pá”. Ficou claro que o meu “camarada” não dispensava de o fazer também, embora sem a frequência com que o fazem aqueles “homens antigos”.

O estado do mar e da atmosfera, são elementos determinantes para a tomada de decisão de sair para a pescaria. As más condições meteorológicas prejudicam as capturas. Antes da motorização das embarcações algarvias de pesca artesanal costeira (ocorrida ao longo da segunda metade do século XX), as frotas de barcos à vela e remos ficavam retidas nos portos e varadouros por períodos relativamente longos, forçando as populações marítimas locais a procurar alimento na Ria (pesca e marisqueio). Com a motorização e aumento graduais da potência das “máquinas” (motores), o acesso ao oceano foi facilitado num aspecto crucial para as empresas familiares de pesca: acede-se rapidamente e mais vezes aos pesqueiros, numa economia de tempo – bastante importante, na medida que é vantajoso chegar cedo à lota -, e, além disso, aumentam as hipóteses de evitar estados atmosféricos e marítimos perigosos.

Prever o “tempo que faz para amanhã” é um dado valioso mas partilhado. As conversas entre os nossos informantes masculinos, na rua, na “muralha” (marginal), na “baixa-mar” (à beira - ria) e nos cafês, são substanciadas por vários tópicos, entre os quais se destacam os locais de pesca e capturas alheios e o “tempo” (cf. Jorion). As análises meteorológicas estabelecem-se pela observação diurna e nocturna do oceano (ondulação, cor, temperatura) e do céu

(ocorrência de precipitação, de nuvens, de nevoeiro, de neblina, e o calendário lunar), e pelo registo das características do vento (origem/direcção, intensidade). Estas observações e registos acontecem várias vezes durante o dia, ao anoitecer, de madrugada e ao alvor, em diversos locais propícios – em cumes, na rua marginal, no varadouro, no terraço de casa – e constituem prática corrente entre os pescadores acima da faixa etária do quarenta anos.

Tenho conversado com o mestre Humberto, a propósito da preparação e marcação de uma entrevista. Nestas ocasiões – à noite, sobretudo – tem-me explicado o tempo – “Temos aqui a funcionar dois tempos, um de sudoeste e aqui pelo levante” [aponta]. (...) [Das notas de campo, 24/02/00]

Com o desenvolvimento em Portugal da capacidade científica de interpretar a reconfiguração contínua dos quadros meteorológicos e, como tal, de aumentar a sua previsibilidade, e o surgimento de boletins televisivos onde se transmitem alguns desses dados, as populações piscatórias costeiras passaram a ter uma fonte suplementar de informações acerca do “tempo”. À noite, após o jantar, um mestre de pesca do sudeste algarvio não dispensa a consulta dos boletins meteorológicos portugueses e espanhóis, com uma clara preferência pelos últimos, considerados mais fiáveis: “eles têm mais satélites”. O valor destas informações é geralmente reconhecido, sobretudo nos últimos anos - “agora o tempo é bom, dá p’a ver” -, mas continua a ser preferida a recolha directa e empírica de elementos para formular estes prognósticos. Mas estes dois tipos de saber, acabam por ser considerados complementares nas tomadas de decisão dos processos de pesca.

De uma outra perspectiva, o tempo meteorológico, devido aos seus reflexos por vezes dramáticos, fornece marcos cronológicos que organizam a memória social e a percepção de mudanças no espaço. Os temporais destrutivos que destruíram nos anos 60 do século XX o arraial de Abóbora e aproximaram o mar, por exemplo, marcaram uma geração de habitantes de Cabanas de Tavira:

Só genericamente se afirmará que as populações residentes na Ria Formosa têm uma “territorialidade”. De facto, parecem coexistir

diversos mapeamentos inscritos na memória social dos diferentes grupos locais. Detectam-se realidades cartográficas anteriores nos seus discursos - por exemplo, são recordados os antigos limites da costa, pelo desaparecimento de marcos topográficos: a proximidade actual do mar e a trágica destruição do Arraial da Abóbora, em Cabanas de Tavira. [Branco, et al., 1999: 14-15]

Alguns fenómenos meteorológicos são, por outro lado, avaliados enquanto forças regenerativas da natureza que corrigem os desequilíbrios “naturais” e, implicitamente, os que são provocados pelo homem:

O mestre Humberto falou-me do “temporal de 10 de Março”, há cerca de oitenta anos, que veio de sudoeste, arrastou os barcos da povoação na direcção de Cacela e vitimou pessoas no litoral e na serra. Disse-me que as chuvas, o vento e os temporais são benéficos, como forças regeneradoras: “O vento é a vassoura da natureza, varre aí tudo o que está a mais.” “Os temporais e a chuva são bons, as águas precisam de correr, para dar oxigénio ao fundo do mar... É como a água de um poço, que está parada, estragada, é bom haver uns temporais para limpar o fundo do mar... [Das notas de campo, 24/02/00]

Discursos da pesca: conhecimento local, administração e gestão dos recursos marinhos

“É pena que as cabras não tenham comido a árvore que dá os remos dos barcos quando eu era moço.”

Esta afirmação irónica, proferida por um pescador reformado cujo filho escolheu trabalhar na actividade piscatória contra os seus conselhos, mais do que um lamento já proverbial acerca da rudeza das pescarias, encerra um discurso sobre o que são as pescarias nesta região do país. Interessa-nos nesta parte do relatório, expor os modos como os pescadores locais se relacionam com vários agentes: a ria, o mar, os seus recursos “ameaçados”, a administração e as autoridades fiscalizadoras das pescas, as autarquias, o Estado, e os turistas.

A Ria, denominada localmente por “rio”, é o ponto de partida das experiências do meio marinho destas populações marítimas. É no “rio” que se aprende a nadar, a remar, a pescar ao anzol, com pequenas redes (como a redinha), ou com “fisgas”⁸⁷, a colher moluscos e a conhecer, deste modo, a fauna e a flora da ria e do oceano. Esta acumulação de conhecimentos empíricos, que difere de indivíduo para indivíduo, é necessário para quem procure um lugar numa embarcação de pesca artesanal. Tradicionalmente, para obter uma cédula marítima⁸⁸ basta prestar-se a uma prova de natação. Sem estas condições não é possível começar a trabalhar no mar, o que acontece entre os 10 e os 15 anos de idade. De início, o aprendiz (“moço”) assegura somente pequenas tarefas (de acordo com a capacidade física e responsabilidade demonstradas), pelas quais é simbolicamente recompensado⁸⁹. À medida que adquire informação e desenvolve a sua força e iniciativa, torna-se “camarada” e passa a auferir mais, gradualmente, até ganhar a sua “parte”⁹⁰. Este processo de aprendizagem passa pelo envolvimento em jogos – que estimulam a competição – e em brincadeiras – que simulam as práticas de pesca –, e pela observação prática:

PS: Vocês brincavam no rio?

MV: Brincávamos no rio, sim senhor. Quando comecei a ir p’ó rio tinha p’rái seis anos e tal.(...) Quando saímos da escola íamos ali p’á maré... a pescar, a brincar com barquinhos(...) atávamos um fio aos barcos, fazíamos fateixas e tudo – ferros, âncoras. “Oi então, ó coisa e tal, a pesca ‘tá fraca, amanhã n’a vamos ao mar!” Pronto. Ferro p’a dentro d’água, artes a bordo... “Atão e coiso?” “Larguei por dois dias. Logo vou depois d’ámanhã” À conversa! Ma’ depois, dali a um bocadinho, ‘távamos brincando à mesma (...). Sim pá, com redinhas e coiso, preparávamos, os fiozinhos, aquela coisa toda, começava a largar era com os barcos; só n’a tinha era homens a bordo! Bom, puxámos por aquilo e aquilo ia saindo... a rede. A seba, aqueles fiozinhos de seba que há assim

⁸⁷ “Com o nome de fisga denomina-se também um instrumento de pesca composto por um pente metálico de dentes barbelados, prolongado por um cabo de madeira onde o pente encaixa.” (Moreira, 1987: 458).

⁸⁸ A idade mínima para a atribuição da cédula marítima era de 14 anos. Estamos a falar de um quadro anterior a todas as iniciativas de formação técnico-profissionais no sector das pescas.

⁸⁹ Receber uma parte menor do peixe destinado ao consumo da companhia, e ou, uma pequena quantia oferecida pelos companheiros, de acordo com os gastos comuns para a idade do “moço”.

⁹⁰ As narrativas recolhidas acerca deste momento na história das companhias, confirmam o carácter particular destas formas de organização social da produção: não cabia ao mestre decidir quando um “moço” começava a receber a sua “parte” completa – tornando-se, portanto, um “camarada” -, mas sim ao consenso de todos os companheiros.

deste tamanho (...) - quer dizer, têm p'raí dois milímetros de largura (...) – quando apanhávamos a seba em monte era pesca bastante. (...) Já largávamos de propósito p'ápanhar a seba, com os barcos. N'a apanhámos nenhuma não?! Havia quem não pudesse com as cargas e fosse p'ó fundo(...).

PS: Como é que vocês faziam as redes? Com bocados de rede?

MV: Sim! Com pedaços de rede dessa que havia dantes [de fio de tansa]. ‘Tava bom, púnhamos-lhe(s) bóias e chumbadas(...).

Pronto, e a entretengas era assim, com barcos, e andar na chata p'ra cá e p'ra lá, à pesca, gingava... O pessoal n'a sabia, eu aprendi logo cedo [a gingar]. Aprendi... uma tarde inteira pus me ali dentro da chata, e vai e vai, daqui e dali, e vai de experimentar desta maneira e da outra. Por fim já ia bem: “Uai, já ‘tá quase, já ‘tá quase”. Já ‘tá quase... olha acab(ei)ou por fazer bem... No outro dia até dava gosto! [Entrevista, Cabanas de Tavira, 05/00]

É em processos empíricos como este que vão emergindo conhecimentos “locais”; por exemplo, perceber a laguna como maternidade de várias espécies de moluscos, crustáceos e peixes: “O rio é a mãe do lingueirão, é onde ele desova”; e enquanto uma verdadeira reserva alimentar⁹¹ quase inesgotável: “A água dá o peixe e tira o peixe... A gente morre e o rio há-de ter sempre peixe”; embora seja, em princípio, não explorada, interdita: “Dantes o muge era o comer do pobre. Usávamos [na ria] redinhas, tapa-esteiros... Mas proibiram isso tudo, já não dão licenças...” Os problemas associados à poluição deste ecossistema são, por isso, colocados com insistência por pescadores, viveiristas e mariscadores. Uma noite, pouco antes de um embarque, junto à conduta de resíduos da E.T.A.R. de Cabanas de Tavira – perto da qual as embarcações auxiliares estão ancoradas –, o mestre Justino apontou-a e comentou, perante o odor desagradável, insinuante: “Já viu isto? E o fedor? Depois são os pescadores que andam a estragar a ria, não é?!”. A existência reconhecida de fontes de poluição⁹², e a ineficácia consabida das Estações de Tratamento de Afluentes Residuais disponíveis, são elementos base de uma “teoria nativa” de explicação

⁹¹ Tal como foi antes da motorização das embarcações de pesca locais. Nesta época as companhias ficavam em terra por períodos relativamente longos durante o inverno, quando haviam más condições meteorológicas (correntes, vento e ondulação fortes) para atravessar as barras e navegar. A motorização e o aumento da potência dos motores, gradualmente, vieram permitir o acesso mais rápido – e como tal, mais seguro - aos recursos oceânicos, mesmo com aquelas condições (“tormenta” e “vendaval”).

⁹² Os emissores de esgotos municipais, das estruturas hoteleiras e dos aldeamentos turísticos.

do empobrecimento dos pesqueiros, e servem de argumento para contestar agências de poder, discursos e práticas de autoridade. Talvez mais letais que a pesca ilegal – reconhecida, mas desvalorizada enquanto prática pouco significativa –, que as redes perdidas no fundo do oceano, e que os resultados da sobre-pesca⁹³, são as descargas de resíduos no litoral, contínuas e crescentes. O efeito (i)mediato dá-se no “rio” e no oceano, e sente-se na boca, já que o paladar é um dos principais critérios de avaliação da qualidade do pescado entre os seus produtores:

O peixe dantes tinha outro sabor... Este agora já não sabe da mesma maneira, alguma vez!? Mesmo assim o nosso peixe, o peixe aqui do Algarve, é melhor que o espanhol. Lá os fundos são diferentes, mais estragados [pela acumulação de poluentes], e depois porque eles metem um pó branco qualquer no peixe, p’ra dar brilho...” [Das notas de campo, 20/5/00].

As dragagens realizadas na laguna, e por vezes, durante o ano, as enxurradas provocadas por precipitações elevadas, porque revolvem o fundo do “rio”, são apontadas como agressões adicionais às “ovas do peixe e do marisco”⁹⁴. As responsabilidades sobre este quadro ecológico atribuem-se, por negligência, incapacidade, desconhecimento e incompreensão, às autoridades que administram directa e indirectamente o território ribeirinho.

Para alguns habitantes das localidades referidas é incompreensível a forma como se protege o ambiente na Ria. Por um lado, conhecem o discurso e a prática ecológicos do Parque Natural, claramente orientados, numa opinião bastante comum, para o controle das pescarias ilegais na laguna e para a salvaguarda da

⁹³ Dizem-nos muitas vezes que o “mar do Algarve está muito procurado”, “muito apalpado”. Sobretudo devido à acção das artes activas, ou seja, as redes móveis usadas pelos arrastões e pelas traineiras do cerco. Argumentam os nossos inquiridos que, mesmo no respeito do tamanho mínimo da malhagem, estas redes “matam mais peixe miúdo”: o efeito de deslocação das redes na água aperta as malhas, que não deixam passar os juvenis capturados.

⁹⁴ Nas zonas com reduzida circulação hídrica – como o “fundo de saco” de Cacela, altamente assoreado – as águas pluviais podem diminuir os níveis de salinidade das águas da Ria; nestes contextos, a coincidência de enxurradas com marés vazantes mais baixas resultará na destruição dos bivalves cultivados (da amêijoia, principalmente; a ostra é considerada “mais resistente”). Esta é a explicação corrente, partilhada e desenvolvida pelo conhecimento científico e pelo conhecimento “local”. Mas há quem lembre, inclusive, que estas torrentes de água, originadas pela acumulação nos declives da Serra, transportam consigo pesticidas e herbicidas, utilizados na defesa de pomares, vinhas e culturas hortícolas.

sua avifauna, como tal omissos em relação à poluição através de afluentes urbanos e industriais. Por outro, sublinham o contraste entre o discurso e a prática das autarquias: defendem as praias da região como destino turístico alternativo ao Barlavento, mas “não sabem lidar com os esgotos de tanta gente”. Ao nível discursivo as populações marítimas, enquanto grupo, não se concebem como ameaça para a Ria Formosa⁹⁵. As responsabilidades pessoais por certos comportamentos lesivos da fauna e flora lagunares, quando confessadas, são minimizadas perante um facto: a poluição urbana, agrícola e industrial.

As autoridades marítimas (Capitanias/Polícia Marítima, B.F./G.N.R.), por sua vez, são acusadas de um rigor excessivo, ao mesmo tempo arbitrário, no cumprimento de um corpo de regulamentações considerado confuso, pouco adequado à pesca artesanal. Durante as estadias foram-nos relatados alguns exemplos de incongruências por parte destas autoridades, que revelam, segundo os nossos informantes, ignorância das práticas de pesca. Um desses exemplos reporta uma situação comum durante as pescarias costeiras:

Pela manhã uma embarcação termina de alar a totalidade das suas redes para voltar a fundeá-las (calar). Recolhido o pescado, este é distribuído por caixas de plástico. O mestre decide então que o mesmo deve seguir rapidamente para a lota, afim de obter um bom preço, enquanto calam as redes e regressam a casa – ou seja, “safarem-se mais cedo”. Comunica via rádio (pirata) com os mestres que estão na vizinhança, e tenta localizar uma embarcação entretanto já “safá”. Quando encontra alguma nestas condições pede ao seu mestre⁹⁶ uma abordagem no ponto mais conveniente para ambos, isto é, na proximidade da barra. Uma vez encostadas as embarcações, embarca-se o pescado e um camarada da companhia, que o conduz até ao leilão no serviço de vendagens. Numa destas ocasiões uma embarcação de pesca foi abordada pela lancha da Polícia Marítima. Notada a falta de um companheiro – nos documentos de cada barco consta o rol da companhia –, o oficial pediu explicações, que foram prestadas – o mestre/armador, naquela altura, trabalhava com uma companhia reduzida, em virtude

⁹⁵ Dizia-nos o proprietário de um restaurante de Cabanas: “No tempo dos meus avós iam à ilha [de Tavira] buscar os ovos dos passarinhos para comer, e nessa altura não ‘tava nada em extinção... Agora com o turismo, com essa gente toda que vai p’ra lá... depois dizem que somos a gente [a população local] qu’andamos a dar cabo da ria!”.

⁹⁶ Existem padrões de auxílio no mar. Em caso de avaria de motor, perigo de afundamento, incêndio ou feridos a bordo, as embarcações vizinhas virão em socorro da sinistrada. Esta situação, no entanto, corresponde a um outro nível de entreatajuda: aqui mobilizam-se mais facilmente indivíduos com quem o mestre se relacione em terra, e ou que a ele estejam ligados por laços de parentesco.

da desistência recente de um camarada (“salto”) -, embora rejeitadas: o mestre foi autuado por desrespeitar o estipulado quanto à lotação mínima da embarcação⁹⁷. [Das notas de campo, 17/04/00]

A origem do desconhecimento das práticas de pesca da frota artesanal sediada na área da Ria Formosa, reside por um lado na produção “descontextualizada” de regulamentos –não suportada pela experiência –, e, por outro, na aplicação desses regulamentos por agentes de autoridade descontextualizados:

Essas leis, que são feitas por esses senhores das Pescas [Ministério da Agricultura e Pescas, Secretaria de Estado das Pescas e Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura], lá de Lisboa, ‘tão todas erradas, não acertam uma!... Como é que eles querem fazer as coisas s’eles nunca puseram os pés num barco de pesca? [Das notas de campo, 20/08/00]

A produção do quadro legal que regula a actividade piscatória tem lugar num “universo” formal – o Ministério, a Secretaria e a Direcção-Geral –, distante dos contextos de aplicação, e está (apenas) assente no conhecimento científico e nos dados fornecidos pela base desta hierarquia organizacional (a Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Sul). Ora o saber científico é desvalorizado em relação à experiência empírica, e os elementos estatísticos, como sabem os produtores deste sector, carecem de fiabilidade – a pesagem pouco rigorosa do pescado, em algumas situações, e a prática de fuga à lota, associada também ao uso de artes não licenciadas, são incontornáveis:

Certa tarde, regressávamos do mar a bordo de uma embarcação de Olhão na qual se capturava moluscos bivalves com arrasto (ganchorra). Uma vez chegados à lota, o mestre saiu e foi à balança do serviço, mas não levou consigo qualquer saca. No convés do barco ficou a pescaria: duas sacas cheias de conquilha e duas a meia capacidade, tanto de conquilha como de amêijoia branca.

⁹⁷ Até ao final da nossa estadia (fim de Junho de 00), a atitude deste mestre era de desafio. Não ia pagar de forma alguma a coima estabelecida; argumentava que a multa era um “disparate”, fruto de ignorância e inflexibilidade, uma vez que, se preencher um formulário e pagar os devidos emolumentos, poderá alterar a lotação mínima pretendida.

Quando voltou pudemos consultar a guia de venda, e constatámos que estava registado o peso de todo o marisco recolhido. Para além disso, na ausência de fiscalização eficaz junto dos produtores nos portos e varadouros, é difícil contabilizar os valores do pescado desembarcado ilegalmente (em “lota negra”), isto é, sem passar por aquele serviço. [Das notas de campo, 09/11/00]

Por todas estas razões – discutidas com frequência quando o tópico de conversa passa pelo desempenho das Capitánias de porto – aquele quadro legal é entendido como um conjunto de medidas desnecessárias (como o transporte obrigatório de uma balsa e de foguetes sinalizadores), ineficazes (como o estabelecimento de malhagens mínimas para as redes activas) e demasiado restritivas (como a quase proibição de pesca na laguna; e as quotas de desembarque de espécies do alto). Um pescador ou um viveirista está “relacionado e com alguma prática sobre os conhecimentos do mar”. Por sua vez, os agentes de autoridade recrutados para as forças de fiscalização marítima, na sua maioria, provêm de contextos rurais, ou mesmo urbanos. A sua experiência do mar é diminuta, e decorre exclusivamente da uma formação militar a bordo de navios da Marinha nacional:

Qualquer um desses camaradas s’apanhar um levante mali(g)no, de cachão a monte, bolsa (vomita)! Não ‘tão habituados homem! (...) Só sabem de navegação e de cabos! Eu sei, então não conheci alguns lá na Forpescas?! [Das notas de campo, 17/04/00]

Hoje à tarde fui ao Sindicato dos Motoristas em Olhão – onde o Sindicato dos Pescadores do Sul está a funcionar, temporariamente –, para me encontrar com Álvaro (o irmão, David, é mestre um arrasto de crustáceos). Expliquei-lhe as dificuldades, os atrasos, no processo de obtenção de licenças de embarque. Isto foi pretexto para me falar do actual Capitão de Porto (as capitánias são asseguradas por 3 anos), J. V., “um homem novo, mas muito militarão”. Lembrou-se de um capitão de porto que não chegou a cumprir os três anos de serviço na capitania, em 1983, quando foi,

SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCAS
SERVIÇO DE LOTAS E VENDAGEM
PESCA ARTESANAL

95/84

ORIGINAL

Nº 395521

~~SUB-DELEGACAO DA FUZETA~~

Data, 13/11/1987

DELEGACAO DE POSTO DE

Proprietário *[Handwritten Signature]*

Embarcação *[Handwritten Signature]*

Porto de matrícula *[Handwritten Signature]* Reg. n.º *[Handwritten Signature]*

VALOR ILÍQUIDO DO PESCADO 9.800,00

DESCONTOS :

Cx. Prev. Ab. Fam. Prof. Pesca (10%) 980,00

Mútua dos Pescadores (3%) - \$ -

Imposto de Selo

Taxa de Vendagem (4%) 392,00

F. R. A. I. P. \$

Abonos p.ª Emb. Ap. e Seguros \$

Abonos p.ª Isco \$

Reserva Pessoal \$

1e \$

..... \$

28,5 kg \$

TOTAL DOS DESCONTOS 1.372,00

VALOR LÍQUIDO DO PESCADO 8.428,00

O *[Handwritten Signature]*

O CAIXA

O selo de recibo é pago por meio de guia, conforme despacho publicado no Diário do Governo, 3.ª Série, n.º 65, de 17 de Março de 1978.

MOD. SLV - 8 - Soctip - 8-83

Fuzeta, guia de venda de pescado.

por 6 meses, à União Soviética. A relação do dito capitão com o sindicato era de “unha e carne”, e davam-se muito bem pessoalmente. Soube que o capitão foi afastado devido à sua simpatia pelo P.C.P., já que era um “comunista não-filiado”. Em relação a este capitão, apesar da sua rigidez, aprecia a forma como tem colaborado com o sindicato. Este disse-lhe, quando da sua tomada de posse na capitania, que o anterior capitão o informara a seu respeito, assim como a respeito de outras pessoas. Álvaro disse-lhe que já sabia, já esperava. J. V., na sua tomada de posse, esclareceu pescadores e armadores das suas linhas de conduta, ou seja, que não ia transigir a respeito de 1) a pesca ilegal na ria [o sindicato está de acordo], 2) a pesca subaquática [o sindicato não está totalmente de acordo], 3) documentação [o sindicato é contra a rigidez legalista], 4) a segurança a bordo [o sindicato considera absurdas algumas regras, como a obrigatoriedade das embarcações que transportam areia (etc.) de dia, serem obrigadas a ter very-light's a bordo]. Deu-me um exemplo da impreparação, ou insensibilidade, das forças policiais marítimas que fiscalizam o sector. Recentemente, uma lancha da polícia marítima “levantou” as redes de um pescador de barco de convés aberto, com acusando-o de ter as redes a um quarto de milha de terra, i.e., dentro da área interdita. Quando a lancha regressou com a arte apreendida, houve “gritos e pedradas”, e gerou-se um protesto local contra as autoridades marítimas locais. O capitão telefonou então para Álvaro, que ironizou com ele a ponto deste desistir da sua intenção: “O senhor se calhar enganou-se no número, o senhor queria era telefonar para os bombeiros...”, o outro recusou no momento uma sugestão de Álvaro, mas veio pô-la em prática mais tarde. Álvaro protesta contra a forma como as forças policiais lidam com as práticas de pesca, tendo acusado, na altura e de forma retórica, estas forças de “roubo”, o que indispôs o capitão de porto; Álvaro argumenta, como se estivesse a falar com o capitão, ou, no fundo, com as ‘autoridades marítimas’: “Eu também fui polícia marítimo, quando andei na marinha. Andei a bordo de uma lancha chamada *Espadilha*, e nesse tempo vocês tinham um canhão à proa da lancha, agora têm um guincho. Ora, como é que podem pessoas que vêm da serra levantar as redes do mar? Se o Pedro visse como é que eles alaram a rede, aquilo ‘tava tudo partido”. Segundo Álvaro, os guardas não deviam ter recolhido a rede, mas esperado que o pescador o fizesse, e depois já podiam provar que estas estavam fundeadas dentro da área restrita. Diz que não sabe quanto foi o prejuízo com as redes, mas a capitania teve que pagar as “avarias”. [Das notas de campo, 02/11/00]

A falta de familiaridade e o desconhecimento de legisladores e de agentes acerca das “coisas do mar”, têm gerado também narrativas anedóticas que alimentam a circulação de representações/estereótipos (cf. Herzfeld, 1992) sobre estes legisladores e agentes enquanto indivíduos física e cognitivamente inaptos para

cumprirem as suas funções. Estes são “homens do campo”, “montanheiros” (marcas pejorativas de não pertença ao grupo), que pouco podem perceber das pescarias; o comentário quase proverbial era: “Como é que um homem desses, lá da Serra, pode mandar alguma coisa cá em baixo?”. Num outro registo, motivam protestos e são acusados de arbitrariedades: quando detectam ilegalidades na “lida do mar”, estes “só vêm uns e não vêm outros”, quer dizer, actuam de acordo com critérios subjectivos.

Parece-nos claro que os conflitos dos pescadores artesanais com as autoridades marítimas – que chegam, por vezes, ao confronto físico – resultam de dois factos imbricados. O primeiro consiste na falta de adequação dos regulamentos de pesca e navegação a uma prática produtiva bastante adaptativa, flexível, de múltiplas valências – trata-se de mancomunar a captura de recursos móveis, cujo comportamento é relativamente desconhecido –, e que poucas vezes o positivismo e rigidez legais conseguem acompanhar. Acresce que estes regulamentos são aplicados por agentes oriundos de outros contextos sociais, sem qualquer familiaridade com as pescarias. Assim, para estes produtores negociar com o poder administrativo do sector, com base em relações de poder desiguais, significa principalmente explorar de uma forma retórica as “incongruências” da prática de autoridade e estabelecer uma rede de contactos informais dentro das agências daquele poder. O mesmo sucede no contexto da pesca industrial. Aqui a implantação do sindicalismo atravessa-se muitas vezes com este modo individual e informal de negociar as condições de produção⁹⁸.

As condições de navegabilidade dentro das barras, mais do que no mar, preocupam os pescadores da pesca artesanal. Neste sentido, a terra, que, em termos simbólicos, começa no interior da barra – que já é o “rio” –, é entendida como um refúgio, estabelecendo-se mesmo analogias com a maternidade: “A terra é a mãe”, por oposição ao comportamento “masculino” do mar (“furioso”, “feio”, “maligno”). Regista-se aqui, portanto, a atribuição simbólica de características de género aos dois elementos. A (re)abertura de uma barra é alvo

⁹⁸ Em manifestações do Dia do Pescador e durante um congresso de sindicatos do sector, ocorrido recentemente em Olhão, escutaram-se lamentos acerca da fraca mobilização de companheiros para a jornada reivindicativa.

de apreciação crítica por parte deste grupo ocupacional. Para os nossos informantes, os critérios de localização, distância em relação ao porto de pesca e profundidade, qualificam uma obra deste cariz em termos de segurança na navegação. O primeiro critério determina os restantes, uma vez que cada abertura vai gerar quadros hidrodinâmicos diferentes. A escolha do local condiciona o período de colmatação da barra, o sentido da sua evolução (para Nascente ou para Poente), e o dispêndio de combustível e de tempo no acesso aos pesqueiros. Os dois casos registados, a reabertura das barras “naturais” de Faro e da Fuzeta, mereceram desaprovação. Em ambos discute-se sobretudo a localização da nova barra, ou seja, a capacidade técnica da Junta Autónoma dos Portos de Sotavento do Algarve⁹⁹. As duas obras apresentam uma desvantagem muito sublinhada: a profundidade dos canais é considerada insuficiente¹⁰⁰. Com a maré vazante as embarcações correm o perigo de encalhar e adornar por falta de calado, risco que se ultrapassa aguardando a preia-mar, isto é, gastar tempo; com a enchente, como a corrente torna-se forte, esforça-se o leme para se atravessar sem acidentes – coloca-se aqui a probabilidade de “partir a cana de leme e desgovernar o barco”. É vulgar ouvir-se que “as barras são feitas para o turismo, para os iates”. Este é o motivo encontrado para os projectos da J.A.P.S.A. (hoje Instituto Marítimo e Portuário), que visam, portanto, permitir o acesso de embarcações de recreio de tonelagem superior aos principais portos da laguna (Faro, Olhão e Tavira), em vez de promoverem as condições do seu usufruto pela frota de pesca artesanal da

⁹⁹ A barra de Faro destruiu algumas construções (clandestinas) edificadas na Península de Faro e ameaça outras, pois que, ao contrário do esperado, evoluiu no sentido poente. O local desejado seria a nascente do escolhido. Para a barra da Fuzeta, o problema é potencialmente semelhante: o reposicionamento da barra demasiado a nascente, e não no sítio da “Toca do Coelho” (a poente), como os pescadores locais reivindicavam, poderá colocar em perigo as construções balneares (clandestinas) da Ilha da Armona, núcleo da Fuzeta. Isto porque as barras naturais têm a tendência para abrir de poente para nascente. Além disso esta barra fica a uma maior distância do canal onde são amarradas as embarcações.

¹⁰⁰ Segue-se um excerto das nossas notas de campo (Fuzeta, Julho/Agosto de 1999):

(...)[Os] pescadores [da Fuzeta] (...) queixaram-se da nova localização da barra e das suas características: devia ter sido realocizada a poente (no sítio da Toca do Coelho), tem pouca largura e profundidade; factores que provocam o efeito “funil”, ou seja, gerando forças extremas quando o volume de águas flui e reflui com a enchente e a vazante, [dificultando] deste modo a entrada e a saída [das embarcações] através desta barra. Quando o “mar de fundo” amaina, os barcos aproveitam a acalmia (...) e entram. Alegam os pescadores que nunca são ouvidos.

região¹⁰¹. O discurso local, acerca destes dois casos exemplares, como tal, é de rejeição dos critérios técnicos, científicos e políticos que suportam as intervenções deste género na cadeia sedimentar. Assim como se condena que os “senhores engenheiros” da J.A.P.S.A./I.M.P. recusem escutar “o que os homens antigos dizem. Eles conhecem melhor esta ilha [a Península de Faro] do que os estudos que os senhores engenheiros mandam fazer”.

Em 1996, fortes tempestades precipitaram, de alguma forma, os trabalhos de recuperação do sistema dunar da Ria Formosa – e, neste âmbito, as intervenções levadas a cabo na zona de Cacela/Fábrica. Este processo gerou uma mobilização sem precedentes, que articulou viveiristas e seus familiares, poderes locais, associações de defesa do património. Esta mobilização reivindicava um certo tipo de medidas explicitamente contrárias às opções que estavam a ser tomadas pelas autoridades científicas (por exemplo, foi exigido o encerramento da barra do Lacém, através de um extenso abaixo-assinado). A mobilização entretanto desfez-se, mas as suas reivindicações fazem-se ainda ouvir, nomeadamente nas discussões semi-públicas relativas às dragagens. Ora, interessa-nos que esta mobilização, tal como as actuais posições mais individualizadas, seja construída e legitimada através do conflito entre dois tipos de conhecimento, entre modos de perceber o mundo que não se reconhecem – a ciência vs. o empirismo dos pescadores locais – , e que radica, frequentemente, como neste caso, na desvalorização deste último (conferir o mesmo tipo de problema, mas colocado noutro contexto, em Allut, 1999).

Estes pontos colocam o problema da co-gestão deste território ribeirinho, nomeadamente dos seus recursos naturais (haliêuticos) e das suas condições geológicas e hidrológicas. Práticas de pesca ilegais e o mercado paralelo de produtos marinhos podem ser explicados, para além do interesse individual de maximizar os rendimentos, em termos colectivos, como formas de resistência das populações marítimas perante a concorrência da pesca não - artesanal, a inflexibilidade dos regulamentos e políticas de captura, e, em suma, o

¹⁰¹ No entanto, julgamos que os calados destes dois géneros de embarcação sejam, em alguns casos, muito próximos.

“desacerto” da administração (cf. Léon, 1994). M. V. Léon sugere que o envolvimento destas populações na regulamentação da sua actividade (“comanagement”), pode resolver conflitos com a autoridade, legitimando-a:

(...) in order for regulations to be considered legitimate and to promote compliance, local resource users must be allowed to take an active role in the design, implementation and enforcement of regulations. This means that regulations must address some of the fishermen's concerns, allow for an equitable access to resources, and be impartially executed. (Ibidem: 78-79).

Os conflitos com as autoridades marítimas, a pesca ilegal, os fenómenos de fuga à lota, e o não reconhecimento da capacidade administrativa para gerir a região, verificados no terreno, poderão ser entendidos à luz deste argumento? Os nossos interlocutores algarvios, nunca deixaram de expressar revolta por estarem afastados dos processos de tomadas de decisão sobre aspectos determinantes para a sua actividade. Mas em que medida este facto condiciona cada uma daquelas questões?

Conclusão

No início de 2001, os media nacionais noticiaram o desaparecimento de dois pescadores no mar, ao largo da Fuzeta. Durante alguns dias, vimos e lemos uma tragédia “tradicional”, mais uma das “aflições e lutos que, de tempos a tempos, se sentem na pequena vila [do concelho de Olhão]” (*Público*, 15/01/01), como acontece em tantas das pequenas vilas piscatórias do País. Desapareceram dois pescadores, numa frágil embarcação “artesanal”, provavelmente sobrecarregada com artes de apanha do polvo, face a condições meteorológicas adversas, que de resto se mantinham desde há vários dias, o que talvez explicasse a sobrecarga da embarcação. Nos primeiros dias, a história que podíamos ouvir era relativamente simples, mobilizava relativamente poucos personagens, o seu enredo tinha pouco de inesperado. Soubemos algo da identidade dos pescadores perdidos – eram jovens, mas já sustentavam as respectivas famílias, “eram muito queridos na terra” (*Jornal de Notícias*, 07/01/01). Também soubemos que, tal como os seus companheiros um pouco por toda a costa nacional, atravessavam um período de fracos resultados na pesca, devido ao mau tempo (para não falar do decréscimo dos mananciais, dos acordos de pescas internacionais, da redução da frota portuguesa). Vimos a desolação dos familiares e amigos, e vimo-los mais ou menos organizados e incansáveis, ao lado das autoridades competentes – Marinha, Força Aérea, Capitania de Olhão e de Tavira, serviços de salvamento espanhóis –, a efectuar buscas no mar. Assistimos ao fim das buscas oficiais, reconhecimento implícito da morte dos dois homens.

Passada uma semana, com os pescadores ainda desaparecidos, a história jornalística alargava-se, complexificava-se e particularizava-se. Um acidente lamentavelmente comum na vida das populações piscatórias portuguesas torna-se numa elaborada trama social, política, administrativa, técnica, ecológica. Primeiro, o acaso – o azar do mau tempo – dos relatos iniciais dava lugar a uma série de atribuições de culpa e delegações de responsabilidade. Assim, os

pescadores da Fuzeta explicaram que poderiam ter socorrido os companheiros se tivessem garantidas certas condições, a saber, o desassoreamento da sua barra. Um dirigente sindical reconhece esta condição como “problema” histórico, ou seja, como reivindicação popular nunca resolvida pelas autoridades. O Instituto Portuário do Sul diz-se disposto a lançar as obras necessárias para manter a barra da Fuzeta permanentemente desassoreada, afirmando-se, portanto, capaz de repor a segurança da navegação, se outras forças mais vastas não interferirem, ou, na expressão do seu administrador, “se não houverem obstáculos legais” (*Público*, 15/01/01). Aparentemente, todos estes actores propõe uma solução técnica comum – a dragagem da barra e a sua fixação através de esporões de pedra; o problema, e a sua solução “definitiva” são então delimitados como uma questão de engenharia e de vontade política. Mas o problema não é só isso, e a solução não pode ser essa, estabelece uma outra parte, específica deste contexto – o Parque Natural da Ria Formosa (na voz do seu director). As dragagens têm implicações importantes no sistema ecológico que é esta Ria; a dragagem não deve ser definitiva, porque os dragados são permanentemente necessários para alimentar a recuperação das ilhas-barreira; a barra não pode ser artificialmente fixa, porque os molhes provocarão erosão noutros pontos do sistema dunar (*Expresso*, 14/01/01; *Público*, 15/01/01).

Assistimos de longe ao desenrolar desta história, sem contacto directo com nenhuma das partes implicadas. Escolhemo-la porque condensa de forma trágica muitos dos temas e processos que identificámos nas diversas fases do trabalho de campo etnográfico junto das comunidades piscatórias e viveiristas do Parque Natural da Ria Formosa. Este drama recente contém formas de auto e hetero-apresentação de um grupo de pessoas como comunidades “locais”, “tradicionais”. Começa por situá-las num campo adverso, dominado pelos acasos da Natureza. Depois, descreve outro campo ordenado pela “cooperação” destas comunidades e autoridades, locais, nacionais e internacionais. Simultaneamente, traça um pano de fundo histórico caracterizado pelo desleixo e inépcia de algumas dessas autoridades. A seguir, define um problema com

múltiplas dimensões – sociais, económicas, tecnológicas – e estabelece a sua solução, técnica. Finalmente, coloca em confronto estas comunidades, autoridades, problemas e soluções com uma entidade complexa, simultaneamente natural, ecológica, patrimonial, administrativa, estatal – o Parque Natural da Ria Formosa.

Tragédia é o tom de muitas das histórias que se contam nesta parte do Algarve. Neste contexto particular, de zona protegida, “tragédia” ressoa imediatamente com a conhecida “tragédia dos comuns”, que narra a tendência inevitável para a destruição dos recursos que pertencem a todos:

According to the theory, all resources owned in common—air, oceans, fish, grasslands, and so on—are or eventually will be overexploited. When resources such as trees, clean water, even the right to bear children, are ‘free’ or open to everyone, costs arising from their use and abuse can be passed on to others. The rational individual has the incentive to take as much as possible before someone else does. No one is motivated to take responsibility for the resources. Because they belong to everyone, no one protects them. The causes of overpopulation, environmental degradation, resource depletion—even poverty, crime, and other social evils—may be found in freedom and equality. (McCay e Acheson, 1987: xiii)

Embora com sentidos muito diversos, este é certamente um dos discursos mais partilhados por todos os actores do território do Parque. Há sempre uma tragédia dos comuns para contar: de como a ganância dos mariscadores acabou com a ostra “carcanhol”, a amêijoa-macha, o lingueirão; de como a voracidade fomentada pelas modernas tecnologias de captura ameaçam a conquilha e a sardinha; de como a avidez industrial das fábricas, do turismo, do consumo contaminam a Ria e o mar; de como as actividades portuárias e os negócios das areias vão minando o próprio corpo da Ria. É certo que estas histórias são quase sempre sobre *outros*: os homens da pesca artesanal culpam os arrastões, os da pesca industrial os arrastões espanhóis; os viveiristas culpam mariscadores ou turistas, ou a si próprios, mas na juventude, no passado; as

populações culpam os capitais vindos de fora; cientistas e técnicos não deixam de culpar a irracionalidade e visão imediatista das actividades tradicionais.

Áreas como a da Ria Formosa são especificamente regulamentadas para evitar a tragédia dos comuns. No entanto, para as populações locais é antes de uma invasão que se trata: “vieram para aí os de Lisboa”, “veio para aí o Parque”, “vêm os das Pescas [IPIMAR]”. Outra tragédia assim se engendra, a da gaiola-de-ferro burocrática: o que era um espaço construído e vivido pelas “comunidades” ou pela iniciativa individual, regido pelos “costumes”, torna-se num labirinto de decretos, licenças, impostos, multas, leis científicas e requisitos técnicos que imobiliza qualquer vontade. Há outras tragédias para contar: a intromissão constante de grandes interesses privados; a fatalidade da corrupção, do nepotismo e do compadrio político; o impacto do mercado global na economia local e a “crónica falta de preparação” dos profissionais portugueses; e a própria natureza parece ser cada vez mais trágica, como mostram os temporais “malignos”, as alterações climáticas, o assoreamento da Ria, a invasão das águas do mar.

Começamos este relatório descrevendo um contexto que é visto localmente como campo essencialmente confrontacional povoado por forças heterogéneas – natureza, instituições políticas, características culturais, agentes económicos – que se combatem e aliam contra outros opositores. Neste campo confrontacional, as tragédias são reveladas em complicados jogos de atribuição de responsabilidade, de acusações. Onde está a “verdade” destas acusações? Qual é a verdadeira tragédia? Não nos compete afirmar. Pudemos sim verificar que todas estas tragédias são encenadas nos quotidianos da Ria Formosa; é perante elas que agem, que se constituem, categorizam e ordenam os seus diversos actores.

Mostrámos estas criações em processos quotidianos das “comunidades” de pescadores e viveiristas. Descrevemos as suas formas de trabalho seguindo algumas oposições locais. As populações da Ria Formosa explicam e organizam as suas actividades comparando o valor da experiência com a formação escolar e livresca, confrontando as particularidades da prática com as

abstracções científicas e legais, situando as suas vidas na história e na intimidade deste lugar em contraste com a apropriação distante e a-histórica das autoridades, do Parque, dos turistas, dos “montanheiros”. A realidade que daqui emerge é constituída por expedientes práticos, artimanhas, truques do ofício, pequenas ilegalidades, conhecimentos que só podem ser adquiridos na prática, segredos, improvisos. Do ponto de vista das autoridades, estes são traços da ingovernabilidade dos viveiristas e pescadores, representam o lado perverso e atávico do “tradicionalismo” destas actividades. Do ponto de vista dos pescadores e viveiristas, são respostas lógicas às perturbações da natureza, aos caprichos administrativos, aos interesses económicos. Foge-se à lota, ou à depuradora para ganhar mais dinheiro; pesca-se fora das áreas regulamentadas com malhagens ilegais, porque os outros não o hesitarão em fazer na perspectiva de uma boa pescaria; recolhe-se marisco sem as dimensões legais para assegurar o retorno dos investimentos. Foram estas formas de agir num meio essencialmente trágico que quisemos descrever e mapear.

Gostaríamos de deixar, para terminar, algumas sugestões de pesquisa. São casos em que surgem de modo particularmente dramático os tópicos que descrevemos neste trabalho. Requerem, por isso mesmo, outra estratégia de investigação: estadias localizadas e prolongadas, de forma a proporcionar contactos mais íntimos e observações mais complexas.

Os nossos contactos com o mundo do viveirismo acabaram por ser quase exclusivamente masculinos; será uma lacuna importante, tendo em conta a associação que ainda se verifica entre esta actividade e a população feminina. O viveirismo e, especialmente, o marisqueio conotam ainda uma posição relativamente marginal: tanto representam uma actividade de recurso, a que se dedica quem não tem capacidade ou habilidade para fazer mais, como uma actividade em que se enriquece quase magicamente; é algo que os pescadores podem fazer quando não podem pescar – ou que as mulheres destes podem

fazer enquanto os homens andam a pescar. Parece-nos valer a pena explorar a relação da aparente subqualificação e marginalização deste trabalho com a prática quotidiana das mariscadoras e viveiristas. Importará, por isso, aprofundar o estudo da vida familiar e das relações de vizinhança, dando especial ênfase ao papel mediador das mulheres entre os mundos da pesca e do marisqueio/viveirismo, por um lado, e os da agricultura, serviços, hotelaria, turismo, por outro.

Uma dimensão importante da gestão dos recursos piscatórios radica nos diversos modos como os diferentes grupos de pescadores se organizam informalmente para os explorar. Identificámos alguns aspectos destes processos, ficando por perceber como se estabelecem hierarquias entre estes grupos no acesso aos pesqueiros, como se relaciona o conhecimento do território marinho com as normas que regem esse acesso.

Parece-nos fundamental examinar o papel específico do PNRF, acompanhando etnograficamente alguns projectos técnico-científicos e correspondentes intervenções administrativas. Haveria todo o interesse em alargar de alguma forma a investigação, estabelecendo paralelos com outras áreas protegidas, nomeadamente com áreas protegidas transfronteiriças. Procurar-se-ia assim comparar diferentes estratégias conservacionistas e respectivas respostas das populações locais. Neste âmbito, caberia também com mais propriedade desenvolver duas das nossas hipóteses – tratar o Centro de Educação Ambiental do PNRF como “texto” onde a instituição imagina o espaço, os seus habitantes e as suas actividades; e analisar a Culatra enquanto “laboratório” da intervenção técnica-administrativa, prestando particular atenção às negociações e conflitos com as autoridades, por um lado, e aos mencionados expedientes práticos.

À partida, não incluíamos a cidade de Olhão neste estudo. Podemos agora afirmar que é aqui que muitos dos fenómenos de que demos conta se apresentam em toda a sua complexidade. Evidentemente, Olhão é dos principais centros de actividade piscatória e viveirista, pela dimensão das frotas que aí estão sediadas, pelo número e área das concessões de viveiros, pela

existência de diversas infra-estruturas – porto e lota, depuradoras e centros de expedição, unidades transformadoras de pescado –, pela presença estratégica dos centros de autoridade – IPIMAR e CIACOMAR, FORPESCA, DRPA/DGPA, polícias, PNRF – e de associativismo profissional. Mais do que em qualquer outro local da Ria Formosa, percebem-se aqui claros esforços multilocalizados de criação de “tradições”: os mais óbvios serão a criação da marca de amêijoa da Ria Formosa, o Festival do Marisco, o dia do Pescador, aspectos da “imaginação” da cidade. Simultaneamente, Olhão é o epicentro das narrativas de tragédia que explicam, organizam e criam o espaço vivido da Ria Formosa. Dever-se-ia analisar o curso destas narrativas noutros níveis de interacção: desde a indústria turística, à especulação imobiliária, ao estudo das relações entre várias autoridades administrativas, à influência do poder central e das directivas europeias, às práticas de consumo e novas sociabilidades.

O carácter multilocalizados e multidimensional destas realidades mais não faz do que afirmar a necessidade de metodologias de trabalho que valorizem o trabalho de equipa – traduz-se em questões que não podem ser convenientemente respondidas pelo trabalho solitário de um antropólogo, exigindo antes a estruturação de equipas de investigadores com interesses diversificados.

GLOSSÁRIO

Este é um glossário etnográfico, sem quaisquer veleidades linguísticas ou lexicográficas. Trata-se de um dicionário de alguns usos de termos que encontramos no trabalho de campo e que consideramos centrais para os nossos propósitos. Neste glossário, algo interpretativo, não procuramos estabelecer significados estáveis, consolidados, uniformes, tradicionais; antes pelo contrário: tentamos apontar utilizações mais ou menos recentes, contextuais, divergentes, variadas, em contínua actualização. As palavras em itálico são outros termos do glossário.

(andar) a rabo de cão: revelar medo.

(andar) amalhado: dormir na, estar na cama; estar na cama doente.

(andar) arnento: alguém com uma irreprimível vontade de fornicar.

(andar) encorcha: estar em estado de embriaguez; o termo remete para uma parte das redes de cerco envolventes, o *corcho*, que é bastante grossa, porque composta por cabos e bóias.

(andar) negro: estar bastante zangado; andar em frenesim por algo.

a monte(s): grande quantidade; é geralmente aplicado a grandes capturas de pescado e a *stocks* que se deduzem significativos. “Apanharam peixe a monte”, “há aí peixe a monte”.

aguagens: correntes marítimas, que afectam, nomeadamente, o desempenho das artes de pesca, e muito particularmente as redes.

apanhar pela proa: encontrar uma embarcação, arte ou cardume à proa de um barco; fazer amor; fornicar.

apanhar uma barcada: entrar em estado de embriaguez; como em “tal é essa barcada!?” ou “Aonde é que ele foi carregar aquela barcada de limo?”

apanhar uma camada: entrar em estado de embriaguez.

parchel: terreno concessionado a viveiristas ou porção de bancos naturais que se encontra mal tratado, coberto com “seba” e lodos, que forma poças de água

na maré vazia. Por extensão, significa desleixado, negligenciado: “está para ali um parchel”, ou “tens isso tudo parchelado”.

arneiro, arneirar: espécie de crivo, constituído por um aro em madeira e uma “malha” de arames paralelos, por onde se faz passar marisco, especialmente amêijoas ou berbigão. Arneirar é separar o marisco de acordo com as suas dimensões, distinguindo assim aquele que apresenta o tamanho comercial mínimo daquele que terá que ser relançado aos viveiros. Os arneiros são também, portanto, um dispositivo administrativo-legal.

(as) pescas [IPIMAR, DGPA]:

atascado: atolado; carregado; “cheio de”.

bandeira [Santa Luzia]: bóia com haste, pintada com a matrícula da embarcação; é um instrumento de sinalização das artes e um dispositivo administrativo-legal.

barrelinha [Praia de Faro]: cf. *seba*.

boneca: chama-se ao estado (localizado) das malhas de uma rede quando um peixe fica enredado de tal forma que se torna difícil retirá-lo, deixando marca nessas malhas. Em Monte Gordo chamam-lhe um “safiaço”, porque é geralmente o safio que torce assim as redes uma vez capturado.

cabeça de atum: diz-se de alguém que revela pouca inteligência. O atum é tido como um peixe pouco inteligente, já que percorre, em cardume, as paredes das armações até entrar nelas ao mínimo ruído provocado pelos pescadores para os assustarem.

cabeças: elevações de areia no fundo marinho (costeiro e lagunar).

calhéu, calhau: nome dado à gravilha que se acrescenta aos terrenos de viveiro, misturada com areia, o que constitui prática ilegal. O calhéu é considerado fundamental para os terrenos, acreditando-se que “fixa” a areia, os bivalves e as pequenas algas que lhes servem de alimento, por exemplo em zonas de corrente mais forte, e também que permite “oxigenar” o terreno, criando uma superfície menos compacta.

carcanhol(a): variedade de ostra, também chamada “portuguesa”, considerada espécie local. Tem um estatuto algo mítico, pois não se sabe se ainda poderá

ser encontrada na Ria, enumeram-se os sítios onde ainda existirá, ouvem-se histórias do seu regresso; exemplo moral das práticas depredatórias dos pescadores.

carnada: sinónimo de isco.

carneiro: cabeçudo; “cornudo”.

carruço [Santa Luzia]: (espécie) molusco geralmente conhecido como “casa alugada”.

caterpillar [Fuzeta]: mesmo que *carruço*.

cavala: sinónimo de pénis.

corto: cortado; disfunção sexual masculina (impotência).

currusco: mesmo que *boneca*.

dar a calada: fornicar; este termo associa o acto de colocar as artes no mar (calar) ao coito. O verbo castelhano “calar” significa “entrar” em português.

desarmar: descoser, desfazer uma rede; consumir uma sedução; fornicar.

desiscar: retirar o isco a um engenho de pesca; consumir uma sedução; fornicar.

desmarcado: grande; espectacular; fora de série; excepcional.

despachar: cumprimento dos procedimentos burocráticos para autorização da actividade piscatória; “despachar o barco” significa renovar as licenças da embarcação e respectivas artes.

despescar: diz-se quando uma arte de pesca largada e pronta a recolher (alar), subitamente, perde todo ou grande parte do pescado capturado.

doutor (dótôr): alguém cuja formação e profissão estão associados a agências exteriores de poder (estado, autarquias, universidades) e a uma completa ou parcial falta de conhecimento dos processos naturais e dos processos de pesca.

empachar, (andar) empachado: atrapalhar uma tarefa a bordo; um engenho de pesca preso a outro ou danificado; complicar um raciocínio; inépcia; preocupação; confusão; algo posto fora de ordem;

encavar: penetrar no acto de coito.

enterrar a choupa, o besugo, o lavagante ou o samirro: penetração.

escote: ponta de cabo das redes de pesca.

estacaço: estalo; soco; empurrão.

estamos safos/safar: cumprir uma tarefa; chegar ao fim de uma pescaria; limpar (de detritos) e destrinçar uma arte de pesca (sobretudo redes e anzóis).

(estar) engalinhado: ter vergonha; sentir incómodo.

(estar) enrascassado: estar em estado de embriaguez; este termo associa os sinais faciais de uma embriaguez a uma espécie de peixe – rascasso – que tem uma coloração vermelha-viva.

ferro-de-engomar [Praia de Faro]: molusco (*Cymbium olla*) destruído sempre que é capturado nas redes, porque se considera que as estraga.

galho [Cabanas]: mesmo que *bandeira*.

garrocho: ser teimoso (qualidade intrínseca).

lanço: este termo tem dois significados associados; um primeiro enquanto medida de comprimento, nomeadamente de redes (um lanço equivale a 40 braças, ou seja, cerca de 60 metros), e um segundo de cariz técnico, uma vez que um “lanço” é o acto de largar as artes ao mar (aplica-se sobretudo às redes) e o seu resultado.

largar: colocar os aparelhos de pesca no mar, rio ou laguna.

mangusso [Cabanas]: mesmo que *carruço*.

mar de fora: refere as vagas de mar que vêm de sudoeste, e que são relativamente prejudiciais para os processos de pesca. *Fora* é o termo que designa as águas, o espaço, que fica mais distante da costa, ou seja, o limiar do mar alto e das águas costeiras.

mar: como em “ir ao mar”; simultaneamente, local e forma de trabalho. Refere-se tanto ao mar propriamente dito, e actividades conexas – pesca –, como à Ria e à prática de mariscagem ou viveirismo.

maré: como em “ir à maré”; este termo define uma temporalidade precisa e variável, ou seja, o período durante o qual se trabalha no mar ou nos viveiros da ria, e que não é necessariamente coincidente com as marés que ocorrem ao longo das 24 horas do dia.

mariscar, mariscador: termos que apontam ou para uma identidade administrativa distinta da de viveirista, e que lhe é estatutariamente “inferior”;

ou para um aspecto dessa mesma identidade, designando um momento da actividade genérica do viveirismo.

morador [Praia de Faro]: mesmo que *carruço*.

não ter espinha: usa-se para definir alguém que não reúne a força, destreza, energia para o trabalho (não exclusivamente marítimo).

pano: mesmo que *lanço*.

panco: abatido; pensativo; doente.

partido(a): uma arte de pesca danificada (sobretudo as diversas redes).

peixe alvorado: peixe que anda à superfície; opõe-se ao peixe de fundo.

polvo mijão: (espécie) polvo de menor qualidade, porque não tem tanta consistência, é desprovido de agilidade; é “mais dormente, menos maciço”; considera-se que é saboroso quando seco, assado e raspado, para consumo como petisco.

projecto: como em “tenho ali um projecto”; refere-se a um empreendimento, geralmente na área do viveirismo ou aquacultura subsidiado por instâncias europeias ou pelo Estado português; tem, habitualmente, pelo menos mais duas conotações – a de experimentação e valorização pessoal, sinal de dinamismo; e a de apropriação de dinheiros públicos, sinal de corrupção.

ratado: arranhado; macerado; mordido; esfolado; ferido.

regueira(o): riachos, particularmente situados em terrenos de vaza-maré, delimitando viveiros. Não são necessariamente formações naturais; antes pelo contrário, são e, de acordo com as normas locais, devem ser, mantidos pelo trabalho dos concessionários dos viveiros que atravessam, para escoamento completo das águas durante a maré-baixa.

ria: não se refere necessariamente ao sistema lagunar-dunar-sapal (cf., ao invés, rio e mar) que dá nome ao PNRF – antes designa o Parque em si, enquanto entidade fiscalizadora e administrativa.

rio: termo muitas vezes utilizado para designar o sistema lagunar.

samirro: Samirro é o termo que nomeia e identifica um congro no início do seu processo de crescimento: samirro → safio → congro.

Sargo [Praia de Faro]: esperto.

seba, sebarrinha: espécies de limos que podem cobrir as zonas inter-tidais, nomeadamente terrenos de viveiros. Embora os dois termos se refiram à mesma planta, distinguindo apenas a sua idade e tamanho, podem implicar uma distinção qualitativa importante: “Aquilo já não é sebarrinha, já é seba” pode querer dizer que um terreno está “estragado”, “abandonado”, *parchelado*: sebarrinha é a planta pequena, útil para o viveiro, um aliado para o cultivo dos bivalves; seba é a planta que se deixou crescer demais, que cobre o terreno e “abafa” os bivalves.

torcida: mesmo que *boneca*.

xaringar: importunar alguém; provocar.

zurrão: mesmo que *garrocho*.

Bibliografia

“Embarcações licenciadas para operar no interior da Ria Formosa” (1999), DGPA, Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Sul (informação cedida pelo responsável do sector da Frota Pesqueira do Algarve).

“Identificação e caracterização da frota registada na área da Ria Formosa” (1999) DGPA, Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Sul (informação cedida pelo responsável do sector da Frota Pesqueira do Algarve).

“PEPE (Plano de Extensão Pesqueira) – ENTRE-COMUNIDADES I” (1999) DGPA, Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Sul (informação cedida pelo responsável do sector da Frota Pesqueira do Algarve).

Algarve Região (1990) “O mar quer novos caminhos”, de 29 de Março.

Allut, A. G. (1999) “Compartición de conocimiento tradicional y científico para una gestión más adecuada de pesquerias”, *Etnográfica*, III(2), pp.309-311.

Braun, B. e Castree, N. (orgs.) (1998) *Remaking Reality: Nature at the Millenium*, Routledge. London & New York.

Branco, C., Pires, L. e Sena, P. (1999) *Gestão Social dos Recursos Naturais: Averiguação Preliminar*, relatório não publicado, CEAS/ISCTE, Lisboa.

Brito, R. S. de (dir.) (1994) *Portugal: Perfil Geográfico*, Referência/Editorial Estampa, Lisboa.

Brosius, P. (1999) “Anthropological Engagements with Environmentalism” *Current Anthropology* 40(3), pp. 277-309.

Cachola, R. (1996) *Viveiros de Amêijoa Boa Ruditapes decussata da Região Algarvia*, Instituto de Investigação das Pescas e do Mar, Faro.

Cavaco, C. (1976) *O Algarve oriental. As vilas, o campo, o mar*, 2 volumes, GPRA, Faro.

Cavaco, C. (1976) *O Algarve Oriental. As vilas, o campo, o mar*, 2 vols., Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro.

Cavaco, H. (1992) “Espécies piscícolas dos mares e rios do Algarve nos finais do século XVIII”, CCRA/PNRF, Portugal.

Correio da Manhã (1988) “Demolições na Ria Formosa recomeçam em 1989”, de 25 de Agosto.

_____ (1990) “Ilha de Faro ambiciona mais um ‘paraíso turístico’”, de 12 de Abril.

Croll, E. e Parkin, D. (1992) *Bush Base: Forest Farm - Cultures, Environment and Development*. Routledge. London and New York.

Cussins, C. (1998), “Ontological Choreography: Agency for Women Patients in an Infertility Clinic”, em Berg, M. e Mol, A., *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques, and Bodies*, Duke University Press, Durham and London, pp. 166-201.

Decreto Regulamentar nº 7/2000 de 30 de Maio, D.R. I Série-B.

Diegues, A. C. S. (1995) *Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima*, NUPAUB, São Paulo.

Douglas, M. (1991) *Pureza e Perigo*, Edições 70, Lisboa.

Escobar, Arturo (1998) “Whose Knowledge, Whose Nature? Biodiversity, Conservation, and the Political Ecology of Social Movements”, *Journal of Political Ecology* 5, pp. 53-82.

_____ (1999) “Steps to an Antiessentialist Political Ecology”, *Current Anthropology* 40(1).

Estatísticas Docapesca S.A., para os anos de 1998 e 1999.

Esteves, E. (1997) “Draga dá vida à ria Formosa”, *A Capital*, de 24 de Junho.

Fernandes, J. M. (1991) “Aprendizes de feiticeiro”, *Público*, de 19 de Abril.

Ferro, G. (1954) *L' Algarve. Monografia regionale*, Società d'Arte Poligrafica, Genova.

Gerth, H. H. e Mills, C. W. (org.) (1991[1948]) *From Max Weber: Essays in Sociology*, Routledge, Londres.

Ginkel, R. (1994) “‘One Drop of Luck Weighs More Than a Bucketful of Wisdom’: Success and the Idiom and Ideology of Dutch Shellfish Planters”, *Ethnologia Europaea* (24): 155-166.

_____ (1999) “The Ways of Fishers: Cultural Dimensions of a Maritime Occupation”, *Europaea*, II, disponível em <http://vaxcal.unica.it/europaea/current.html>.

_____ (1999b), “A nice shipload of fish” and outhr issues on the work world of dutch beamtrawl fishermen, *Europaea*, II, disponível em <http://vaxcal.unica.it/europaea/current.html>.

Gregório, J. e Gonçalves, C. (1990) “Dilúvio anunciado”, *Postal do Algarve*, IV(51), de 6 de Abril.

Hardin, G. (1968) The Tragedy of the Commons, *Science*, Vol 162, (3859): 1243-1248

Herzfeld, M. (1992) La pratique des stéréotypes, *L’Homme*, Vol. 32 (1) 121: 66-77.

_____ (1992b) *The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*, The University of Chicago Press, Chicago.

IPIMAR (1997) *Gestão do cultivo de bivalves na Ria Formosa com recurso à modelação matemática*, versão policopiada, Arquivo do PNRF: 12.31.

Johnson, W. I. T. (1977) *Work among portuguese fishermen: towards a model of social production*, Columbia University.

Jornal do Algarve (1990a) “Habitantes vão constituir associação para defesa da Ilha de Faro”, de 8 de Fevereiro.

_____ (1990b) “Praia de Faro à espera do sueste e do pior”, de 27 de Setembro.

Lemos, R., et al (2001) “A importância do polvo como recurso na costa algarvia”, in *Comunicações ao 11º Congresso do Algarve*, Racal Clube, pp. 469 – 478, Silves.

Little, P. E. (1999) “Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: Facing a New Millennium”, *Annual Review of Anthropology* 28: 253-284.

Léon, M. V. (1994) Avoidance strategies and governmental rigidity: the case of the small-scale shrimp fishery in two Mexican communities, *Journal of Political Ecology*, 1: 67-82.

Latour, Bruno (1999) *Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie*, La Découverte, Paris.

Lévi-Strauss, C. (1962) *La pensée sauvage*, Plon, Paris.

Little, P. E. (1999) “Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: Facing a New Millennium”, *Annual Review of Anthropology* 28, pp.: 253-284.

Lopes, J. B. da S. (1988)[1841] *Corografia ou Memória Económica, Estadística e Topográfica do Reino do Algarve, Vol. I e II, Algarve em Foco Editora, (reedição facsimilada a partir da edição original), Faro.*

Marques, M. (1990) “Ilha de Faro: uma barra pesada”, *Algarve Região*, de 29 de Março.

Martins, L. (1997) Baldaque da Silva e a identificação das comunidades costeiras, *Etnográfica*, I(2), pp. 271-293.

_____ (1999) “Mares electrónicos em fundos sem peixe: um estudo de caso na Póvoa de Varzim e nas caxinas”, *Etnográfica*, III(2), pp. 235-270.

Martins, M. R. (1996) *Pesca artesanal local na costa continental portuguesa*, IPIMAR, Lisboa.

Martins, M.R. e Carneiro, M. (1997) “Contribuição para a caracterização da pesca artesanal local do Algarve”, *Comunicações ao IX Congresso do Algarve*, Racial Clube, Silves, pp. 437-442.

McCay, B.J. e Acheson, J. M. (1987) *The Question of the Commons: The Culture and Ecology of Communal Resources*, The University of Arizona Press, Tucson.

McEvoy, A. F. (1998 [1986]) *The fisherman's Problem. Ecology and law in the California fisheries, 19850-1980*, Cambridge University Press, Nova York.

Mealha, J. (1998) “Mar ‘toma posição’ sobre construções clandestinas”, *Povo do Algarve*, nº55, de 10 de Fevereiro.

Mendes, M. C. (1986) *Ria Formosa: população e território*, CCRA, Lisboa.

- Milton, K. (org.) (1993) *Environmentalism: the View from Anthropology*, Routledge, Londres.
- Moeda, J. M. (1992) “*Gestos do Mar*”: *A pesca artesanal do polvo na praia da Lota/Manta Rota – Uma abordagem antropológica*, UNL/FCSH, Lisboa.
- Moreira, C. D. (1987) *Populações Marítimas em Portugal*, ISCSP, Lisboa.
- Moutinho, M. (1985) *História da pesca do bacalhau*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Myerson, G. e Rydin, Y. (1996) *The Language of the Environment: a new rhetoric*, UCL Press, Londres.
- Norte, C. (1991) *Correio Meridional* II(38), de 20 de Janeiro.
- Neumann, R. P. (1998) *Imposing Wilderness: Struggles over Livelihood and Nature Preservation in Africa*, University of California Press, Berkeley.
- Nygren, A. (1999) “Local Knowledge in the Environment-Development discourse: From dichotomies to situated knowledges”, *Critique of Anthropology*, 19(3), pp. 267-288.
- O Algarve* (1985) “Apresentado em Faro o Plano de Ordenamento da Ria Formosa”, de 30 de Outubro.
- _____ (1990) “Praia de Faro – Calamidade pública”, de 5 de Abril.
- O Observador* (1990) “LPN defende retirada de casas na Ilha de Faro”, 26 de Dezembro.
- Oliveira, C. M. G. R. de (1971) *Fuzeta. Uma abordagem antropológica*, UTL/ISCSPU, Lisboa.
- Outeiro, J. M. C. (1926)[1922] *Apontamentos sobre o estado das pescas na área da Capitania do pôrto de Olhão*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- Palma, B. M. (1967) *O falar dos pescadores de Olhão; dissertação de licenciatura em Filologia Românica*, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Praça, G., Sena, P. e Tomaz, S. (2000) *A Ria e o rio: construção social de um território lagunar no sudeste algarvio – pescas, viveirismo, ambiente e administração*, relatório não publicado, CEAS/ISCTE, Lisboa.
- Pescas em Portugal /Portuguese Fisheries – 1986-1996*, INE, DGPA, 1998.

Regulamento da pesca com ganchorra, Portaria nº 149/92.

Sá, J. (1992) “Praia de Faro: ‘Atiram-nos areia para os olhos’”, *Notícias de Almansil*, III(51), de 6 de Maio.

Saldanha, L. (1995) *Fauna submarina atlântica*, Publicações Europa-América, Lisboa.

Santos, L. F. R. (1989) *Pesca do atum no Algarve*, CCRA/PNRF, Loulé.

Scoones, I. (1999) “New Ecology and the Social Sciences: What Prospects for a Fruitful Engagement?”, *Annual Review of Anthropology* 28: 479-507.

Souto, H. (1998) *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa – Estudo geográfico*, UNL/FCSH, Lisboa.

Turner, V. (1967) *The Forest of Symbol: Aspects of Ndembu Ritual*, Cornell University Press, Ithaca.

Viegas, M. (1990) “Ilha de Faro mais estreita: Mar avançou... trânsito cortado e ponte só a pé”, *Jornal do Algarve*, de 5 de Abril.

_____ (1991) “Operação de salvação: Ilha de Faro recebe areia da Ria”, *Jornal do Algarve*, de 24 de Janeiro.

Villiers, A. (1951) *The Quest of the Schonner Argus*, Hodder & Stoughton/Charles Scribner’s Sons, Londres/Nova Iorque.

_____ (1952) “I sailed with Portugal’s captains courageous”, *The National Geographic Magazine*, vol. CI, 5.

West, P. C. e Brechin, S. R. (orgs.) (1991) *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*, The University of Arizona Press, Tucson.

Western, D. e Wright, R. M. (orgs.) (1994) *Natural Connections: Perspectives in Community Based Conservation*, Island Press, Washington D.C.

Willis, P. e Trondman, M. (2000) “Manifesto for *Ethnography*”, *Ethnography*, 1(1), pp. 5–16.